

CONCURSO PÚBLICO
COM PUBLICIDADE NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO DE FUNDOS
EUROPEUS: EMPREGO COMO COMBATE À EXCLUSÃO SOCIAL

CADERNO DE ENCARGOS
(Processo n.º R/083/2025)

ÍNDICE

PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS	3
PARTE II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	21
1. DEFINIÇÕES E ACRÓNIMOS	21
2. CONTEXTO E PROPÓSITO DA AVALIAÇÃO	22
3. CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE AVALIAÇÃO	24
4. ÂMBITO E OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO	41
5. CRITÉRIOS E QUESTÕES DE AVALIAÇÃO	42
6. METODOLOGIA	45
7. PRODUTOS E CRONOGRAMA	50
8. REQUISITOS DE QUALIDADE DOS PRODUTOS	54
9. COMPOSIÇÃO DA EQUIPA DE AVALIAÇÃO	55
10. MECANISMOS DE GESTÃO E ACOMPANHAMENTO	57
11. INFORMAÇÃO DISPONÍVEL	58
12. MEDIDAS DE INFORMAÇÃO E PUBLICIDADE	61
ANEXO I. TEORIA DA PROGRAMAÇÃO	62
ANEXO II. LISTA DE ORGANISMOS INTERMÉDIOS	65
ANEXO III. LISTAGEM DE INDICADORES DE REALIZAÇÃO E DE RESULTADOS CONTRATUALIZADOS NAS OPERAÇÕES	69
ANEXO IV – ACORDO DE SUBCONTRATAÇÃO DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS	74

PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas do Contrato a celebrar na sequência do procedimento de concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, que tem por objeto a aquisição de serviços com vista à realização de um estudo tendente à *Avaliação de Fundos Europeus: Emprego como combate à Exclusão Social*, de acordo com as cláusulas técnicas constantes na Parte II do presente Caderno de Encargos, a que corresponde o procedimento com a referência interna n.º R/083/2025.

Cláusula 2.ª

Partes Contratantes

1. As partes contratantes são:
 - a) A Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P., enquanto entidade adjudicante/contraente público;
 - b) O adjudicatário, enquanto Cocontratante.
2. As partes far-se-ão representar na assinatura do Contrato pelos seus representantes legais ou pessoas mandatadas para o efeito.

Cláusula 3.ª

Prevalência

1. O presente Caderno de Encargos contempla as cláusulas a incluir no contrato que se pretende celebrar.
2. O Contrato a celebrar integra, ainda, os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do CCP;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos e os seus anexos;
 - d) A Proposta adjudicada;

- e) Os esclarecimentos sobre a Proposta prestados pelo adjudicatário.
3. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o Contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.
 4. Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas a) a e) e o clausulado contratual e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos pela Agência, I.P. nos termos previstos no artigo 99.º do CCP e aceites pelo Cocontratante nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo código.

Cláusula 4.ª

Poder de conformação da prestação pela Agência, I.P.

1. Sem prejuízo da autonomia técnica e científica do Cocontratante, dentro dos limites do Caderno de Encargos e da Proposta adjudicada, o Cocontratante aceita expressamente os poderes da Agência, I.P., nos termos dos artigos 302.º e seguintes do CCP e demais legislação em vigor, de definição e conformação dos serviços a prestar, com vista a atingir os objetivos globais do estudo a implementar.
2. O poder de conformação a que se refere o número anterior não prejudica nem diminui os deveres do Cocontratante de afetação dos recursos e desenvolvimento dos serviços desenvolvendo todos os esforços para atingir os objetivos do Contrato.

Cláusula 5.ª

Vigência

1. O Contrato inicia-se no primeiro dia útil seguinte ao dia da assinatura e mantém-se em vigor até à aceitação definitiva do relatório final, a qual não deve exceder o prazo de 555 dias, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar além da cessação do Contrato.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, poderá haver lugar à prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 90 dias, caso a Agência, I.P. o considere conveniente, designadamente por se verificarem constrangimentos na obtenção de informação (dados/indicadores ou outros) a recolher junto de terceiros.
3. No caso previsto no número anterior, a prorrogação da vigência do contrato será obrigatoriamente reduzida a escrito, formalizada por adenda ao contrato, sem que exista qualquer alteração ao valor global do contrato ou do objeto do contrato.
4. O prazo de vigência do contrato não prejudica o dever de cumprimento das obrigações acessórias que perdurem após a cessação.

Cláusula 6.ª

Local e horário da prestação do serviço

1. A prestação dos serviços tem lugar nas instalações do Cocontratante, sem prejuízo de, em sede de execução do Contrato, as partes acordarem outro local que se mostre mais adequado à prossecução dos fins do Contrato.
2. As reuniões de trabalho entre a Agência, I.P. e o Cocontratante que, no âmbito da execução do estudo que constitui o objeto do Contrato a celebrar, forem agendadas, terão lugar nas instalações da Agência, I.P., em Lisboa, ou via plataforma de videoconferência, quando as partes acordarem nesse sentido.
3. Sempre que no âmbito da execução do Contrato seja necessária a presença de colaboradores da Agência, I.P., a mesma deverá ocorrer apenas em dias úteis, e, em regra, entre as 9h00 e as 18h00.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Secção I

OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE

Cláusula 7.ª

Obrigações do Cocontratante

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente Caderno de Encargos e respetivos anexos, constituem obrigações principais do Cocontratante as seguintes:
 - a) Preparar, planear e coordenar a execução de todos os trabalhos compreendidos na execução do objeto do Contrato, em conformidade com as Especificações Técnicas previstas no presente Caderno de Encargos, e de acordo com a respetiva Proposta, bem como de todas as obrigações daí decorrentes;
 - b) Participar nas reuniões de análise dos produtos apresentados ou noutras reuniões de acompanhamento ou esclarecimento convocadas para o efeito pela Agência, I.P., com a presença obrigatória do coordenador da equipa afeta à prestação de serviços;
 - c) Designar um elemento da equipa contratada que assuma funções, junto da Agência, I.P., de gestor do Contrato, nomeadamente para efeitos de acompanhamento dos trabalhos;
 - d) Prestar de forma correta e fidedigna todas as informações referentes às condições em que é efetuada a prestação dos serviços, bem como prestar todos os esclarecimentos que se revelem necessários ou sejam solicitados pela Agência, I.P.;

- e) Comunicar à Agência, I.P. qualquer alteração da denominação social, dos representantes legais, dos estatutos, dos gerentes, ou outras com relevância para a prestação dos serviços, designadamente, mas não de modo exclusivo, a apresentação à insolvência;
 - f) Entregar à Agência, I.P., no termo do Contrato, toda a documentação e desenvolvimento, relativo aos trabalhos desenvolvidos, incluindo as respetivas fontes que serão propriedade da Agência, I.P.;
 - g) Cumprir com o disposto no artigo 419.º-A do CCP, por força da norma constante do n.º 13 do artigo 42.º e do n.º 2 do artigo 451.º do CCP, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 78/2022, de 7 de novembro.
2. O Cocontratante fica ainda obrigado a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 8.ª

Número e perfil dos colaboradores do Cocontratante

- 1. A prestação dos serviços deve ser executada por uma equipa composta, pelo menos, pelo número de elementos e perfis obrigatórios descritos nas Especificações Técnicas do presente Caderno de Encargos.
- 2. Compete ao Cocontratante a alocação dos diferentes membros da equipa proposta para a adequada e tempestiva execução da prestação dos serviços, constituindo o estudo uma obrigação de resultado.

Cláusula 9.ª

Substituição dos colaboradores que integram a Proposta adjudicada

- 1. O Cocontratante só pode substituir os elementos da equipa proposta com o expresse e prévio consentimento da Agência, I.P., após a verificação de que a substituição proporciona um nível de qualidade equivalente ao da proposta adjudicada.
- 2. Caso pretenda efetuar a substituição de elementos da equipa afeta à prestação dos serviços contratados, o cocontratante remete o pedido à Agência, I.P. com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, devendo, para o efeito, juntar os documentos necessários para comprovação dos requisitos constantes das Especificações Técnicas.
- 3. A Agência, I.P., após a análise dos documentos referidos no número anterior, pode não aceitar a substituição se o elemento substituto possuir níveis de experiência inferiores aos do elemento que visa substituir, os quais nunca poderão ser inferiores aos requisitos definidos no caderno de encargos, devendo o cocontratante apresentar novo elemento.

4. O Cocontratante deve garantir, salvo situações excecionais, que a saída do colaborador substituído só tem lugar após o novo colaborador (substituto) estar em condições de assegurar a continuidade das atividades que o colaborador substituído estava a desenvolver.
5. Nos casos previstos nos números anteriores é da responsabilidade e encargo exclusivos do Cocontratante a prévia e necessária transmissão de conhecimento para que o novo colaborador possa dar continuidade às atividades que o colaborador substituído estava a desenvolver.
6. O direito a que se refere o n.º 1 não preclui nenhum dos deveres previstos no presente Caderno de Encargos para o Cocontratante.

Cláusula 10.ª

Faseamento da prestação do serviço e entregáveis

O Cocontratante obriga-se a executar o Contrato, de acordo com o seguinte faseamento de entregáveis:

- a) Relatório Inicial – até 45 dias após o início do Contrato;
- b) Relatório Intermédio – até 150 dias após a aceitação do Relatório Inicial mencionado na alínea anterior;
- c) Relatório Final Preliminar – até 150 dias após a aceitação do Relatório Intermédio mencionado na alínea anterior;
- d) Relatório Final – até 30 dias após a aceitação do Relatório Final Preliminar mencionado na alínea anterior.

Cláusula 11.ª

Análise e aceitação dos entregáveis

1. No prazo de 10 (dez) dias a contar da entrega de cada um dos relatórios mencionados na Cláusula anterior, a Agência, I.P. procede à respetiva análise, com vista a verificar se os mesmos cumprem as especificações definidas nas Especificações Técnicas e na Proposta adjudicada.
2. Para efeitos da análise a que se refere o número anterior, o Cocontratante deve prestar à Agência, I.P., de forma ativa, toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.
3. Até ao termo do prazo previsto no n.º 1, a Agência, I.P. comunica ao Cocontratante a aceitação do Relatório ou a existência de quaisquer desconformidades e/ou incompletudes do Relatório podendo, em casos de maior complexidade, informar, no mesmo prazo, da prorrogação do prazo de análise por parte da Agência, I.P., por período não superior a 5 (cinco) dias.
4. No caso de a Agência, I.P. não se pronunciar no prazo máximo referido no número anterior, o Relatório considera-se aceite.
5. Sempre que, no prazo mencionado no n.º 1 ou no n.º 3, a Agência, I.P. comunique desconformidades e/ou incompletudes no Relatório em análise, o Cocontratante dispõe do prazo máximo de 10 (dez)

- dias para proceder às alterações necessárias, devendo, aquando da comunicação, a Agência, I.P. definir o prazo para execução das alterações de forma proporcional ao que se revelar necessário.
6. No prazo de 5 (cinco) dias após a receção do Relatório alterado, a Agência, I.P. comunica a aceitação do mesmo ou, caso entenda não se encontrarem reunidos os pressupostos para o efeito, promove a realização de uma reunião conjunta urgente para discussão e encerramento das questões que considere impedirem a aceitação do Relatório, de forma a que o Relatório possa ser aceite nos 15 (quinze) dias seguintes com as alterações necessárias.

Cláusula 12.^a

Transferência da propriedade e direitos de propriedade intelectual

1. Com a aceitação de cada um dos entregáveis previstos no presente caderno de encargos, ocorre a transferência da posse e propriedade dos elementos a desenvolver e/ou a produzir ao abrigo do contrato a celebrar, incluindo os direitos de autor sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar.
2. Os produtos que resultem da execução do objeto do Contrato serão considerados como obra de encomenda, nos termos do disposto do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, pertencendo à Agência, I.P. a titularidade dos mesmos, bem como a propriedade dos respetivos suportes.
3. A Agência, I.P. poderá, para seu uso exclusivo, proceder à reprodução de todos os documentos referidos no número anterior.
4. O Cocontratante não pode divulgar nem utilizar a favor de outras entidades, os documentos elaborados ao abrigo do Contrato a celebrar, salvo autorização expressa escrita pela Agência, I.P.
5. A titularidade dos direitos de propriedade intelectual sobre quaisquer obras e materiais desenvolvidos, criados, modificados ou personalizados pelo Cocontratante para a Agência, I.P. ou pela Agência, I.P. ao abrigo do Contrato, incluindo nomeadamente escritos, relatórios, esquemas, desenhos, imagens, fotografias, especificações, parametrizações, dados em formato eletrónico e tabulações, inquéritos e questionários, invenções, inovações técnicas, *know-how*, processos, técnicas, métodos de investigação, documentos ou quaisquer outras criações, de qualquer natureza ou meio, (em conjunto “obras”) pertence à Agência, I.P., ao abrigo do regime da obra por encomenda e, como tal, cabe exclusivamente a esta todos os direitos de propriedade intelectual a elas inerentes, considerando-se contrapartida suficiente para tal o preço contratual.
6. O Cocontratante garante que todos os seus colaboradores afetos à prestação de serviços, independentemente do vínculo jurídico que possuam com o Cocontratante, foram atempadamente

informados e aceitaram que os direitos de propriedade intelectual sobre as obras acima indicadas pertencem exclusivamente à Agência, I.P.

7. O Cocontratante é responsável pela infração de quaisquer direitos de patente, de conceção, de licenças, de projetos, de marcas, de nomes, ou de quaisquer outros direitos de propriedade intelectual, industrial ou afins, respeitantes aos bens e aos serviços objeto do Contrato, nomeadamente, projetos, estudos, programas informáticos, equipamento, materiais, documentação ou trabalhos realizados.
8. O Cocontratante é responsável por qualquer reclamação formulada perante a Agência, I.P., resultante de violação dos direitos referidos nos números anteriores, adotando a Agência, I.P. o procedimento que se revele mais adequado para a intervenção plena do Cocontratante na discussão e no esclarecimento, perante terceiros reclamantes ou quaisquer autoridades, das dúvidas que, neste âmbito, se coloquem.
9. No caso de a Agência, I.P. ser demandada por violação de direitos constantes dos números anteriores, o Cocontratante indemniza-o por todas as despesas que, em consequência, deva suportar e por todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

Cláusula 13.^a

Dever de sigilo

1. O Cocontratante obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Agência, I.P., de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do Contrato.
2. O Cocontratante não pode vender, doar, ou de qualquer forma ceder qualquer informação ou documentação que lhe tenha sido entregue para efeitos de execução do estudo que constitui o objeto do contrato a celebrar.
3. O Cocontratante obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do Contrato.
4. O Cocontratante obriga-se a assegurar que os colaboradores, agentes ou quaisquer outras pessoas afetas à execução do objeto contratual assumem um compromisso de confidencialidade e estão sujeitas às mesmas obrigações de sigilo e confidencialidade aplicáveis ao Cocontratante.
5. O dever de sigilo impõe-se, de igual modo, às entidades que assegurem a realização dos trabalhos objeto de subcontratação.
6. No âmbito do contrato a celebrar consideram-se confidenciais todas as informações e documentos que lhe sejam fornecidos pela entidade adjudicante, bem como quaisquer elementos a que os seus agentes, funcionários ou colaboradores venham a ter acesso no âmbito da prestação dos serviços ou

- em razão desta, incluindo processos, listagens, arquivos, bases de dados, contratos e demais documentação relacionada, direta ou indiretamente, com a execução de atribuições e competências ou a atividade da entidade adjudicante, bem como quaisquer relatórios, estudos, pareceres, informações, processos, listagens, arquivos, bases de dados, contratos e demais documentação, que sejam elaborados ou produzidos pelo adjudicatário, no âmbito da prestação dos serviços, salvo se forem do conhecimento público ou objeto de publicitação por força de disposição legal.
7. Em caso de dúvida, o Cocontratante deve tratar como confidenciais todas as informações, bem como documentos e elementos, a que tenha acesso no âmbito dos serviços prestados, até ao momento, e na precisa medida em que a própria entidade adjudicante os torne públicos.
 8. No âmbito do contrato a celebrar, o cocontratante obriga-se, ainda, a observar os deveres de sigilo e confidencialidade quanto a informação confidencial da entidade adjudicante, nomeadamente:
 - i. Proteger a informação confidencial de modo adequado, em termos nunca menos diligentes que aqueles que utiliza para proteger a sua própria informação confidencial;
 - ii. Na sua organização interna para a prestação dos serviços, limitar a comunicação da informação confidencial aos seus agentes, funcionários ou colaboradores que a devam conhecer, em razão do seu envolvimento naquela prestação;
 - iii. Garantir que os seus agentes, funcionários ou colaboradores guardem absoluto sigilo e confidencialidade em relação à informação confidencial;
 - iv. Não proceder a qualquer cópia de informação confidencial, na totalidade ou em parte, salvo para utilização no âmbito da prestação dos serviços;
 - v. Não utilizar ou permitir a utilização, em circunstância alguma, dos dados e informações fornecidos pela entidade adjudicante, nem das informações e documentos a que os seus agentes, funcionários ou colaboradores venham a ter acesso no âmbito da prestação dos serviços, mesmo que não sejam de considerar informação confidencial, para quaisquer outros fins que não os estritamente necessários para a prestação dos Serviços;
 - vi. Não proceder à transferência ou interconexão com qualquer entidade, de quaisquer dados ou informações fornecidas pela entidade adjudicante, mesmo que não sejam informação confidencial, salvo quando devidamente autorizada por escrito
 9. O Cocontratante obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do Contrato.
 10. As obrigações previstas na presente cláusula mantêm-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos após a extinção das obrigações decorrentes do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da

credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 14.ª

Proteção de dados pessoais

1. O Cocontratante assume a qualidade de Subcontratante no que diz respeito ao tratamento dos dados pessoais objeto do contrato, assumindo a Agência, I.P. a qualidade de entidade responsável pelo tratamento.
2. No âmbito e para todos os efeitos previstos no contrato, entende-se expressamente que o Cocontratante procede ao tratamento de dados pessoais no interesse e para as finalidades determinadas pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. (Agência, I.P.), obrigando-se, na qualidade e enquanto Subcontratante, a cumprir todas as instruções, recomendações, autorizações e diretivas transmitidas pela Agência, I.P.
3. O tratamento de dados pessoais pelo Cocontratante deve ser efetuado na estrita observância do Acordo de Subcontratação de Tratamento de Dados Pessoais que consta do Anexo IV do presente caderno de encargos e que dele constitui parte integrante.
4. Sem prejuízo da eventual aplicação de penalidades previstas no contrato, o Cocontratante será responsável por quaisquer custos ou prejuízos, incluindo o pagamento de coimas, em que a Agência, I.P. venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte do Cocontratante e ou dos seus colaboradores, representantes e outras entidades por si subcontratadas, de dados pessoais em violação da presente cláusula, do Acordo de Subcontratação de Tratamento de Dados Pessoais constante do Anexo IV do presente caderno de encargos, do Regulamento (UE) n.º 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados - RGPD) e da demais legislação aplicável em matéria de dados pessoais.
5. O incumprimento de quaisquer deveres constantes da presente cláusula ou do Acordo de Subcontratação de Tratamento de Dados Pessoais constante Anexo IV do presente caderno de encargos, bem como a verificação da inexistência de garantias de compliance, constitui fundamento de resolução do contrato por incumprimento, sem prejuízo do dever de indemnização ao responsável pelo tratamento a que possa haver lugar, por danos sofridos ou eventuais violações que lhe sejam imputadas.

Cláusula 15.ª

Patentes, licenças e marcas registadas

6. São da responsabilidade do Cocontratante quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.

7. Caso a Agência, I.P. venha a ser demandada por ter infringido, na execução do Contrato a celebrar, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o Cocontratante indemniza-a de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

Cláusula 16.ª

Conflito de interesses

1. O Cocontratante deve assegurar que a prestação de serviços não é afetada por qualquer conflito de interesses em razão de quaisquer relações que tenha, ou que qualquer membro dos seus órgãos, ou qualquer colaborador com funções de direção, ou qualquer colaborador diretamente envolvido na prestação dos serviços, tenha, com qualquer outra entidade.
2. Em caso de conflito de interesses, superveniente, durante a execução dos serviços contratados, o Cocontratante deverá informar, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, da ocorrência do facto e dos procedimentos que adotará para a resolução do conflito, sujeitos à aprovação da Agência, I.P.
3. O Cocontratante obriga-se a não praticar qualquer ato ou omissão do qual possa resultar quaisquer ónus ou responsabilidades para a Agência, I.P., ou para os seus direitos e interesses.
4. O Cocontratante obriga-se ainda a suportar quaisquer encargos resultantes, designadamente, de reclamações, custos, despesas, multas, coimas ou sanções, necessários para a libertação de quaisquer ónus ou responsabilidades que recaiam sobre a propriedade da Agência, I.P., quando tenham sido criados ou causados por si ou por qualquer dos seus subcontratados.

Secção II

OBRIGAÇÕES DA AGÊNCIA, I.P.

Cláusula 17.ª

Preço base e preço contratual

1. O preço base fixado para o presente procedimento, que constitui o encargo máximo a pagar pela execução da prestação de serviços que constitui objeto do Contrato a celebrar, é de **185.000 € (cento e oitenta e cinco mil euros)**, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço a pagar pela prestação dos serviços, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, abrange todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente cometida à Agência, I.P., incluindo despesas de alojamento, alimentação, deslocação de meios humanos, despesas de transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de

marcas registadas, patentes ou licenças.

3. Não há lugar a revisão de preços durante o prazo de vigência do Contrato.
4. A fixação do preço base, nos termos do n.º 3 do artigo 47.º do CCP, teve por referência os preços praticados em contratos anteriores para prestação do mesmo tipo.

Cláusula 18.ª

Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela Agência, I.P., nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a comunicação da aceitação pela Agência, I.P., a que se refere a Cláusula 11.ª, referente à “análise e aceitação dos entregáveis”, nos seguintes termos:
 - a) 20% (vinte por cento) com a aceitação do Relatório Inicial;
 - b) 40% (quarenta por cento) com a aceitação do Relatório Intermédio;
 - c) 40% (quarenta por cento) com a aceitação do Relatório Final.
3. A emissão das faturas pelo Cocontratante deve observar o disposto no artigo 299.º-B do CCP.
4. As faturas têm de conter obrigatoriamente a indicação do número de compromisso, para efeitos de cumprimento da Lei sobre os Compromissos e Pagamentos em Atraso, sob pena de devolução.
5. Em caso de discordância por parte da Agência, I.P. quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar, por escrito, ao Cocontratante, os respetivos fundamentos, ficando o Cocontratante obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
6. As faturas podem ser remetidas ou via plataforma FE-AP ou via correio eletrónico institucional, para o seguinte endereço: NGO@adcoesao.pt.
7. Desde que devidamente emitidas, as faturas são pagas através de transferência bancária para a instituição bancária indicada pelo Cocontratante, da qual este deve ser titular.
8. O atraso no pagamento das faturas apresentadas fará a Agência, I.P. incorrer em mora com a correspondente aplicação, do artigo 1.º da Lei nº 3/2010, de 27 de abril, sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito, desde o respetivo vencimento até ao integral e efetivo pagamento.
9. O atraso no pagamento de quaisquer faturas regularmente emitidas não autoriza o Cocontratante a invocar a exceção de não cumprimento de qualquer das obrigações que lhe incumbem por força do Contrato, salvo nos casos previstos no artigo 327.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 19.ª

Caução

1. A celebração do Contrato não se encontra sujeita à prestação de caução, nos termos do artigo 88.º, n.º 2, alínea a) do CCP.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a Agência, I.P. pode, se o considerar conveniente, proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar.

Secção III

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 20.ª

Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do Contrato

1. Sem prejuízo das competências exercidas pelos demais membros da equipa da Agência, I.P., a execução do Contrato é acompanhada pelo gestor do Contrato designado pela Agência, I.P. e mencionado no Contrato a celebrar.
2. O gestor do Contrato é o interlocutor do Cocontratante, competindo-lhe proceder à aceitação dos Relatórios, à comunicação das desconformidades e/ou incompletudes, bem como aos demais atos previstos na cláusula 11.ª, referente à “análise e aceitação dos entregáveis”, e todos os que se revelem necessários para a execução do Contrato, bem como o exercício dos poderes delegados para aplicação de medidas destinadas à correção de desvios na execução do Contrato.
3. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do Contrato não exime o Cocontratante de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

CAPÍTULO III

MODIFICAÇÃO, INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 21.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual do Cocontratante

1. A cessão da posição contratual e a subcontratação carecem de autorização prévia da Agência, I.P. e obedecem ao disposto nos artigos 316.º e seguintes do CCP.
2. Em caso de incumprimento, pelo cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, este deve ceder a sua posição contratual ao concorrente do procedimento

pré-contratual que antecedeu a celebração do Contrato, que vier a ser indicado pela Agência, I.P., em função da ordem sequencial daquele procedimento, nos termos e nas situações previstas no artigo 318.º-A do CCP.

Cláusula 22.ª

Penalidades

1. Sem prejuízo de outras penalidades definidas no presente caderno de encargos, em caso de incumprimento e/ou cumprimento defeituoso das obrigações contratuais por razões imputáveis ao Cocontratante, poderão ser aplicadas sanções de natureza pecuniária, ao abrigo do disposto nos artigos 329.º, 444.º e 451.º do CCP e nos termos dos números seguintes.
2. O incumprimento, imputável ao Cocontratante, permite a aplicação, pela Agência I.P., de uma sanção de natureza pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos termos seguintes:
 - a) Pelo não cumprimento do prazo de comunicação de substituição de qualquer elemento da equipa de avaliação, nos termos previstos no n.º 1 da cláusula 9.ª do presente caderno de encargos, pode ser aplicada uma sanção de natureza pecuniária no valor de 45,00€ (quarenta e cinco euros), por cada dia de atraso e por cada elemento;
 - b) Sem prejuízo do disposto na alínea anterior, por cada substituição de elementos da equipa de avaliação em violação do disposto na cláusula 9.ª, pode ser aplicada uma sanção de natureza pecuniária no valor de 1.000 € (mil euros), por cada ocorrência;
 - c) Pelo incumprimento dos prazos de entrega dos entregáveis nos termos previstos na cláusula 10.ª e no ponto 7 das especificações técnicas do presente caderno de encargos, pode ser aplicada uma sanção de natureza pecuniária no valor de 2 ‰ (dois por mil) do preço contratual, por cada dia de atraso até ao pontual cumprimento;
 - d) Pela não realização das alterações solicitadas pela Agência I.P. nos termos previstos na cláusula 11.ª do presente caderno de encargos, pode ser aplicada uma sanção no valor de 2 ‰ (dois por mil) do preço contratual, por cada dia de atraso até ao pontual cumprimento;
 - e) Pela não elaboração dos entregáveis em conformidade com o definido nas Especificações Técnicas e na proposta adjudicada, nomeadamente no que concerne ao conteúdo, estrutura, formato, língua, informação e publicidade, pode ser aplicada uma sanção de natureza pecuniária no valor de 2 ‰ (dois por mil) do preço contratual por cada desconformidade;
 - f) Pela falta, sem justificação atempada e por motivo ponderoso, do coordenador do estudo, a qualquer reunião agendada para a qual deva estar presente pode ser aplicada uma sanção de natureza pecuniária no valor de 1.000,00€ (mil euros), por cada ocorrência;

- g) No valor de 1% (um por cento) do preço contratual por qualquer outro incumprimento e/ou cumprimento defeituoso de obrigações que não se subsumam nas alíneas anteriores, por cada ocorrência.
3. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Agência I.P. tem ainda em consideração a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e consequências do incumprimento.
 4. O valor acumulado das sanções a aplicar não poderá exceder o limite máximo de 20% (vinte por cento) do preço contratual.
 5. Nos casos em que seja atingido o limite máximo previsto no número anterior, e a Agência I.P. decida não proceder à resolução do Contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30 % (trinta por cento).
 6. Em caso de resolução do Contrato por incumprimento definitivo, nos termos do artigo 333.º do CCP, a Agência I.P. pode aplicar uma sanção de natureza pecuniária até ao limite indicado no número anterior.
 7. A Agência I.P. pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do Contrato com as sanções de natureza pecuniária devidas nos termos da presente cláusula, obrigando-se o Cocontratante a emitir os necessários documentos contabilísticos para o efeito.
 8. As sanções de natureza pecuniária previstas na presente cláusula não obstam a que a Agência I.P. exija uma indemnização pelo dano excedente nos termos das disposições relativas à obrigação de indemnização por mora e incumprimento definitivo previstas na lei.

Cláusula 23.ª

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao Cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do Contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
 - a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do Contrato;
 - b) Sejam alheias à sua vontade;
 - c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do Contrato; e
 - d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.
3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Cocontratante, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Cocontratante de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Cocontratante não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros;
 - h) Declaração de estado de emergência ou de calamidade, em situações de pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde, bem como imposição administrativa de teletrabalho que não impeça a execução do Contrato.
4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.

Cláusula 24.ª

Resolução do Contrato por parte da Agência, I.P.

- 1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Agência, I.P. pode resolver o contrato nos termos dos artigos 333.º e seguintes do CCP
- 2. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Agência, I.P. pode resolver o Contrato, a título sancionatório, no caso de o Cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente atraso, total ou parcial, na prestação dos serviços objeto do Contrato superior a trinta dias ou declaração escrita do Cocontratante de que o atraso em determinada prestação excederá esse prazo.
- 3. O direito de resolução referido no número anterior não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais.
- 4. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Cocontratante e não implica a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos

previstos no presente Caderno de Encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pela Agência, I.P.

5. A resolução do contrato não prejudica a aplicação de quaisquer sanções contratuais aplicada nos termos do número anterior.

Cláusula 25.ª

Resolução do Contrato por parte do Cocontratante

1. O Cocontratante pode resolver o Contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do CCP.
2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 332.º do CCP, o direito de resolução é exercido por via judicial.
3. A resolução do Contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Cocontratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do Contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 26.ª

Deveres de informação

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do Contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 2 (dois) dias úteis após a ocorrência do impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do Contrato.

Cláusula 27.ª

Comunicações

1. As notificações e comunicações a realizar no âmbito da execução contratual são efetuadas nos termos dos artigos 467.º, 468.º e 469.º do CCP.
2. Todas as comunicações entre a Agência, I.P. e o Cocontratante devem ser efetuadas através de carta registada com aviso de receção ou correio eletrónico, de acordo com as informações que, para o efeito, constarem no Contrato.

3. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.
4. Qualquer comunicação feita por correio eletrónico efetuada após as 17h00 do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presume-se feita às 10h00 do dia útil seguinte.

Cláusula 28.ª

Desempenho Ambiental

1. O Cocontratante deve atender e garantir sustentabilidade ecológica das prestações objeto do contrato a celebrar, adotando e promovendo as melhores práticas ambientais por forma a incluir as medidas necessárias a fim de assegurar a proteção do ar, da água, do solo, e de prevenir ou reduzir a poluição sonora, a produção de resíduos e o consumo energético, entre outros aspetos que se revelem adequados, com o objetivo de alcançar um nível elevado de proteção do ambiente e minimizar os impactes ambientais.
2. O Cocontratante deve igualmente garantir o correto encaminhamento dos eventuais resíduos produzidos no decorrer da execução do contrato, respeitando as boas práticas ambientais previstas na legislação em vigor.

Cláusula 29.ª

Despesas e encargos

1. Todas as despesas e encargos decorrentes ou necessários para a celebração do Contrato são da responsabilidade do Cocontratante.
2. O Cocontratante fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares, em vigor, designadamente sobre acidentes de trabalho e medicina no trabalho, relativamente aos elementos da sua equipa, na execução dos trabalhos, correndo por sua conta os encargos que daí resultem.

Cláusula 30.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do Contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com renúncia expressa a qualquer outro.

Cláusula 31.ª

Direito aplicável

1. O Contrato é regulado pela Lei Portuguesa, com expressa renúncia a qualquer outra.
2. O Contrato tem natureza administrativa e rege-se pelo disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual.

Cláusula 32.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no presente Caderno de Encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados e a sua contagem rege-se pelo disposto no artigo 471.º do CCP, salvo quando especificado de forma diferente.

PARTE II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. DEFINIÇÕES E ACRÓNIMOS

1.1. Para efeitos do Caderno de Encargos, os acrónimos referidos nas alíneas seguintes têm o sentido que aí lhes é atribuído na seguinte lista:

AAC	Avisos de Abertura a Candidaturas
ABT	Avaliação Baseada na Teoria
ACM	Alto Comissariado para as Migrações
AD&C	Agência para o Desenvolvimento e Coesão
AIC	Avaliação de Impacto Contrafactual
AIMA	Agência para a Integração, Migrações e Asilo
CAE	Código de Atividade Económica
CE	Comissão Europeia
CEI	Contratos de Emprego - Inserção
CEI+	Contratos de Emprego - Inserção +
CES	Conselho Económico e Social
CIG	Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género
CLDS	Contratos Locais de Desenvolvimento Social
COOP Jovem	Programa de apoio ao empreendedorismo cooperativo para jovens NEET
CPE Premium	Programa de Criação do Próprio Emprego
D.R.	Diário da República
DLBC	Desenvolvimento Local de Base Comunitária
DLD	Desempregados de Longa Duração
EFA	Educação e Formação de Adultos
ENIPSSA	Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2025-2030
EOR	Elementos Obrigatórios de Resposta
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FIS	Fundo de Investimento Social
GA	Grupo de Acompanhamento
GD	Grupos Desfavorecidos
GEP	Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
IEJ	Iniciativa Emprego Jovem
MAVI	Modelos de apoio à vida independente
MPIS	Medidas de Inovação Social

N.º	Número
NEET	Jovem que não se encontra a trabalhar, nem a estudar e não frequenta qualquer tipo de formação.
PCDI	Pessoas com Deficiência ou Incapacidade
PEPAC Missões	Programa de Estágios na Administração Central – Missões diplomáticas
PGA	Plano Global de Avaliação
PLANAP	Centro de Planeamento e de Avaliação de Políticas Públicas
PME	Pequena e Média Empresa
PO	Programa Operacional
POCH	Programa Operacional Capital Humano
POISE	Programa Operacional Inclusão Social e Emprego
PPI	Parcerias para a Inserção
PRR	Plano de Recuperação e Resiliência
PT2020	Portugal 2020
PT2030	Portugal 2030
QA	Questão de Avaliação
SIE	Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego
SIFSE	Sistema Integrado de Informação do Fundo Social Europeu
TdP	Teoria da Programação
UE	União Europeia

2. CONTEXTO E PROPÓSITO DA AVALIAÇÃO

- 2.1. O **Plano Global de Avaliação do Portugal 2030 (PGA PT2030)**, elaborado e consensualizado pelas entidades com responsabilidades na coordenação política e técnica e na gestão dos programas do PT2030, define a estratégia de avaliação do período de programação 2021-2027 e as diretrizes para a sua implementação. Cumpre, dessa forma, o disposto no artigo 44º do Regulamento das Disposições Comuns dos Fundos Europeus – Regulamento (UE) nº 2021/1060, de 24 de junho, designadamente no que respeita à elaboração, pelo Estado-Membro ou a Autoridade de Gestão, de um *“plano de avaliação que pode cobrir mais do que um programa”*. O PGA PT2030 visa enquadrar e suportar a realização de avaliações de qualidade, com relevância e utilidade na definição e implementação de políticas públicas mais relevantes, eficazes e eficientes, contribuindo para a maior qualidade na prestação de contas da aplicação dos fundos europeus perante a sociedade e para o reforço de uma cultura de avaliação de políticas públicas e de desenho de políticas baseadas em evidência.
- 2.2. O PGA PT2030 inclui avaliações globais, com incidência em grandes agendas de política, que constituem análises agregadas de um conjunto alargado de instrumentos (de vários programas) que contribuem para o mesmo objetivo global.
- 2.3. O PGA PT2030 inclui também avaliações que incidem em intervenções do período de programação anterior (Portugal 2020), com relevância e continuidade no atual período de programação (PT2030), permitindo uma aprendizagem sobre os seus efeitos e sobre as eventuais necessidades de aperfeiçoamento na conceção e implementação das intervenções atuais e futuras.

- 2.4. No caso das intervenções de promoção do emprego como combate à exclusão social¹, há uma continuidade destes apoios, justificados pela necessidade de continuar a reforçar o combate à exclusão social.
- 2.5. Acresce que, apesar de terem sido efetuadas avaliações sobre diferentes intervenções que compõem a política de promoção do emprego como forma de inclusão social, por um lado, existem muitas outras intervenções que compõem igualmente esta política ainda não avaliadas no âmbito dos Fundos e, por outro, ainda não foi realizada uma avaliação que abrangesse, de forma agregada, o conjunto das intervenções que contribuem para o objetivo global de redução da exclusão social de grupos desfavorecidos, por via do aumento da sua participação no mercado de trabalho e na obtenção de empregos com qualidade.
- 2.6. **Justifica-se, assim, a realização da presente avaliação**, quer pela relevância continuada destes instrumentos de apoio ao longo dos ciclos de programação, quer pela necessidade de aprofundamento do conhecimento sobre o funcionamento destas intervenções, nomeadamente nas dinâmicas de integração profissional de grupos desfavorecidos no mercado de trabalho e na mitigação de fatores que conduzem à exclusão social (por via do emprego). Para tal, uma das vantagens desta avaliação é possibilitar a análise integrada do vasto conjunto de intervenções com esta finalidade cofinanciadas, permitindo perceber complementaridades, sinergias, sobreposições e a combinação entre estas (e outras intervenções) que conduzam a situações bem-sucedidas. E fazê-lo numa perspetiva do território e por grupo desfavorecido e na perspetiva dos empregadores.
- 2.7. Esta avaliação assume-se, assim, como complementar às avaliações específicas previstas no PGA PT2030 para alguns dos instrumentos de política objeto desta avaliação, na medida em que faz uma análise transversal destes instrumentos e dos seus efeitos combinados.
- 2.8. **O momento em que a avaliação se realiza** e a incidência temporal do seu objeto – avaliação *ex post* do impacto dos instrumentos de apoio do PT2020 (e do PT2030, quando adequado) – justifica-se também pela vantagem de, beneficiando do tempo decorrido desde a implementação das intervenções objeto da avaliação, permitir produzir análises mais robustas sobre os seus efeitos.
- 2.9. Os **resultados da avaliação deverão contribuir** para informar tempestivas decisões de gestão e decisões de política, desde logo as que visem o aperfeiçoamento do desenho e implementação dos instrumentos de apoio do PT2030 dirigidos à promoção do emprego como forma de combater a exclusão social. Para o efeito, a avaliação deve produzir recomendações fundamentadas pelas conclusões, realistas e exequíveis.
- 2.10. Orientada pelo princípio da utilidade, a avaliação tem como principais **destinatários e utilizadores**:

¹ Neste Caderno de Encargos entende-se exclusão social como a **limitação ou impedimento de aceder a um conjunto de direitos** como o “acesso a um rendimento digno, trabalho e emprego, proteção social, habitação, respostas sociais, a informação e o conhecimento, a segurança, a participação política e cívica, a liberdade de constituir uma família, a articulação entre a vida familiar e a vida profissional, o direito à igualdade de oportunidades e à não discriminação, entre outros” (idem) (Avaliação intercalar POISE, p. 7). Inclui, assim, aspetos relacionados com a pobreza, isto é, a **dimensão material** mais estritamente associada aos baixos rendimentos e às lacunas do ponto de vista do consumo, mas estende-se para além dessas dimensões. Por outro lado, contempla uma **visão dinâmica** das situações (ela é processual e cumulativa) e inclui as **estruturas sociais** que produzem as situações de exclusão (os mercados de trabalho, as instituições, as estruturas e respostas de proximidade, etc.), mas também uma **dimensão subjetiva** com manifestações ao nível individual e societal.

- As Autoridades de Gestão dos Programas financiadores dos instrumentos de apoio;
- Os Organismos Intermédios;
- A Agência para o Desenvolvimento e Coesão (AD&C), enquanto órgão de coordenação técnica do Portugal 2030;
- A Comissão Europeia;
- O Comité de Acompanhamento dos Programas financiadores, enquanto órgãos responsáveis pelo acompanhamento do desempenho dos respetivos Programas;
- A Comissão Interministerial de Coordenação do Portugal 2030, enquanto órgão de coordenação política geral do Portugal 2030, e o membro do Governo responsável pela área temática a que o Programa está subordinado;
- Decisores políticos e gestores públicos das áreas objeto da avaliação;
- Entidades públicas com funções de apoio à decisão política;
- Os beneficiários e destinatários, e seus representantes, das intervenções avaliadas e os cidadãos em geral, respeitando o princípio da transparência e da prestação de contas.

3. CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE AVALIAÇÃO

Os apoios ao Emprego como combate à exclusão social

- 3.1. A avaliação tem como objeto de análise o conjunto de intervenções de apoio ao emprego, cofinanciadas pelo Portugal 2020, como combate à exclusão social, ou seja, dirigidas ao objetivo de promover a inclusão através do emprego, nomeadamente:

Quadro 1. Intervenções e Tipologias de Operação (TO)

Intervenções	Tipologia
Acesso ao emprego	Apoios à Contratação (jovens e adultos) (inclui Integra-Açores) Estágios (jovens e adultos) (inclui Reativar (Madeira), Açores, PEPAL) IEJ - Apoios à contratação IEJ - Estágios (inclui Estágios IEJ, Programa Integra, Inov Contacto, PEPAC-Missões-MNE, PEPAL)
Empreendedorismo	IEJ - Empreendedorismo SI2E Apoio ao empreendedorismo - promoção do trabalho em rede (SI2E) Apoio ao empreendedorismo de base local (SI2E) + Coeso Emprego Interior + Coeso Emprego Urbano + Coeso Emprego Empreendedorismo Social Apoio ao empreendedorismo de base local (+Coeso) Outros
Formação para DLD	Formação Modular para DLD (Desempregados de Longa Duração) Vida Ativa para DLD Capacitação para a Inclusão
Trabalho socialmente necessário	Trabalho socialmente necessário - CEI e CEI+ Programas Ocupacionais (Inclui parte da TO Madeira - Vida e Trabalho, Programas Ocupacionais, Empresas de Inseção)
Abordagens territoriais / equipas especializadas	Programa Escolhas Abordagens integradas para a inclusão ativa, através de programas integrados de inovação e experimentação social e de animação territorial, envolvendo redes sociais sub-regionais Projetos inovadores e/ou Experimentais CLDS (Contratos locais de desenvolvimento social)
Planos para a igualdade	Apoio técnico à elaboração, monitorização da execução e avaliação de planos para a igualdade (inclui TO Açores - Programa de proteção à maternidade e fomento da empregabilidade feminina)
Inovação Social	Fundo para a inovação Social (Instrumento Financeiro) Parcerias para o impacto Títulos de Impacto Social
Apoio a pessoas sem abrigo	Inserção de pessoas sem abrigo
Apoio a pessoas com deficiência e ou incapacidade	Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade (Estágios para pessoas com deficiência e incapacidade) Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade MAVI (Modelos de apoio à vida independente)
Apoio à Comunidade Cigana e Imigrantes	Inserção socio profissional da comunidade cigana Projeto de mediadores municipais e interculturais em SP Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante Português para Todos/Português Língua de Acolhimento

- 3.2. Deve, ainda, ser considerada a seguinte intervenção cofinanciada pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR): RE-C06-i02 Compromisso Emprego Sustentável (esta componente deve ser integrada na Teoria da Programação, referida no ponto seguinte, pela equipa de avaliação).
- 3.3. Este investimento tem como objetivos criar contratos de trabalho permanentes e de qualidade, bem como reduzir a segmentação do mercado de trabalho em todos os grupos, incluindo os jovens. Os empregadores têm direito a subsídios temporários para celebração de contratos sem termo, com salários adequados, a fim de acelerar o regresso à vida ativa.

Explicitação da lógica da intervenção

- 3.4. Os instrumentos de apoio de promoção da inserção no mercado de trabalho descritos têm implícita uma Teoria da Programação (TdP), cuja representação esquemática se apresenta no **Anexo I**, que descreve a forma como se espera que estas intervenções atuem na concretização dos seus objetivos específicos e do objetivo global de diminuição dos fatores que conduzem a situações de exclusão social, por via da inserção profissional e da qualidade dos empregos obtidos.

Esta TdP é, assim, uma representação da lógica de intervenção dos diferentes instrumentos de apoio (intervensões) e dos processos causais que se espera desencadear na produção dos efeitos desejados por esta política.

- 3.5. Até cinco dias úteis após o início da vigência do contrato será disponibilizado um Documento de Apoio à avaliação, no qual consta:
- i) a TdP com eventuais ajustamentos e a respetiva narrativa;
 - ii) quadros-síntese da execução financeira e física das intervenções apresentados neste Caderno de encargos, atualizados à data da assinatura do contrato;
 - iii) fichas de caracterização das tipologias de operação objeto da avaliação (incluindo, para cada tipologia e com as referências e *links* ao enquadramento regulamento aplicável, a descrição dos objetivos e caracterização da intervenção, os respetivos Programas financiadores e Organismos Intermédios, a tipificação das entidade beneficiárias, das ações e despesas elegíveis, a listagem dos indicadores previstos e a listagem de todos os Avisos de Abertura a Candidaturas (AAC), com o respetivo *link* para os documentos).

Balanço da implementação das intervenções objeto da avaliação

- 3.6. Apresentam-se, de seguida, os principais dados de balanço da implementação destas intervenções, considerando os Avisos de Abertura a Candidaturas (AAC) publicados, as candidaturas apresentadas e as operações aprovadas, os valores de apoio aprovado e executado e os indicadores de realização e resultado dos Programas e das operações.
- 3.7. Para além das **Autoridades de Gestão dos Programas** abaixo referidos, a implementação destes apoios tem ainda a participação de um conjunto de **Organismos Intermédios (Anexo II)**, de acordo com a extensão das competências, nestes, delegadas pelas Autoridades de Gestão.
- 3.8. Durante o período de programação do Portugal 2020 foram lançados 590 AAC (Quadro 2).
- 3.9. O Quadro 3 apresenta, para cada tipologia e de acordo com os respetivos Programas financiadores, o número de candidaturas recebidas e o número de operações aprovadas (inclui operações no estado “aceite pelas Entidades/contratadas”; “em execução” e “encerrada/concluída”).
- 3.10. O Quadro 4 apresenta, para cada tipologia e de acordo com os respetivos Programas financiadores, o montante do apoio aprovado e do apoio executado.
- 3.11. No conjunto das tipologias objeto da avaliação, as operações aprovadas correspondem a mais de seis mil beneficiários distintos. Nas intervenções identificadas no Quadro 5, com menor número de beneficiários afetos, estes são organismos/entidades públicas (p.e. IEFPP) de âmbito nacional, por outro lado, as intervenções com maior número de beneficiários afetos, estes são entidades privadas (p.e. Micro e PME e associações sem fins lucrativos), ou entidades públicas de base local.

Quadro 2. Nº de Avisos de Abertura a Candidaturas (AAC) publicados, por Tipologia

Intervenções	Tipologia	Programa Financiador										Total
		POISE	POCH	COMPETE 2020	Norte 2020	Centro 2020	Alentejo 2020	Lisboa 2020	Algarve 2020	Açores 2020	Madeira 14-20	
Acesso ao emprego	Apoios à Contratação							4	2	9	5	20
	Apoios à contratação para adultos	5										5
	Incentivos à Criação de Postos de Trabalho										1	1
	Programa Integra									1		1
	Estágios para Adultos	5						1	2			8
	REATIVAR - Estágios Profissionais Adultos										2	2
	Integração dos jovens no mercado laboral	2								7	3	12
	Emprego Jovem Ativo	1										1
	Estágios para Jovens									5		5
	Estágios							3	2			5
	PEPAL (programa de Estágios Profissionais na Administração)				1	2	1	1	1			6
	Apoios à contratação IEJ	2										2
	INTEGRA	1										1
	Programa de Incentivo à Inserção do Estagiário L e T – PIIE	1										1
	Estagiário T (Açores)	2										2
	Estágios IEJ	6										6
	INOV Contacto	4										4
	PEPAC Missões (Programa de Estágios Profissionais na Administração Central)	5										5
Empreendedorismo	PEPAL (programa de Estágios Profissionais na Administração)	1										1
	COOP Jovem	1										1
	Empreende Já - Rede de Perceção e Gestão de Negócios	1										1
	Projetos locais de empreendedorismo jovem	1										1
	Projetos locais de empreendedorismo - Apoio ao emprego e ao Investimento				10	9	5		2			26
	+ Coeso Emprego Urbano				15	18	1	10				44
	+ Coeso Emprego Empreendedorismo Social				22	29	1	7	8			67
	Ações de apoio ao empreendedorismo (Ideia Jovem Invest)										1	1
	Apoio à criação do próprio de emprego e criação de										1	1
	Apoio à criação do próprio emprego (CPE Premium)									3		3
	Apoio ao empreendedorismo						1					1
	Criação de emprego por conta própria e empreendedorismo								1			1
	Promoção de microempreendedorismo				11	9	9		2			31
	Apoio ao empreendedorismo - promoção do trabalho em				3				13			16
	Apoio ao empreendedorismo de base local				20	29	39	19	9			116
Formação para DLD	+ Coeso Emprego Interior				15	19	12		4			50
	Desenvolvimento socioeconómico de base local				36	30	45	17	14			142
	Formação Modular para DLD (Desempregados de Longa	2										2
Trabalho socialmente necessário	Vida Ativa para DLD	4										4
	Capacitação para a Inclusão	1									1	2
Abordagens territoriais/ equipas especializadas	Trabalho socialmente necessário - CEI e CEI+				3	2	3	1	1			10
	Programas Ocupacionais									5	3	8
Planos para a igualdade	Programa Escolhas	3						3	3			9
	Abordagens integradas para a inclusão ativa, através de programas integrados de inovação e experimentação social e de animação territorial, envolvendo redes sociais sub-regionais				2							2
	Projetos inovadores e/ou Experimentais						11	13				24
Inovação Social	CLDS (Contratos locais de desenvolvimento social)	5						2	1			8
	Apoio técnico à elaboração, monitorização da execução e avaliação de planos para a igualdade	1						1	1			3
Apoio pessoas sem abrigo	Programa de proteção à maternidade e fomento da empregabilidade feminina									2		2
	Fundo para a inovação Social			1								1
	Parcerias para o impacto	5	1					1	1			8
	Projetos para a sustentabilidade, inovação e								2			2
	Títulos de Impacto Social	2	1					2	1			6
Apoio pessoas com deficiência e ou incapacidade	Parcerias para o impacto		1									1
	Títulos de Impacto Social		1									1
	Inserção de pessoas sem abrigo				1	1	1	2	1			6
	Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade (Estágios para pessoas com deficiência e incapacidade)	3						1				4
	Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade	3									7	10
Apoio Comunidade Cigana e Imigrantes	MEA - Qualificação de pessoas com deficiência e ou	1										1
	MAVI (Modelos de apoio à vida independente)	1						1	1			3
	Inserção socio profissional da comunidade cigana	1						1				2
	Projeto de mediadores municipais e interculturais em SP	2										2
	Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante	3										3
	Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante (Lisboa e Algarve)							2	3			5
	Português para Todos/Português Língua de Acolhimento	3										3
Total												590

Fonte: Sistema de Informação PT2020, Lista de Operações, 31.12.2024

Quadro 3. Nº de Candidaturas apresentadas e aprovadas, por Tipologia e Programa

Intervenções	Tipologia	Programas Operacionais do Portugal 2020									
		POISE		POCH		COMPETE 2020		Norte 2020		Centro 2020	
		Candidaturas (nº)	Aprovações (nº)	Candidaturas (nº)	Aprovações (nº)	Candidaturas (nº)	Aprovações (nº)	Candidaturas (nº)	Aprovações (nº)	Candidaturas (nº)	Aprovações (nº)
Acesso ao emprego	Apoios à Contratação										
	Apoios à contratação para adultos	15	15								
	Incentivos à Criação de Postos de Trabalho										
	Programa Integra										
	Estágios para Adultos	15	15								
	REATIVAR - Estágios Profissionais Adultos										
	Integração dos jovens no mercado laboral	6	6								
	Emprego Jovem Ativo	5									
	Estágios para Jovens										
	Estágios										
	PEPAL (programa de Estágios Profissionais na Administração Local)							85	81	101	91
	Apoios à contratação IEJ	15	7								
	INTEGRA	3	1								
	Programa de Incentivo à Inserção do Estagiário L e T – PIIE (Açores)	3	3								
	Estagiário T (Açores)	4	4								
	Estágios IEJ	23	15								
	INOV Contacto	6	4								
	PEPAC Missões (Programa de Estágios Profissionais na Administração Central)	5	5								
Empreendedorismo	PEPAL (programa de Estágios Profissionais na Administração Local)	295	264								
	COOP Jovem	1	1								
	Empreende Já - Rede de Perceção e Gestão de Negócios	1	1								
	Projetos locais de empreendedorismo jovem	1									
	Projetos locais de empreendedorismo - Apoio ao emprego e ao Investimento							982	180	1339	373
	+ Coeso Emprego Urbano							741	389	982	225
	+ Coeso Emprego Empreendedorismo Social							153	95	165	43
	Ações de apoio ao empreendedorismo (Ideia Jovem Invest)										
	Apoio à criação do próprio de emprego e criação de empresas										
	Apoio à criação do próprio emprego (CPE Premium)										
	Apoio ao empreendedorismo										
	Criação de emprego por conta própria e empreendedorismo										
	Promoção de microempreendedorismo							1308	295	1932	742
	Apoio ao empreendedorismo - promoção do trabalho em rede							96	51		
	Apoio ao empreendedorismo de base local							539	166	673	222
	+ Coeso Emprego Interior							970	546	973	268
	Desenvolvimento socioeconómico de base local							805	327	969	377
Formação para DLD	Formação Modular para DLD (Desempregados de Longa Duração)	2112	444								
	Vida Ativa para DLD	72	56								
	Capacitação para a Inclusão	867	451								
Trabalho socialmente necessário	Trabalho socialmente necessário - CEI e CEI+							24	24	3	2
	Programas Ocupacionais										
Abordagens territoriais/ equipas especializadas	Programa Escolhas	10	9								
	Abordagens integradas para a inclusão ativa, através de programas integrados de inovação e experimentação social e de animação territorial, envolvendo redes sociais sub-regionais							32	23		
	Projetos inovadores e/ou Experimentais										
Planos para a igualdade	CLDS (Contratos locais de desenvolvimento social)	383	377								
	Apoio técnico à elaboração, monitorização da execução e avaliação de planos para a igualdade	75	40								
	Programa de proteção à maternidade e fomento da empregabilidade feminina										
Inovação Social	Fundo para a inovação Social					1	1				
	Parcerias para o impacto	653	324	26	18						
	Projetos para a sustentabilidade, inovação e experimentação social										
	Títulos de Impacto Social	20	9	15	6						
	Parcerias para o impacto			26	18						
Apoio pessoas sem abrigo	Títulos de Impacto Social			15	6						
	Inserção de pessoas sem abrigo							17	12	6	5
Apoio pessoas com deficiência e ou incapacidade	Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade (Estágios para pessoas com deficiência e incapacidade)	9	9								
	Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade	315	272								
	MEA - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade	97	87								
	MAVI (Modelos de apoio à vida independente)	51	27								
Apoio Comunidade Cigana e Imigrantes	Inserção socio profissional da comunidade cigana	12	9								
	Projeto de mediadores municipais e interculturais em SP	59	32								
	Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante	4	4								
	Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante (Lisboa e Algarve)										
Português para Todos/Português Língua de Acolhimento	Português para Todos/Português Língua de Acolhimento	56	27								
Total PT2020		5 193	2 518	41	24	1	1	5 752	2 189	7 143	2 348

Quadro 3. Nº de Candidaturas apresentadas e aprovadas, por Tipologia e Programa (continuação)

Intervenções	Tipologia	Programas Operacionais do Portugal 2020									
		Alentejo 2020		Lisboa 2020		Algarve 2020		Açores 2020		Madeira 14-20	
		Candidaturas (nº)	Aprova das (nº)	Candidaturas (nº)	Aprova das (nº)	Candidaturas (nº)	Aprova das (nº)	Candidaturas (nº)	Aprova das (nº)	Candidaturas (nº)	Aprova das (nº)
Acesso ao emprego	Apoios à Contratação			4	4	2	2	11	8	10	8
	Apoios à contratação para adultos										
	Incentivos à Criação de Postos de Trabalho									1	1
	Programa Integra							2	2		
	Estágios para Adultos			1	1	2	2				
	REATIVAR - Estágios Profissionais Adultos									3	3
	Integração dos jovens no mercado laboral							8	7	3	3
	Emprego Jovem Ativo										
	Estágios para Jovens							5	5		
	Estágios			3	3	2	2				
	PEPAL (programa de Estágios Profissionais na Administração Local)	57	46	11	8	12	9				
	Apoios à contratação IEJ										
	INTEGRA										
	Programa de Incentivo à Inserção do Estagiário L e T – PIIE (Açores)										
	Estagiário T (Açores)										
	Estágios IEJ										
	INOV Contacto										
	PEPAC Missões (Programa de Estágios Profissionais na Administração Central)										
	PEPAL (programa de Estágios Profissionais na Administração Local)										
Empreendedorismo	COOP Jovem										
	Empreende Já - Rede de Perceção e Gestão de Negócios										
	Projetos locais de empreendedorismo jovem										
	Projetos locais de empreendedorismo - Apoio ao emprego e ao Investimento	185	59			35	8				
	+ Coeso Emprego Urbano	54	21	198	108						
	+ Coeso Emprego Empreendedorismo Social	20	4	12	9	45	22				
	Ações de apoio ao empreendedorismo (Ideia Jovem Invest)									4	3
	Apoio à criação do próprio de emprego e criação de empresas									1	1
	Apoio à criação do próprio emprego (CPE Premium)							3	3		
	Apoio ao empreendedorismo	11	9								
	Criação de emprego por conta própria e empreendedorismo					30	14				
	Promoção de microempreendedorismo	298	154			47	11				
	Apoio ao empreendedorismo - promoção do trabalho em rede					92	18				
	Apoio ao empreendedorismo de base local	979	321	207	54	129	41				
	+ Coeso Emprego Interior	670	246			52	25				
	Desenvolvimento socioeconómico de base local	1173	556	340	72	128	40				
Formação para DLD	Formação Modular para DLD (Desempregados de Longa Duração)										
	Vida Ativa para DLD										
	Capacitação para a Inclusão									1	1
Trabalho socialmente necessário	Trabalho socialmente necessário - CEI e CEI+	4	3	1	1	1	1				
	Programas Ocupacionais							5	3	4	4
Abordagens territoriais/ equipas especializadas	Programa Escolhas			3	3	3	3				
	Abordagens integradas para a inclusão ativa, através de programas integrados de inovação e experimentação social e de animação territorial, envolvendo redes sociais sub-regionais										
	Projetos inovadores e/ou Experimentais	101	29	102	81						
	CLDS (Contratos locais de desenvolvimento social)			37	34	15	15				
Planos para a igualdade	Apoio técnico à elaboração, monitorização da execução e avaliação de planos para a igualdade			10	8	10	4				
	Programa de proteção à maternidade e fomento da empregabilidade feminina							2	2		
Inovação Social	Fundo para a inovação Social										
	Parcerias para o impacto			107	54	24	15				
	Projetos para a sustentabilidade, inovação e experimentação social					25	17				
	Títulos de Impacto Social			4	3	1	1				
	Parcerias para o impacto										
Apoio pessoas sem abrigo	Títulos de Impacto Social										
	Inserção de pessoas sem abrigo	2	2	11	10	2	1				
Apoio pessoas com deficiência e ou incapacidade	Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade (Estágios para pessoas com deficiência e incapacidade)			27	26						
	Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade									7	7
	MEA - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade										
	MAVI (Modelos de apoio à vida independente)			10	6	5	2				
Apoio Comunidade Cigana e Imigrantes	Inserção socio profissional da comunidade cigana			1	1						
	Projeto de mediadores municipais e interculturais em SP										
	Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante										
	Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante (Lisboa e Algarve)			2	2	3	3				
	Português para Todos/Português Língua de Acolhimento										
Total PT2020		3 554	1 450	1 091	488	665	256	36	30	34	31

Fonte: Sistema de Informação PT2020, Lista de Operações, 31.12.2024

Quadro 4. Custo total e apoio aprovado das candidaturas aprovadas, por Tipologia e Programa

Intervenções	Tipologia	POISE		POCH		COMPETE 2020		Norte 2020		Centro 2020	
		Custo Total Elegível Aprovado (€)	Apoio Aprovado (€)	Custo Total Elegível Aprovado (€)	Apoio Aprovado (€)	Custo Total Elegível Aprovado (€)	Apoio Aprovado (€)	Custo Total Elegível Aprovado (€)	Apoio Aprovado (€)	Custo Total Elegível Aprovado (€)	Apoio Aprovado (€)
Acesso ao emprego	Apoios à Contratação										
	Apoios à contratação para adultos	223 262 717	189 773 309								
	Incentivos à Criação de Postos de Trabalho										
	Programa Integra										
	Estágios para Adultos	196 757 397	167 243 787								
	REATIVAR - Estágios Profissionais Adultos										
	Integração dos jovens no mercado laboral	152 768 243	129 853 007								
	Estágios para Jovens										
	Estágios										
	PEPAL (programa de Estágios Profissionais na Administração Local)							6 162 158	5 237 834	5 024 723	4 271 015
	Apoios à contratação IEI	74 375 080	68 351 807								
	INTEGRA	1 323 438	1 217 563								
	Programa de Incentivo à Inserção do Estagiário L e T – PIIE (Açores)	3 513 821	3 232 715								
	Estagiário T (Açores)	22 121 258	20 347 058								
	Estágios IEI	346 267 188	318 184 919								
Empreendedorismo	INOVA Contacto	26 116 774	24 009 597								
	PEPAC Missões (Programa de Estágios Profissionais na Administração Central)	12 224 618	11 238 092								
	PEPAL (programa de Estágios Profissionais na Administração Local)	11 447 920	10 531 925								
	COOP Jovem	1 165 860	1 071 309								
	Empreende Já - Rede de Perceção e Gestão de Negócios	4 293 450	3 949 974								
	Projetos locais de empreendedorismo - Apoio ao emprego e ao investimento							2 094 265	1 780 126	3 423 778	2 910 212
	+ Coeso Emprego Urbano							38 583 027	32 795 574	22 341 899	18 990 614
	+ Coeso Emprego Empreendedorismo Social							8 798 886	7 479 053	3 784 064	3 216 454
	Ações de apoio ao empreendedorismo (Ideia Jovem Invest)										
	Apoio à criação do próprio de emprego e criação de empresas										
	Apoio à criação do próprio emprego (CPE Premium)										
	Apoio ao empreendedorismo										
	Criação de emprego por conta própria e empreendedorismo										
	Promoção de microempreendedorismo							49 673 534	22 925 924	114 955 089	58 576 797
	Apoio ao empreendedorismo - promoção do trabalho em rede							494 860	420 631		
Formação para DLD	Apoio ao empreendedorismo de base local							1 668 428	1 418 164	1 770 992	1 505 344
	+ Coeso Emprego Interior							47 788 629	40 620 335	24 944 424	21 202 761
	Desenvolvimento socioeconómico de base local							25 943 095	14 548 330	23 429 212	11 984 706
	Formação Modular para DLD (Desempregados de Longa Duração)	81 958 371	69 664 615								
Trabalho socialmente	Vida Ativa para DLD	87 254 479	74 166 307								
	Capacitação para a Inclusão	46 897 467	39 862 847								
Abordagens territoriais/ equipas especializadas	Trabalho socialmente necessário - CEI e CEI+							73 173 419	62 197 406	43 388 168	36 879 943
	Programas Ocupacionais										
Planos para a igualdade	Programa Escolhas	23 823 440	20 249 924								
	Abordagens integradas para a inclusão ativa, através de programas integrados de inovação e experimentação social e de animação territorial, envolvendo redes sociais sub-regionais							12 561 560	10 677 326		
Inovação Social	Projetos inovadores e/ou Experimentais										
	CLDS (Contratos locais de desenvolvimento social)	143 310 757	121 814 144								
Apoio pessoas sem abrigo	Apoio técnico à elaboração, monitorização da execução e avaliação de planos para a igualdade	2 882 989	2 450 541								
	Programa de proteção à maternidade e fomento da empregabilidade feminina										
Apoio pessoas com deficiência e ou incapacidade	Fundo para a inovação Social					18 867 458	9 995 710				
	Parcerias para o impacto	40 483 066	34 410 606	3 890 176	3 306 650						
Apoio Comunidade Cigana e Imigrantes	Projetos para a sustentabilidade, inovação e experimentação social										
	Títulos de Impacto Social	2 492 188	2 118 359	918 523	780 745						
Apoio pessoas com deficiência e ou incapacidade	Inserção de pessoas sem abrigo							1 755 445	1 492 128	588 235	500 000
	Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade (Estágios para pessoas com deficiência e ou incapacidade)	18 173 493	15 447 469								
Apoio Comunidade Cigana e Imigrantes	Qualificação de pessoas com deficiência e ou MEA - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade	254 673 448	216 472 431								
	MAVI (Modelos de apoio à vida independente)	100 670 466	85 569 896								
Apoio Comunidade Cigana e Imigrantes	CLDS (Contratos locais de desenvolvimento social)	30 606 621	26 015 628								
	Inserção socio profissional da comunidade cigana	533 867	453 787								
Apoio Comunidade Cigana e Imigrantes	Projeto de mediadores municipais e interculturais em Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante	4 769 319	4 053 921								
	Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante (Lisboa e Algarve)	4 441 046	3 774 889								
Apoio Comunidade Cigana e Imigrantes	Português para Todos/Português Língua de Acolhimento										
		4 096 018	3 481 615								
Total PT2020		1 922 704 797	1 669 012 041	4 808 700	4 087 395	18 867 458	9 995 710	268 697 306	201 592 830	243 650 585	160 037 846

Quadro 4. Custo total e apoio aprovado das candidaturas aprovadas, por Tipologia e Programa (continuação)

Intervenções	Tipologia	Alentejo 2020		Lisboa 2020		Algarve 2020		Açores 2020		Madeira 14-20	
		Custo Total Elegível Aprovado (€)	Apoio Aprovado (€)	Custo Total Elegível Aprovado (€)	Apoio Aprovado (€)	Custo Total Elegível Aprovado (€)	Apoio Aprovado (€)	Custo Total Elegível Aprovado (€)	Apoio Aprovado (€)	Custo Total Elegível Aprovado (€)	Apoio Aprovado (€)
Acesso ao emprego	Apoios à Contratação			32 154 181	19 277 041	6 134 095	4 907 276	26 598 142	22 608 421	24 235 952	20 600 559
	Apoios à contratação para adultos										
	Incentivos à Criação de Postos de Trabalho									88 995	86 992
	Programa Integra							2 751 713	2 338 956		
	Estágios para Adultos			12 374 239	8 281 914	10 855 759	8 684 607				
	REATIVAR - Estágios Profissionais Adultos									4 194 921	3 570 291
	Integração dos jovens no mercado laboral							43 842 261	37 265 922	1 976 866	1 820 222
	Estágios para Jovens							53 077 162	45 115 587		
	Estágios			68 174 095	46 089 402	14 395 318	11 516 255				
	PEPAL (programa de Estágios Profissionais na Administração Local)	2 335 015	1 984 763	484 779	242 389	415 544	332 435				
	Apoios à contratação IEJ										
	INTEGRA										
	Programa de Incentivo à Inserção do Estagiário L e T – PIIE (Açores)										
	Estagiário T (Açores)										
	Estágios IEJ										
Empreendedorismo	INOVA Contacto										
	PEPAC Missões (Programa de Estágios Profissionais na Administração Central)										
	PEPAL (programa de Estágios Profissionais na Administração Local)										
	COOP Jovem										
	Empreende Já - Rede de Perceção e Gestão de Negócios										
	Projetos locais de empreendedorismo - Apoio ao emprego e ao investimento	532 234	452 399			68 964	55 171				
	+ Coeso Emprego Urbano	1 968 021	1 574 417	9 716 302	4 858 151						
	+ Coeso Emprego Empreendedorismo Social	87 306	74 210	822 617	411 308	2 509 179	2 007 343				
	Ações de apoio ao empreendedorismo (Ideia Jovem Invest)									7 656 848	6 508 321
	Apoio à criação do próprio de emprego e criação de empresas									242 750	206 337
	Apoio à criação do próprio emprego (CPE Premium)							1 167 000	991 950		
	Apoio ao empreendedorismo	2 897 881	2 463 199								
	Criação de emprego por conta própria e empreendedorismo					1 597 125	1 277 700				
	Promoção de microempreendedorismo	27 981 202	13 188 168			653 705	273 281				
	Apoio ao empreendedorismo - promoção do trabalho em rede					134 433	107 546				
Formação para DLD	Apoio ao empreendedorismo de base local	6 391 184	5 432 506	3 967 216	1 983 608	3 767 672	3 014 137				
	+ Coeso Emprego Interior	25 548 795	21 716 476			2 300 125	1 840 100				
	Desenvolvimento socioeconómico de base local	34 649 412	18 184 189	4 415 113	2 011 612	2 567 024	1 432 783				
	Formação Modular para DLD (Desempregados de Longa Duração)										
Trabalho socialmente	Vida Ativa para DLD										
	Capacitação para a Inclusão									237 310	201 713
Abordagens territoriais/ equipas especializadas	Trabalho socialmente necessário - CEI e CEI+	28 647 386	24 350 278	9 948 886	4 974 443	7 826 769	6 261 415				
	Programas Ocupacionais							113 850 020	96 772 517	25 637 143	22 030 363
Planos para a igualdade	Programa Escolhas			17 458 088	10 217 046	2 098 489	1 678 791				
	Abordagens integradas para a inclusão ativa, através de programas integrados de inovação e experimentação social e de animação territorial, envolvendo redes sociais sub-regionais										
Inovação Social	Projetos inovadores e/ou Experimentais	2 083 174	1 770 698	9 070 251	4 535 126						
	CLDS (Contratos locais de desenvolvimento social)			13 666 123	6 833 062	5 015 841	4 012 673				
Apoio pessoas sem abrigo	Apoio técnico à elaboração, monitorização da execução e avaliação de planos para a igualdade			274 103	137 051	139 572	111 658				
	Programa de proteção à maternidade e fomento da empregabilidade feminina							996 436	846 970		
Apoio pessoas com deficiência e ou incapacidade	Fundo para a inovação Social										
	Parcerias para o impacto			7 247 540	3 623 770	2 426 853	1 941 482				
Apoio Comunidade Cigana e Imigrantes	Projetos para a sustentabilidade, inovação e experimentação social					2 296 785	1 837 428				
	Títulos de Impacto Social			1 620 386	810 193	25 819	20 655				
Apoio pessoas com deficiência e ou incapacidade	Inserção de pessoas sem abrigo	550 691	468 087	2 255 635	1 311 824	745 855	596 684				
	Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade (Estágios para pessoas com deficiência e incapacidade)			16 291 985	8 145 993						
Apoio Comunidade Cigana e Imigrantes	Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade									788 879	670 547
	MEA - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade										
Apoio Comunidade Cigana e Imigrantes	MAVI (Modelos de apoio à vida independente)			8 741 111	4 370 555	2 964 468	2 371 574				
	Inserção socio profissional da comunidade cigana			3 765 150	1 882 575						
Apoio Comunidade Cigana e Imigrantes	Projeto de mediadores municipais e interculturais em Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante										
	Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante (Lisboa e Algarve)			5 924 716	3 881 370	2 053 715	1 642 972				
Apoio Comunidade Cigana e Imigrantes	Português para Todos/Português Língua de Acolhimento										
Total PT2020		133 672 300	91 659 389	228 372 515	133 878 432	70 993 108	55 923 967	242 282 733	205 940 323	65 059 663	55 695 345

Fonte: Sistema de Informação PT2020, Lista de Operações, 31.12.2024

Quadro 5. Nº de beneficiários, por Tipologia e Programa

Intervenções	Tipologia	Programa Financiador										Total
		POISE	POCH	COMPETE 2020	Norte 2020	Centro 2020	Alentejo 2020	Lisboa 2020	Algarve 2020	Açores 2020	Madeira 14-20	
Acesso ao emprego	Apoios à Contratação							1	1	1	1	3
	Apoios à contratação para adultos	1										1
	Incentivos à Criação de Postos de Trabalho										1	1
	Programa Integra									1		1
	Estágios para Adultos	1						1	1			1
	REATIVAR - Estágios Profissionais Adultos										1	1
	Integração dos jovens no mercado laboral	1								1	1	3
	Estágios para Jovens									1		1
	Estágios							1	1			1
	PEPAL (programa de Estágios Profissionais na Administração Local)				81	87	46	8	9			231
	Apoios à contratação IEJ	2										2
	INTEGRA	1										1
	Programa de Incentivo à Inserção do Estagiário L e T – PIIE (Açores)	1										1
	Estagiário T (Açores)	1										1
	Estágios IEJ	2										2
	INOV Contacto	1										1
	PEPAC Missões (Programa de Estágios Profissionais na Administração Central)	1										1
	PEPAL (programa de Estágios Profissionais na Administração Local)	264										264
Empreendedorismo	COOP Jovem	1										1
	Empreende Já - Rede de Perceção e Gestão de Negócios	1										1
	Projetos locais de empreendedorismo - Apoio ao emprego e ao Investimento				173	293	59		8			533
	+ Coeso Emprego Urbano				388	225	21	108				742
	+ Coeso Emprego Empreendedorismo Social				95	43	4	9	22			172
	Ações de apoio ao empreendedorismo (Ideia Jovem Invest)										1	1
	Apoio à criação do próprio de emprego e criação de empresas										1	1
	Apoio à criação do próprio emprego (CPE Premium)									1		1
	Apoio ao empreendedorismo						9					9
	Criação de emprego por conta própria e empreendedorismo								14			14
	Promoção de microempreendedorismo				295	738	153		11			1 197
	Apoio ao empreendedorismo - promoção do trabalho em rede				51				18			69
	Apoio ao empreendedorismo de base local				164	205	320	46	41			776
	+ Coeso Emprego Interior				543	268	246		25			1 082
	Desenvolvimento socioeconómico de base local				322	375	541	70	39			1 345
Formação para DLD	Formação Modular para DLD (Desempregados de Longa Duração)	269										269
	Vida Ativa para DLD	13										13
	Capacitação para a Inclusão	393									1	394
Trabalho socialmente necessário	Trabalho socialmente necessário - CEI e CEI+				1	1	1	1	1			1
	Programas Ocupacionais									1	1	2
Abordagens territoriais/ equipas especializadas	Programa Escolhas	2						2	2			2
	Abordagens integradas para a inclusão ativa, através de programas integrados de inovação e experimentação social e de animação territorial, envolvendo redes sociais sub-regionais				21							21
	Projetos inovadores e/ou Experimentais						28	75				102
Planos para a igualdade	CLDS (Contratos locais de desenvolvimento social)	243						21	15			277
	Apoio técnico à elaboração, monitorização da execução e avaliação de planos para a igualdade	40						8	4			52
	Programa de proteção à maternidade e fomento da empregabilidade feminina									1		1
Inovação Social	Fundo para a inovação Social			1								1
	Parcerias para o impacto	231	15					47	14			273
	Projetos para a sustentabilidade, inovação e experimentação social								14			14
Títulos de Impacto Social	Títulos de Impacto Social	5	3					3	1			9
	Inserção de pessoas sem abrigo				12	5	2	10	1			29
Apoio pessoas com deficiência e ou incapacidade	Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade (Estágios para pessoas com deficiência e incapacidade)	1						26				27
	Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade	97									1	98
	MEA - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade	87										87
	MAVI (Modelos de apoio à vida independente)	25						6	2			29
Apoio Comunidade Cigana e Imigrantes	Inserção socio profissional da comunidade cigana	7						1				8
	Projeto de mediadores municipais e interculturais em SP	32										32
	Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante	1										1
	Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante (Lisboa e Algarve)							1	1			1
	Português para Todos/Português Língua de Acolhimento	13										13
Total		1 341	18	1	1 689	1 726	1 069	368	201	1	2	6 071

Nota: As contagens apresentadas correspondem ao número de entidades distintas em cada uma das células apresentadas. Os totais "Total" somam o número de beneficiários e não os valores das restantes células, para evitar duplas contagens.

Fonte: Sistema de Informação PT2020, Lista de Operações, 31.12.2024

3.12. Os valores de execução do PRR, no investimento C06-i02 - Compromisso Emprego Sustentável, são os que se apresentam no quadro abaixo:

Quadro 6. Nº de projetos e Apoio aprovado e executado PRR

PRR	N.º Projetos	Apoio Aprovado (€)	Apoio Executado (€)
01/C06-i02/2022	24 601	186 866 641,54 €	128 294 507,41 €
Aprovado	1 229	11 482 382,49 €	- €
Contratado	10 910	99 368 866,96 €	72 679 699,58 €
Encerrado	8 871	76 015 392,09 €	55 614 807,83 €
Não Aprovado	3 591	- €	- €
03/C06-i02/2023	20 953	169 812 391,33 €	77 188 394,74 €
Aprovado	5 358	53 573 609,96 €	- €
Contratado	11 212	106 161 760,67 €	73 748 068,03 €
Encerrado	1 104	10 077 020,70 €	3 440 326,71 €
Não Aprovado	3 279	- €	- €
Total	45 554	356 679 032,87 €	205 482 902,15 €

3.13. Para efeitos de monitorização dos Programas, são reportados os indicadores de realização e de resultado definidos no texto dos Programas abaixo listados (Quadros 7 e 8), aos quais estão associadas metas (para o ano de 2023) definidas para cada Programa. Abaixo apresentam-se, igualmente, os valores de execução reportados, com base nos dados mais recentes disponíveis (Relatório Anual de Execução de 2022). Após a assinatura do contrato, serão disponibilizados os dados que permitem a desagregação destes indicadores ao nível de cada tipologia.

Quadro 7. Indicadores de Realização, metas e execução, por Programa

ID	Designação do Indicador	Meta / Execução	POISE	Compete	Norte 2020	Centro	Alentejo	Lisboa	Algarve	Açores	Madeira
Indicadores de Realização											
O811	Participantes desempregados que beneficiam dos apoios à contratação	Meta (2023) Execução (1)	61 700 70 659					8 240 6 904	3 350 3 209	5 500 5 789	1 530 2 194
O812	Participantes desempregados que beneficiam dos estágios profissionais	Meta (2023) Execução (1)	56 300 64 349					10 824 11 287	3 379 3 976	2 621 2 241	
O813	Participantes desempregados que beneficiam dos estágios profissionais na administração local	Meta (2023) Execução (1)				280 415	485 117				
O816	Participantes jovens que beneficiam dos estágios profissionais	Meta (2023) Execução (1)								6 500 7 079	
O822	Participantes NEET que beneficiam de apoios ao emprego	Meta (2023) Execução (1)	23 700 20 436								
O823	Participantes NEET que beneficiam dos estágios profissionais	Meta (2023) Execução (1)	61 700 65 620								
O961	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	Meta (2023) Execução (1)			150 223	1 000 1 245	516 1 055	132 342	95 210		
O831	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	Meta (2023) Execução (1)	400 420				55 150		15 89	450 389	268 424
O824	Participações de jovens neet em ações de qualificação/educação	Meta (2023) Execução (1)	335 333								
O911	Participações de pessoas com deficiência e incapacidade em formação	Meta (2023) Execução (1)	19 400 24 013					3 164 3 099			
O912	Participações de pessoas de grupos desfavorecidos, incluindo desempregados, em unidades de formação de curta duração	Meta (2023) Execução (1)	748 200 818 595								
O913	Participações de pessoas de grupos desfavorecidos em percursos formativos	Meta (2023) Execução (1)	53 800 48 267								
O.09.01.09.E	Participantes que beneficiam de uma medida de emprego	Meta (2023) Execução (1)									6 386 4 924
O917	Participantes em ações de trabalho socialmente necessário	Meta (2023) Execução (1)			32 000 30 625	16 000 20 544	6 396 11 711		3 595 3 595		
O910	Participantes em programas ocupacionais de âmbito local e ao serviço à comunidade	Meta (2023) Execução (1)								9 000 8 849	
O914	Projetos apoiados direcionados a populações / territórios vulneráveis	Meta (2023) Execução (1)	450 553					140 152			
O841	Entidades apoiadas que implementaram planos para a igualdade	Meta (2023) Execução (1)	185 159					11 0	6 0		
O845	Mulheres participantes em apoios à proteção à maternidade	Meta (2023) Execução (1)								700 630	
O832	Projetos de empreendedorismo e inovação social apoiados com recurso a instrumentos financeiros	Meta (2023) Execução (1)		150 13							
O955	Projetos de inovação e experimentação social apoiados	Meta (2023) Execução (1)	420 456								
O918	Projetos de inovação e experimentação social apoiados	Meta (2023) Execução (1)			100 21			50 68	20 31		
O956	Participações em ações de capacitação das organizações da economia social	Meta (2023) Execução (1)								190 55	
O.09.01.06.E	Participantes de grupos desfavorecidos em formação de percursos formativos	Meta (2023) Execução (1)									128 255

Notas: (1) Salvo indicação contrária, valores reportam a 2022, cf. relatórios de execução dos Programas de 2022
Fonte: Relatórios Anuais de Execução dos Programas, 2022 (dados a 31.12.2022)

Quadro 8. Indicadores de Resultados, metas e execução, por Programa

ID	Designação do Indicador	Meta / Execução	Programa Financiador								
			POISE	Compete	Norte 2020	Centro	Alentejo	Lisboa	Algarve	Acores	Madeira
Indicadores de Resultado											
R812	Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação num estágio profissional	Meta (2023) Execução (1)	60% 70%					72% 76%	60% 70%		43% 35,2% (2)
R815	Participantes jovens empregados 6 meses depois de terminada a participação num estágio profissional	Meta (2023) Execução (1)								50% 60%	
R811	Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação nas ações de apoio à contratação	Meta (2023) Execução (1)	45% 81%					45% 74%	45% 77%	45% 76%	60% 88%
R813	Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação num estágio profissional na administração local	Meta (2023) Execução (1)		35% 0%	35% 0%	35% 0%					14% 17%
R831	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio	Meta (2023) Execução (1)		70% 0%	50% 0%	70% 0%			70% 0%	60% 99%	40% 83%
R961	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego que permanecem 12 meses após o fim do apoio	Meta (2023) Execução (1)		50% 0%	50% 0%	55%-60% 0%	50% 0%	70% 0%			
R9111	Participações certificadas de pessoas de grupos desfavorecidos, incluindo desempregados, em unidades de formação de curta duração	Meta (2023) Execução (1)	70% 92%								
R9112	Participações certificadas de pessoas de grupos desfavorecidos em percursos formativos	Meta (2023) Execução (1)	70% 86%								
R9113	Participações certificadas de pessoas com deficiência e incapacidade	Meta (2023) Execução (1)	61% 75%					60% 79%			
09.01.05	Participantes de grupos desfavorecidos que foram certificados no final da formação de percursos formativos	Meta (2023) Execução (1)									80% 44,25% (2)
R916	Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação em ações de trabalho socialmente necessário	Meta (2023) Execução (1)		42% 40,7% (3)	42% 37%	39% 0%		42% 43%			
R917	Participantes em programas ocupacionais, empregados 6 meses após a conclusão da participação	Meta (2023) Execução (1)								20% 41%	
R954	Projetos de inovação e experimentação social concluídos	Meta (2023) Execução (1)	70% 70%								
R9117	Projetos de inovação e experimentação social concluídos	Meta (2023) Execução (1)							70% 10%		
R9114	Projetos concluídos direcionados a populações/territórios vulneráveis	Meta (2023) Execução (1)	90% 100%					90% 99%			
R841	Entidades apoiadas com planos para a igualdade implementados com avaliação efetuada	Meta (2023) Execução (1)	80% 0%					80% 0%	80% 0%		
R845	Mulheres empregadas 6 meses após o termo do período de apoio	Meta (2023) Execução (1)								40% 41%	
R832	Novas respostas sociais disponibilizadas com recurso a instrumentos financeiros no total dos projetos apoiados	Meta (2023) Execução (1)		60%-70% 0%							
R953	Participantes que concluem ações de capacitação das organizações da economia social com certificação	Meta (2023) Execução (1)								75% 100%	
Indicadores de Resultado IEJ											
CR01	Participantes desempregados que chegam ao fim da intervenção apoiada pela IEJ	Meta (2023) Execução (1)	60% 90%								
CR02	Participantes desempregados que recebem uma oportunidade de emprego, de continuação dos estudos ou de formação ou estágio, uma vez terminada a participação	Meta (2023) Execução (1)	55% 68%								
CR03	Participantes desempregados que seguem estudos ou ações de formação, que adquirem qualificações ou que têm emprego, incluindo uma atividade por conta própria, uma vez terminada a participação	Meta (2023) Execução (1)	50% 62%								
CR04	Participantes desempregados de longa duração que chegam ao fim da intervenção apoiada pela IEJ	Meta (2023) Execução (1)	55% 90%								
CR05	Participantes desempregados de longa duração que recebem uma oportunidade de emprego, de continuação dos estudos ou de formação ou estágio, uma vez terminada a participação	Meta (2023) Execução (1)	50% 70%								
CR06	Participantes desempregados de longa duração que seguem estudos ou ações de formação, que adquirem qualificações ou que têm emprego, incluindo uma atividade por conta própria, uma vez terminada a participação	Meta (2023) Execução (1)	40% 66%								
CR07	Participantes inativos que não estudam nem seguem uma formação, que chegam ao fim da intervenção apoiada pela IEJ	Meta (2023) Execução (1)	50% 117%								
CR08	Participantes inativos que não estudam nem seguem uma formação, que recebem uma oportunidade de emprego, de continuação dos estudos ou de formação ou estágio, uma vez terminada a participação	Meta (2023) Execução (1)	45% 16%								
CR09	Participantes inativos que não estudam nem seguem uma formação, que adquirem uma qualificação ou têm emprego, incluindo uma atividade por conta própria, uma vez terminada a participação	Meta (2023) Execução (1)	35% 66%								
CR10	Participantes em ações de educação contínua, programas de formação conducentes a uma qualificação, aprendizagens ou estágios, seis meses depois de terminada a sua participação	Meta (2023) Execução (1)	30% 3%								
CR11	Participantes com emprego, seis meses depois de terminada a sua participação	Meta (2023) Execução (1)	45% 68%								
CR12	Participantes que trabalham por conta própria, seis meses depois de terminada a sua participação	Meta (2023) Execução (1)	10% 1%								
CR01	Participantes inativos que procuram emprego, uma vez terminada a participação	Meta (2023) Execução (1)	77 402								
CR02	Participantes que seguem estudos ou ações de formação uma vez terminada a participação	Meta (2023) Execução (1)	1 352 84 789								
CR03	Participantes que obtêm uma qualificação uma vez terminada a participação	Meta (2023) Execução (1)	0								
CR04	Participantes com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, uma vez terminada a participação	Meta (2023) Execução (1)	51 853 84 387								
CR05	Participantes desfavorecidos que procuram emprego, estudam ou seguem uma formação, adquirem uma qualificação ou têm emprego, incluindo uma atividade por conta própria, uma vez terminada a participação	Meta (2023) Execução (1)	509 891								
CR06	Participantes com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação	Meta (2023) Execução (1)	54 717 80 132								
CR07	Participantes com uma melhor situação laboral seis meses depois de terminada a participação	Meta (2023) Execução (1)	0								
CR08	Participantes com mais de 54 anos com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação	Meta (2023) Execução (1)	0								
CR09	Participantes desfavorecidos com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação	Meta (2023) Execução (1)	541 1 123								

Notas: (1) Salvo indicação contrária, valores reportam a 2022, cf. relatórios de execução dos Programas de 2022

(2) Valores reportam a 2020, cf. relatórios de execução dos Programas de 2022.

(3) Valores reportam a 2018, cf. relatórios de execução dos Programas de 2022.

Apuramento Final, da IEJ, feito manualmente

Fonte: Relatórios Anuais de Execução dos Programas, 2022 (dados a 31.12.2022)

- 3.14. Para efeito de monitorização das operações, e seguindo o princípio da orientação para resultados, são definidos, em sede de AAC, indicadores de realização e resultado a contratualizar pelos beneficiários (Anexo III), tendo em vista a comprovação da obtenção dos resultados subjacentes à decisão de financiamento do projeto.
- 3.15. Uma vez que os indicadores de contratualização são definidos ao nível dos AAC, estes podem diferir entre Programas e, para cada Programa, entre Avisos. Ou seja, nem todos os indicadores identificados no **Anexo III** estão, necessariamente, associados a todas as operações da mesma tipologia e/ou do mesmo Programa. Este aspeto deverá ser tido em conta na avaliação para efeito de análises agregadas do desempenho dos Programas.
- 3.16. Os valores destes indicadores de contratualização por operação serão disponibilizados à equipa de avaliação e correspondem a toda a informação passível de extrair dos sistemas de informação do Portugal 2020 e dos Programas – ver também ponto 11, alínea f) destas especificações técnicas. As eventuais limitações destes dados para efeitos de avaliação devem ser devidamente ponderadas no desenho metodológico da avaliação, devendo a equipa de avaliação identificar outros indicadores necessários à avaliação e assegurar a respetiva recolha de informação, de acordo com os requisitos adiante definidos nos pontos 5 e 6 destas especificações técnicas. Alerta-se, ainda, de que para grande parte das intervenções não existem listagens de destinatários nos Programas financiadores para disponibilizar aos avaliadores; estas terão de ser obtidas pela equipa de avaliação junto das entidades beneficiárias.

Avaliações ou estudos realizados com incidência no objeto da avaliação

- 3.17. As preocupações avaliativas no PT2020 (IEJ, POISE, Qualificação de Adultos, CLDS) centraram-se em compreender se as medidas estavam a mitigar as barreiras estruturais: desemprego de longa duração, baixas qualificações, segmentação do mercado e baixos salários, fatores que não só limitam a empregabilidade, mas aumentam o fenómeno dos trabalhadores em situação de exclusão social.
- 3.18. As avaliações mostraram a importância de olhar para uma abordagem multidimensional da exclusão social, mostrando que as estratégias mais eficazes combinam intervenções no plano individual, familiar e territorial.
- 3.19. A eficácia das medidas do PT2020 foi avaliada através de análises contrafactuais, permitindo quantificar o impacto líquido das intervenções face a outros fatores contextuais, como a melhoria generalizada do mercado de trabalho. Este tipo de avaliação centrou-se nos apoios à contratação e estágios para jovens NEET (Avaliação IEJ) e para adultos desempregados (Avaliação Intercalar POISE), bem como para medidas de qualificação e reinserção (Centros Qualifica, EFA, Formação Modular, Vida Ativa, na Avaliação dos Adultos – POCH).
- 3.20. Os resultados mostraram impactos positivos na inserção no emprego e na sustentabilidade desses efeitos ao longo do tempo, ainda que com alguma atenuação. Com exceção das medidas de qualificação (onde os efeitos significativos surgiram apenas para mulheres e com baixa significância), observaram-se também melhorias salariais para jovens e adultos. A Avaliação Intercalar do POISE destacou a heterogeneidade dos efeitos: os benefícios foram mais fortes entre os menos desfavorecidos (mais velhos, com ensino superior). A estabilidade do vínculo laboral

revelou-se difícil de medir, mas apresentou efeitos geralmente positivos, embora diluídos com o tempo.

- 3.21. Apesar de não ser seu objetivo central, as análises contrafactuais permitiram também analisar os “grupos não tratados”, evidenciando que mesmo medidas dirigidas a grupos vulneráveis acabam por excluir os segmentos mais frágeis, chamando a atenção para lacunas persistentes na cobertura das intervenções.
- 3.22. No que diz respeito aos apoios aos estágios e à contratação, nos Açores, os inquiridos a beneficiários mostraram uma elevada taxa de empregabilidade após estágios: 61,4% trabalhavam seis meses depois, 68,7% após um ano e 73,3% no momento do inquérito, tendo havido um aumento na qualidade do emprego e na aquisição de competências. Na Madeira, embora os estágios tivessem taxa de empregabilidade baixa (35%), os apoios à contratação mostraram elevada eficácia (88%). No Algarve, as medidas foram ajustadas à sazonalidade e necessidades locais, mas tendiam a beneficiar pessoas com o ensino secundário, não abrangendo as franjas mais desfavorecidas. Persistem nesta região, desafios estruturais no combate à precariedade e à baixa qualificação.
- 3.23. A Avaliação Intercalar dos Açores incidiu sobre a Formação de ativos para a empregabilidade: a formação não gerou os progressos esperados em empregabilidade nem aumentou a adesão à formação ao longo da vida. O bloqueio de procura persistiu mesmo em contexto de pandemia e *lay-off*, mostrando necessidade urgente de repensar estratégias e formas de mobilizar empresas e trabalhadores.
- 3.24. Relativamente à Igualdade de género e conciliação da vida profissional e privada, a avaliação do POISE destacou a importância dos apoios recebidos por municípios e comunidades intermunicipais para promover a igualdade e implementar novas práticas locais, embora com dificuldades de mobilização de atores. No Algarve e Lisboa, apesar de a igualdade ser central nas políticas europeias, a medida mostrou-se pouco prioritária e difícil de monitorizar. Em contraste, nos Açores, a promoção do emprego feminino, embora em escala reduzida (400 participantes), teve impacto positivo e margem para intensificação.
- 3.25. No âmbito dos Programas Ocupacionais, avaliados pela Avaliação Intercalar do PO Açores, destacam-se críticas à limitada capacidade estrutural dos programas, vistos como "emprego em carrossel".
- 3.26. Os CLDS (Contratos Locais de Desenvolvimento Social) objeto da Avaliação Intercalar do POISE (atualizando uma avaliação do impacto das gerações CLDS, CLDS+ e 3G terminada em 2019) apresentaram-se como o resultado de uma abordagem crucial da exclusão social a partir de uma perspetiva territorial e integrada. Os êxitos do ponto na área do emprego incidiram em resultados intermédios, mais próximos das realizações e mecanismos: no aumento do apoio à procura de emprego (92,4% dos técnicos do IEFP concordaram) e na orientação para o mercado (90% desses representantes). No entanto, no que diz respeito a resultados, estes foram menos expressivos: apenas 64% consideraram haver algum contributo para a empregabilidade, e 75% acreditaram que o acesso a emprego foi apenas parcialmente alcançado. Os problemas incluem uma fraca orientação do perfil das instituições coordenadoras para o trabalho das dimensões da empregabilidade.

- 3.27. O Programa Escolhas tentou aumentar a capacidade de jovens para a transição para a vida ativa e o mercado de trabalho. Apesar de apostar em trabalho em rede e abordagem territorial, apenas 8,5% dos jovens participaram em formações, 4,1% ingressaram no mercado e nenhum criou o próprio emprego. As equipas enfrentaram dificuldades com financiamento de curta duração, gerando, por essa razão, sentimentos de abandono entre os jovens após o fim dos projetos.
- 3.28. Relativamente ao Apoio à Qualificação e ao Emprego de Pessoas com Deficiência, as medidas tiveram elevada taxa de participação em formações (111,2%) e certificação (121,3%). As entidades destacaram a importância de planos de vida personalizados e percursos à medida, embora apontassem rigidez nos apoios e burocracia excessiva. Houve impactos positivos no percurso profissional, especialmente através de estágios-inserção e apoios financeiros que incentivaram as empresas.
- 3.29. Relativamente às Medidas de Inovação Social (MPIS), apesar dos baixos níveis de execução aquando da avaliação, foram observados alguns resultados em projetos dirigidos à área do emprego. Contudo, a variabilidade do tipo de resultado (decorrente da variabilidade dos próprios projetos), bem como a fixação, em muitos casos, de indicadores de resultado com uma natureza mais próxima das realizações que dos efeitos na situação de emprego e empregabilidade dos beneficiários, tornou muito difícil retirar conclusões sobre cada um dos projetos.
- 3.30. Os resultados das avaliações acima referidas servem de ponto de partida e sugerem pistas de análise que a presente avaliação visa explorar.
- 3.31. Desde logo, a necessidade de explorar os dados administrativos no sentido de debelar algumas insuficiências detetadas ao nível das análises quantitativas realizadas (IEJ, medidas de emprego para jovens e adultos, medidas de qualificação para jovens e adultos), nomeadamente, a observação de efeitos de heterogeneidade para além do sexo, idade qualificações escolares, ou variáveis críticas como qualidade dos vínculos contratuais, e também a aferição de impactos diferenciados por grupo social.
- 3.32. Relativamente às avaliações de medidas como os CLDS e o Programa Escolhas, foram identificadas fragilidades de informação sobre os destinatários em fases da intervenção que antecedem a sua inscrição no IEFP, a dificuldade de identificar os destinatários desses projetos, em cada intervenção, e de rastrear o seu percurso, bem como de reconstituir os seus percursos escolares, de emprego e o seu histórico enquanto destinatários de intervenções não cofinanciadas pelos Fundos.
- 3.33. Das avaliações realizadas destaca-se, também, a necessidade da melhoria da qualidade dos instrumentos construídos (questionários e outras formas de auscultação) para observar efeitos e reconstituir percursos individuais, nomeadamente o desenvolvimento de formas robustas e adaptadas ao perfil dos destinatários de medir os efeitos das intervenções.
- 3.34. A medição dos efeitos menos tangíveis (competências sociais, pessoais, auto-estima, etc.) ditos, frequentemente, como os mais relevantes destas intervenções é também desafio deixado em aberto pelas avaliações já realizadas. É ainda necessário encontrar formas operativas de captar os efeitos de maior alcance, ou seja, nas situações de exclusão social (encontrando forma de as observar e comparar ao longo do tempo), bem como os efeitos da combinação das medidas, e ainda, do insucesso e da desmobilização nos destinatários que este pode criar.

- 3.35. O **Estudo de avaliabilidade de políticas de Emprego cofinanciadas pelos Fundos Europeus**, deve ser mobilizado para esta avaliação na medida em que se revele útil e pertinente, sendo necessária uma análise crítica do mesmo.

4. ÂMBITO E OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO

- 4.1. A avaliação tem por **âmbito temático** as intervenções cofinanciadas pelo Portugal 2020 (e Portugal2030, quando adequado) de apoio ao emprego a grupos desfavorecidos², como combate à exclusão social (adiante abreviadamente designada por “intervenções de apoio ao emprego cofinanciadas” ou “intervenções”), e que incluem as seguintes dimensões (Cf. Quadro 1): acesso ao emprego, empreendedorismo, formação para DLD, trabalho socialmente necessário, abordagens territoriais/equipas especializadas, planos para a igualdade, inovação social, apoio a pessoas sem abrigo, apoio a pessoas com deficiência e ou incapacidade, apoio à comunidade cigana e imigrantes.
- 4.2. Inclui, ainda, a componente “Compromisso Emprego Sustentável” do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), uma vez que contribui para os mesmos objetivos das intervenções do Portugal 2020 objeto desta avaliação.
- 4.3. A avaliação abrange, em termos de **âmbito territorial**, todas as regiões NUTS II de Portugal.
- 4.4. O **âmbito temporal** da avaliação abrange todo o período de programação do Portugal 2020 (e Portugal 2030, quando adequado).
- 4.5. O **objetivo global** da avaliação é identificar o contributo dos Fundos Europeus do Portugal 2020 para a mitigação dos obstáculos no acesso de grupos desfavorecidos ao trabalho e ao rendimento da atividade económica, e para a promoção da igualdade de oportunidades em contexto laboral, e o reflexo destes efeitos na redução da exclusão social. Visa, também, identificar as repercussões integração profissional daqueles grupos desfavorecidos nas entidades empregadoras e dos negócios criados na resposta às necessidades dos territórios.
- 4.6. Esta avaliação deve complementar as avaliações já realizadas, em curso e previstas relativas às diferentes intervenções objeto desta avaliação, beneficiando da possibilidade da sua análise integrada nesta avaliação.
- 4.7. A avaliação tem por **objetivos específicos**:
- Identificar complementaridades, sinergias, redundâncias e entropias que as diversas intervenções de apoio ao emprego cofinanciadas estabelecem entre si na prossecução da inserção profissional de grupos desfavorecidos, usando um olhar sobre territórios vulneráveis ou sobre cada um dos grupos específicos (ao nível do desenho da política e da sua implementação).

² **Grupos desfavorecidos**: considerar os **públicos-alvo** das intervenções objeto desta avaliação, que constam na Teoria da Programação do Anexo 1, nomeadamente, jovens, adultos DLD, seniores (+55) e afastados do mercado de trabalho, mulheres, PCDI, Comunidade cigana, imigrantes e minorias étnicas, sem abrigo,.... Deve, igualmente, nos Grupos pertinentes, considerar-se os diferentes Grupos etários.

- Aferir a relevância e o contributo das intervenções cofinanciadas para a superação ou mitigação dos obstáculos de grupos desfavorecidos face ao mercado de trabalho e a forma como esse contributo se operou, distinguindo contextos e públicos.
- Analisar a forma como se articulam as diversas intervenções cofinanciadas e não cofinanciadas nos territórios vulneráveis e junto dos grupos vulneráveis, nas diversas fases do percurso de inserção profissional.
- Analisar os resultados das intervenções em função da estrutura do emprego e perfil do empreendedorismo criado (setores de atividade, dimensão das empresas, salários, vínculos contratuais ...) no território e nos diferentes grupos desfavorecidos. Aferir os resultados das intervenções nas entidades empregadoras e a perspetiva destas entidades face ao funcionamento das intervenções.
- Analisar as dimensões de eficiência associadas aos recursos mobilizados para a concretização das realizações e tendo em consideração os resultados obtidos.
- Considerando que as intervenções de apoio ao emprego cofinanciadas são parte de um contexto vasto de políticas sociais, aferir a sua mais-valia nesse mesmo contexto.

5. CRITÉRIOS E QUESTÕES DE AVALIAÇÃO

- 5.1. A avaliação deverá dar resposta ao conjunto de Questões de Avaliação (QA) enunciadas na tabela seguinte. A resposta deve considerar, necessariamente, os Elementos Obrigatórios de Resposta (EOR) descritos na segunda coluna da **Tabela 1**, sem prejuízo de outros elementos que a equipa de avaliação apresente em sede de Proposta e/ou que emergjam no curso dos trabalhos.
- 5.2. A resposta às QA deve ser orientada pela Teoria da Programação (TdP), que se deve constituir como elemento de aprofundamento teórico da produção de resultados esperados do Programa.
- 5.3. A resposta às QA deve permitir, sempre que pertinente, uma leitura regional dos resultados obtidos, tomando por referência os níveis territoriais pertinentes³.

Tabela 1. Critérios e Questões de Avaliação (QA)

Critérios e Questões de Avaliação (QA)	Elementos Obrigatórios de Resposta (EOR)
Relevância e Coerência QA1. Em que medida as intervenções cofinanciadas de apoio ao emprego como combate à exclusão social são adequadas, considerando as necessidades dos diferentes públicos (<u>grupos desfavorecidos⁴</u>), dos <u>territórios</u> , e o funcionamento das intervenções em conjunto (entre si e com outras intervenções de apoio ao	Construir e <u>estabilizar as TdP</u> necessárias ao desenvolvimento da avaliação: <ul style="list-style-type: none">• Estabilizar a Teoria da Programação (TdP), consensualizando-a entre os principais <i>stakeholders</i>, e densificando-a, de forma a refletir a perspetiva do “programador”, do que os <i>stakeholders</i> esperam da intervenção e daquilo que a literatura especializada e “literatura cinzenta” mostram.• Desenvolver TdP focadas em situações específicas densificando áreas da cadeia causal mais relevantes para intervenções (ou conjunto de intervenções) específicas / grupos desfavorecidos / territórios vulneráveis.• Concluir se as TdP refletem cabalmente as necessidades de apoio a Grupos desfavorecidos (na ótica da integração profissional com vista à inclusão social) e dos territórios vulneráveis, e consideram os requisitos dos restantes atores envolvidos e do ajustamento do mercado de trabalho, como condições para o alcance dos objetivos das intervenções.

³ Cabe à equipa identificar e justificar a desagregação territorial que adotar podendo considerar tipificações territoriais com diferentes perfis de exclusão social existentes ou adotar outras caso demonstre a sua pertinência e viabilidade acrescida para este estudo.

⁴ Ver Nota Rodapé 1.

Critérios e Questões de Avaliação (QA)	Elementos Obrigatórios de Resposta (EOR)
<p>emprego e de combate à exclusão social, cofinanciadas e não cofinanciadas)?</p>	<p>Concluir sobre a <u>relevância e as complementaridades</u> (e respetivos efeitos sinérgicos) e as eventuais redundâncias e concorrência (e respetivos efeitos de entropia) das intervenções de apoio ao emprego cofinanciadas [<i>de acordo com todas as colunas da TdP</i>], com enfoque na interação das seguintes dimensões:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. De território (nomeadamente os pertinentes), identificando problemas e necessidades respondidos e não respondidos pela combinação das intervenções de apoio ao emprego cofinanciadas em análise. 2. De público-alvo, ou seja: <ul style="list-style-type: none"> – Por cada Grupo desfavorecido objeto da avaliação, identificando necessidades correspondidas e não correspondidas. – Considerando a multidimensionalidade dos problemas de cada indivíduo/grupos de indivíduos/comunidades – públicos com mais do que uma vulnerabilidade. <p>Para elaborar esta análise deve ter-se em consideração as seguintes dimensões:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A integração das intervenções de apoio ao emprego em análise num quadro mais amplo de políticas públicas dirigidas ao combate à exclusão social – cofinanciadas e não cofinanciadas (pelas autarquias e estado central) (Coerência externa). • Para além das necessidades e características dos Grupos desfavorecidos, também as necessidades dos serviços públicos de emprego e de outros agentes de intervenção social, das entidades empregadoras e do ecossistema de empreendedorismo. • A adequação das características de cada intervenção em termos de, pelo menos: <ul style="list-style-type: none"> – Públicos-alvo – Territórios-alvo (condições de elegibilidade e racional de seleção) – Dispositivos de mobilização, encaminhamento e orientação vocacional e construção de projetos de vida – Possibilidade de soluções inovadoras e pertinentes (p.e. inovação na cobertura das necessidades de capacitação dos grupos vulneráveis, de mediação com os serviços de emprego, de articulação com o mercado de trabalho ou entidades/técnicos de capacitação, garantia de sustentabilidade das situações de emprego,) – Duração dos projetos/apoio – Capacidade de assegurar qualidade do emprego e combate à exclusão social – Desenho das intervenções (atividades elegíveis)
<p>Eficácia</p> <p>QA2. As intervenções (individualmente ou combinadas) <u>atingiram os resultados</u> pretendidos, nomeadamente, em matéria de <u>aumento da empregabilidade</u>, da <u>inserção</u> no mercado de trabalho de públicos desfavorecidos e da <u>qualidade</u> dessas inserções e de soluções de <u>empreendedorismo</u> (T39 a T49 da TdP)?</p> <p>Em que medida e como é que estas intervenções causaram estes resultados, em função dos diferentes <u>grupos de desfavorecidos</u> e <u>territórios</u>? Que fatores determinam a (eventual) variabilidade dos resultados observados?</p> <p>Que intervenções (combinadas com pressupostos na sua implementação e combinadas com outras intervenções) contribuem (como e porquê) para <u>melhorias mais</u></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Concluir [<i>de acordo com as colunas de “atividades”, “realizações” e “resultados” (incluindo mecanismos, pressupostos e riscos) da TdP, revista pela equipa de avaliação</i>] sobre os <u>resultados produzidos</u> pelas intervenções nos destinatários, tendo em consideração: <ul style="list-style-type: none"> – Grau de cumprimento dos resultados esperados dos projetos apoiados, conforme os indicadores de programa e indicadores contratualizados. – Grau de cumprimento dos resultados esperados dos projetos apoiados, conforme indicadores incluídos em instrumentos de planeamento de cada intervenção e/ou de outros instrumentos de planeamento onde estas intervenções estejam incluídas (p.e. Plano de Desenvolvimento Social). – Ocorrência de outros resultados esperados e não esperados, que não estejam traduzidos nos indicadores referidos anteriormente e beneficiando da possibilidade, nesta avaliação, de captar efeitos de mais longo prazo. • Concluir sobre o que <u>tem de acontecer</u> (e se <u>aconteceu</u> efetivamente) para as intervenções funcionarem (conduzirem à inserção no emprego e à inclusão social), ao nível de (cf. TdP): <ul style="list-style-type: none"> – Mecanismos, que proporcionam que as atividades se concretizem em realizações e que estas produzam os efeitos esperados. – Pressupostos, associados às atividades, realizações e resultados. – Mitigação dos Riscos, associados às atividades, realizações e resultados. • Identificar as <u>intervenções complementares</u> (nomeadamente de acesso aos serviços e apoios sociais) determinantes para a eficácia das intervenções de apoio ao emprego cofinanciadas (nomeadamente aquelas que estas intervenções foram capazes de mobilizar). • Concluir pelo nível de adequação do(s) <u>modelo(s) de governação</u> das intervenções de apoio ao emprego cofinanciadas e como impactam na eficácia destas intervenções. • Elaborar um <u>retrato do emprego obtido</u> por via das intervenções com vista à identificação de aspetos da qualidade de emprego e quebra de ciclos de exclusão social considerando, pelo menos as

Critérios e Questões de Avaliação (QA)	Elementos Obrigatórios de Resposta (EOR)
<p><u>significativas na situação de exclusão social</u> (nas suas diferentes dimensões) (T50 da TdP) <u>dos destinatários?</u></p>	<p>dimensões da <u>qualidade do emprego</u> (salário, estabilidade do vínculo, carreira profissional, acesso a formação, conciliação entre o trabalho e a vida pessoal/familiar, número de horas, ...).</p> <ul style="list-style-type: none"> Concluir pela existência de efeitos ao nível da atenuação dos fatores que conduzem à exclusão social, considerando pelo menos, situação material, sentimentos de pertença, auto-estima, redes de sociabilidade, saúde mental ...
<p>QA3. Quais os efeitos da inserção profissional das pessoas pertencentes a grupos desfavorecidos nas <u>entidades empregadoras</u> e dos <u>negócios de empreendedorismo nos territórios</u> em que se inserem?</p>	<p>Concluir sobre <i>[de acordo com as colunas de “resultados” (incluindo mecanismos, pressupostos e riscos) da TdP]</i>:</p> <ul style="list-style-type: none"> O funcionamento/resultados das intervenções em função do perfil de entidades empregadoras (estatuto jurídico, dimensão, setor, volume de negócios, nível de inovação ...). Perceção/disposição das entidades empregadoras relativamente à inserção de grupos desfavorecidos (motivações para aderir à medida, perceções à partida e após a sua integração, nível de satisfação, nível de adesão, a que intervenções estão mais abertas), por tipo de entidade empregadora. Os benefícios para as empresas do recurso às intervenções de apoio ao emprego cofinanciadas vs. outras formas de recrutamento de trabalhadores com o mesmo perfil. <p>Concluir sobre (empreendedorismo):</p> <ul style="list-style-type: none"> O funcionamento/resultados das intervenções em função do perfil dos empreendedores e dos negócios criados (setores, dimensão de empresas, ...). A relação do perfil dos negócios criados com a necessidade dos territórios em que foram criados. Os mecanismos mobilizados para assegurar a viabilização dos negócios criados e que fatores críticos de sobrevivência e competição nos respetivos mercados são salvaguardados.
<p>Eficiência</p> <p>QA4. A dimensão financeira, a distribuição dos apoios (por destinatários, atividades, territórios...), as formas de financiamento adotados nas intervenções (em cada uma e no conjunto) foram adequados?</p> <p>QA5. Face ao conjunto de realizações e resultados obtidos nas intervenções, como se avalia a mobilização de recursos empregues?</p>	<p>Concluir sobre <i>[de acordo com as colunas de “Meios”, “Realizações” e “Resultados” da TdP]</i>:</p> <ul style="list-style-type: none"> A adequação do <u>dimensionamento e das características dos apoios financeiros alocados</u> (incluindo <u>Opções de Custos Simplificados</u>) a cada intervenção e ao conjunto das mesmas. A adequação do <u>custo-eficácia</u> implícito <i>[de acordo com as colunas de “Meios”, “Realizações” e “Resultados” da TdP]</i> de cada intervenção das intervenções, tendo em consideração: <ul style="list-style-type: none"> Diferenças entre participações/participantes e indivíduos abrangidos Percursos individuais bem-sucedidos para diferentes combinações de intervenções (cofinanciados e não cofinanciados) Diferentes grupos específicos e contextos Complementaridade e eventuais sobreposições de intervenções sobre os mesmos indivíduos (considerando, igualmente, intervenções não cofinanciadas) Se teria sido possível (e como) obter <u>melhores resultados com os mesmos recursos</u>.
<p>Impacto</p> <p>QA6. As intervenções de apoio ao emprego cofinanciadas causaram <u>mudanças no contexto socioeconómico?</u></p> <p><u>Como causaram estas mudanças</u> e, em complementaridade com outras intervenções, <u>são suficientes para alcançarem os objetivos socioeconómicos pretendidos?</u></p>	<p>Concluir <i>[de acordo com a coluna de “impactos socioeconómicos” (incluindo mecanismos, pressupostos e riscos) da TdP]</i> sobre as <u>seguintes mudanças e explicação do contributo das intervenções de apoio ao emprego cofinanciadas para essas mudanças</u>:</p> <ul style="list-style-type: none"> Evolução do desempenho dos territórios em termos de fatores de geração de exclusão social (nomeadamente o emprego dos Grupos desfavorecidos), considerando: <ul style="list-style-type: none"> O contributo das intervenções de apoio ao emprego cofinanciadas, incluindo efeitos multiplicadores dessas intervenções (p.e. efeitos nas famílias/comunidades dos destinatários) de acordo com níveis de análise pertinentes (tipo de intervenção, Grupos Desfavorecidos, contexto, ...). A existência e importância relativa de fatores externos às intervenções, determinantes do comportamento da exclusão social nos territórios. Como as intervenções de apoio ao emprego cofinanciadas interagem com estes fatores (se complementam nos contributos ou fragilidades nessa complementaridade, deixando necessidades a descoberto). Alterações das práticas institucionais (p.e. introdução / disseminação de soluções inovadoras ao nível do emprego) decorrentes das intervenções de apoio ao emprego cofinanciadas, nomeadamente como resultado dos apoios financiados no âmbito das MPIS, e sustentabilidade dos projetos após o seu financiamento.

Critérios e Questões de Avaliação (QA)	Elementos Obrigatórios de Resposta (EOR)
	Concluir sobre em que medida as <u>intervenções de apoio ao emprego cofinanciadas pelos Fundos fazem a diferença</u> , num contexto mais alargado de políticas públicas de combate à exclusão social, nomeadamente, prestações sociais.
Valor Acrescentado Europeu QA7. Qual o valor adicional resultante das intervenções de apoio ao emprego serem cofinanciadas por Fundos Europeus?	Concluir sobre <i>[de acordo com a coluna de “impactos socioeconómicos” (incluindo mecanismos, pressupostos e riscos) da TdP]</i> : <ul style="list-style-type: none">– A existência de fatores indutores de Valor Acrescentado Europeu.– A natureza desse valor acrescentado (efeitos de volume, de âmbito e/ou de processo).

6. METODOLOGIA

- 6.1. A avaliação deverá realizar-se com recurso à abordagem de **Avaliação Baseada na Teoria (ABT)**, integrada numa metodologia que permita uma resposta completa e robusta às Questões de Avaliação (QA).
- 6.2. A metodologia a implementar deve ser sintetizada e descrita na “**Matriz de avaliação**” e na “**Matriz de técnicas de recolha e tratamento de informação**”, com o necessário desenvolvimento e aprofundamento face ao desenho e matrizes apresentadas pela equipa em sede de Proposta (solicitadas no Anexo II do Programa do Procedimento), a concretizar no Relatório Inicial.
- 6.3. A estratégia de pesquisa a adotar na construção das respostas às QA deve ser orientada pela Teoria da Programação (TdP) sintetizada no **Anexo 1**, sujeita a revisão crítica pela equipa de avaliação na fase inicial dos trabalhos. Esta constitui-se como representação dos processos e mecanismos causais, e respetivos pressupostos, que relacionam os meios, as atividades e realizações de uma determinada intervenção ou conjunto de intervenções e os seus resultados e impactos esperados. É, portanto, da TdP que emergem as hipóteses descritivas e explicativas que serão sujeitas a teste e análise, devendo as respostas às QA estar explicitamente ancoradas, sempre que aplicável, nos elementos relevantes da TdP.
- 6.4. Os métodos específicos da abordagem de ABT e as técnicas de recolha de informação que lhes estejam subordinadas devem ser sugeridos pela equipa em sede de proposta e desenvolvidos no Relatório Inicial.
- 6.5. A metodologia proposta deverá materializar uma abordagem inovadora face a avaliações anteriores das intervenções em análise, nomeadamente através da mobilização de métodos ou combinações metodológicas, incluindo a forma como conjuga e implementa diferentes técnicas de recolha e tratamento de informação, que representem avanços conceptuais ou operacionais na abordagem do impacto destas intervenções, em particular com vista à identificação do contributo das intervenções para os objetivos visados e à explicitação dos processos causais e fatores contextuais que suportam esse contributo. Esta inovação poderá materializar-se na exploração de métodos e técnicas emergentes no campo da ABT, na integração de perspetivas analíticas pouco exploradas, ou ainda na adaptação criativa de métodos consolidados ao contexto avaliativo da presente Avaliação.
- 6.6. A metodologia deve combinar, na implementação da abordagem acima referida e dos métodos que venham a ser definidos, diferentes técnicas de recolha de informação e diferentes fontes de informação, bem como técnicas de tratamento e análise adequadas à informação recolhida, aplicadas de acordo com as respetivas convenções e melhores práticas. A combinação de técnicas

- e fontes deve assegurar a recolha de informação primária e secundária, de natureza quantitativa e qualitativa, e garantir níveis adequados de triangulação, em linha com os requisitos, potencialidades e limitações dos métodos preconizados.
- 6.7. Os processos de recolha de informação, as respetivas técnicas e as opções metodológicas inerentes à sua mobilização, sobretudo as que incidem na auscultação das pessoas em situação de exclusão social, devem resultar de uma revisão de instrumentos e procedimentos construídos nesta área de estudo e avaliação e da reflexão das suas forças e fragilidades, recuperando opções bem-sucedidas e adequadas e propondo soluções para problemas não respondidos no desenho metodológico a implementar. Da mesma forma, o recurso a fontes de informação existentes deve procurar inovar e trazer ou propor novos recursos de informação para a análise.
- 6.8. Sem prejuízo do aprofundamento ou complemento metodológico que a equipa venha a propor, na **Tabela 2** identifica-se um conjunto de técnicas de recolha de informação a ter em consideração na avaliação, bem como os requisitos a observar na sua aplicação.

Tabela 2. Técnicas de recolha de informação a utilizar

Técnicas de recolha de informação	
Análise documental e revisão de literatura	<p>A revisão da literatura e a análise documental (sobretudo programática e de planeamento) devem contribuir para a revisão crítica da Teoria da Programação (TdP) das intervenções objeto da avaliação, com vista ao aperfeiçoamento da estratégia de resposta às QA e ao desenho dos métodos de ABT a aplicar.</p> <p>É, igualmente, essencial a recolha e análise de informação que contribua para a construção de evidência de resposta às QA, triangulando-a com as demais técnicas de recolha.</p> <p>Requisitos da aplicação desta técnica:</p> <p>A revisão de literatura e a análise documental deve recorrer a técnicas de análise de conteúdos, devidamente evidenciadas em <i>outputs</i> específicos, em particular no que respeita à análise de documentação programática e de planeamento e estudos, conduzida com o propósito de aprofundamento e validação da TdP. As fontes bibliográficas e documentais utilizadas devem ser explicitadas.</p> <p>Na análise documental que incida sobre um número muito elevado de documentos (ex. memórias descritivas dos projetos) deve considerar-se o recurso a ferramentas de Inteligência Artificial para efeito de <i>text mining</i> e/ou <i>software</i> específico de análise de conteúdos.</p>
Recolha, tratamento e análise de dados	<p>Requisitos da aplicação desta técnica:</p> <p>Deve ser efetuado um tratamento estatístico detalhado da informação recolhida, incluindo as estatísticas descritivas, análise multivariada e outros apuramentos adequados à natureza dos dados e propósito da análise, explicitando, sempre que necessário, a metodologia de cálculo/apuramento. As fontes de dados e datas a que reportam devem ser explicitadas, assim como a data de consulta/ acesso às mesmas.</p> <p>O tratamento detalhado dos dados deve, tendencialmente, ser remetido para anexo (incluindo no relatório apenas os principais quadros e gráficos ilustrativos da análise apresentada), e os seus resultados devem servir para suportar o texto do relatório eminentemente analítico, devendo ser evitados textos descritivos dos dados.</p>
Entrevistas semiestruturadas	<p>Considera-se essencial a realização de entrevistas exploratórias na fase inicial da avaliação, com o propósito de melhorar a compreensão das intervenções objeto da avaliação, do contexto em que se desenvolve e identificar preocupações e/ou necessidades específicas de conhecimento, ou seja, expectativas quanto aos resultados da avaliação (ex. o que esperam da avaliação, que decisões podem ser influenciadas pelos resultados e que tipo de recomendações serão mais úteis).</p> <p>Em fases mais avançadas da Avaliação, devem também ser realizadas entrevistas para maior aprofundamento de temáticas específicas e para triangulação/explicação de informação recolhida por outras métodos e/ou técnicas de recolha de informação.</p> <p>Requisitos da aplicação desta técnica:</p> <p>As entrevistas devem ser suportadas por <u>guiões</u> adequados ao propósito da mobilização desta técnica no quadro metodológico definido. As perguntas previstas nos guiões devem: i) ser claras e objetivas, ii) focar-se em aspetos específicos da estratégia de resposta às QA (devidamente evidenciada na Matriz de Avaliação), evitando-se transpor o enunciado da QA para o guião e iii) ser ajustadas ao nível de conhecimento e/ou experiência dos entrevistados face ao objeto da avaliação.</p> <p>A informação recolhida através de entrevistas deve ser objeto de análise e sistematização (sinopses de entrevistas, apresentadas como <i>output</i> específico em anexo aos relatórios), recorrendo a <u>técnicas e suportes de codificação de conteúdos e de análise</u> adequadas.</p>

<p>Entrevistas biográficas</p>	<p>Objetivos:</p> <p>Devem ser realizadas entrevistas biográficas para recolher informações sobre os percursos dos destinatários finais das intervenções através da sua própria narrativa pessoal, ainda que se deva recorrer a outra informação sobre o percurso que permita esclarecer, pelo menos, as intervenções de que foi beneficiário e outras informações sobre a participação, conclusão e resultados nessa intervenção, ou outros dados biográficos que seja pertinente mobilizar.</p> <p>A entrevista deve ser realizada de acordo com os protocolos habitualmente utilizados para esta técnica, assente em narrativas relativamente pouco estruturadas, permitindo que o entrevistado partilhe experiências, reflexões e significados relacionados aos eventos da sua vida, designadamente aqueles mais pertinentes do ponto de vista do seu percurso escolar e profissional, bem como do ponto de vista das suas condições materiais de vida (como elas condicionaram esse percurso e foram influenciadas por ele) e dos significados subjetivos que estas – e a sua eventual transformação decorrente das intervenções em causa ou de outras – tenham para o entrevistado e a sua família.</p> <p>Requisitos da aplicação desta técnica:</p> <p>Deve ser apresentado o número de entrevistas biográficas, a sua segmentação em perfis de destinatários finais em função dos objetivos da avaliação e da segmentação das intervenções e grupos específicos, bem como os critérios de seleção (ou os procedimentos para os consolidar) dos entrevistados.</p> <p>Tendo em conta que esta será uma fonte central para a recolha de informação sobre os diversos pontos da cadeia causal das intervenções, será necessário assegurar uma adequada representação dos grupos desfavorecidos objeto desta avaliação.</p> <p>Deve, ainda, ser apresentada a estratégia de recolha de informação complementar de suporte aos relatos (tipo e fonte), duração e número previsto de sessões, temas dos guiões e considerações sobre potencialidades e limitações, bem como de procedimentos a ter em conta para mitigar estas últimas.</p> <p>A informação recolhida através das entrevistas biográficas deve ser objeto de tratamento analítico com recurso a <u>técnicas específicas de análise</u>, codificação e síntese de conteúdos, dando origem a <u>outputs</u> de síntese da informação recolhida nas entrevistas biográficas: i) narrativas biográficas, respeitando a cronologia e temas suscitados e emergentes na entrevista, organizadas de acordo com a categoria de grupo desfavorecidos e territórios correspondentes; ii) síntese do conjunto das entrevistas em função de padrões e temas chave, organizados em função dos elementos pertinentes para a resposta às QA e das áreas da TdP que informam ou validam.</p>
<p>Focus Groups</p>	<p>Devem ser utilizados <i>focus groups</i> para recolher informações e perspetivas dos principais atores em fases iniciais da avaliação, eminentemente exploratórios (p.e. para densificar a TdP), ou em fases mais avançadas para recolher informações e perspetivas sobre situações específicas identificadas pela equipa através de outras técnicas de recolha de informação.</p> <p>Deve ser realizado, pelo menos, um <i>focus group</i> para a validação de conclusões e recomendações da avaliação, na fase final da avaliação.</p> <p>Requisitos da aplicação desta técnica:</p> <p>Deve ser apresentado o <u>número de focus group e a especificação de cada um deles</u> – objetivo, tema, critérios de seleção dos participantes e composição dos grupos – devem ser apresentados e fundamentados pela equipa de avaliação, no quadro do desenho metodológico global da avaliação.</p> <p>Deve ser apresentado o <u>roteiro de implementação de cada focus group</u>, incluindo modo de recrutamento dos participantes, duração das sessões, guiões e técnicas de dinamização e ferramentas/produtos a utilizar para incentivar e orientar a participação ativa dos participantes.</p> <p>A informação recolhida no <i>focus group</i> deve ser objeto de tratamento analítico com recurso a <u>técnicas específicas de análise</u>, codificação e síntese de conteúdos, dando origem a <u>outputs</u> de síntese da informação recolhida nos <i>focus groups</i>.</p> <p>A especificação e implementação dos <i>focus group</i> devem considerar os princípios e boas práticas preconizados no guia “Da teoria à prática da avaliação de políticas públicas: Focus Group e Workshops”.</p>
<p>Inquéritos por questionário</p>	<p>Devem ser desenvolvidos inquéritos por questionário de forma paralela ou inseridos nos Estudos de caso, sendo especialmente úteis para obter informação em extensão sobre diversos elementos da cadeia causal, pressupostos e riscos nas diversas cadeias da TdP, cabendo à equipa propor sobre quais dos atores envolvidos incidirá a aplicação de inquéritos e com que critérios de representatividade. Importa salvaguardar que a aplicação de inquéritos aos destinatários finais, como alguns investigadores na área da exclusão social alertaram já, deve merecer cuidados especiais para além daqueles de que se reveste habitualmente a operacionalização desta técnica. Desde logo, a opção pelo inquérito por questionário aos destinatários deve merecer ponderação cuidada já que deve simultaneamente ser dada primazia pela aplicação com recursos a entrevistadores, o que tem implicações de preparação, supervisão dos entrevistadores, salvaguardando que são acautelados efeitos de condicionamento das respostas que esta modalidade de aplicação intermediada pode implicar, procurando criar circunstâncias em que a relação do inquirido e do inquiridor seja o mais possível de confiança.</p> <p>Requisitos da aplicação desta técnica:</p> <p>Devem ser descritos e implementados <u>os procedimentos de construção, pré-teste, aplicação e seguimento dos inquéritos</u>, incluindo a caracterização (e dimensão) das populações de interesse, a aplicação dos inquéritos e os respetivos pré-testes e os procedimentos a implementar com vista à maximização das taxas de resposta. <u>No caso dos inquéritos amostrais, devem ser apresentados os planos de amostragem</u>, incluindo a estratificação das</p>

	<p>amostras (quando aplicável) e os intervalos de confiança e margens de erro subjacentes. <u>No caso dos inquéritos censitários, devem ser apresentados à partida os critérios e os procedimentos a adotar para assegurar a representatividade das respostas</u> (ex. identificação de um limiar mínimo para a taxa de resposta, cumprimento de uma determinada estrutura de distribuição da população, de acordo com as segmentações relevantes).</p> <p>Com os resultados do inquérito, devem ser apresentadas as <u>taxas de resposta</u> (incluindo, se aplicável, a respetiva segmentação entre subgrupos relevantes), fundamentando a sua adequação e descrevendo os procedimentos adotados para potenciar a representatividade e validade na interpretação dos resultados, designadamente, i) a <u>análise de enviesamentos de não resposta</u> (identificação de potenciais causas de não resposta e de diferenças sistemáticas entre respondentes e não respondentes, incluindo enviesamentos decorrentes do modo de inquirição), e ii) os <u>testes estatísticos apropriados</u>, bem como outros procedimentos para a mitigação desses enviesamentos na interpretação dos resultados (ex. ponderação de respostas).</p> <p>Devem ser apresentados <u>intervalos de confiança e margens de erro efetivos</u> para os inquéritos amostrais e, quando adequado, para os censitários, devidamente contextualizados e salvaguardando as limitações de interpretação desses parâmetros (uma vez que não correspondem a uma amostra aleatória), explicitando as suas implicações para a validade e interpretação dos resultados do inquérito.</p> <p><u>Devem ser reportadas as estatísticas descritivas das respostas obtidas</u> (distribuições de frequência e medidas de tendência central) e, se aplicável, estatísticas inferenciais, apresentadas sob a forma de quadros (incluindo o N de cada resposta) ou gráficos de fácil leitura e interpretação, sinalizando, sempre que necessário, as limitações de validade e robustez dos resultados. As respostas a questões abertas devem ser objeto de tratamento e análise com recurso a <u>técnicas de categorização e codificação</u> e devidamente reportadas.</p> <p>De forma a maximizar as taxas de resposta, minimizar os enviesamentos de resposta e, consequentemente, obter uma maior robustez dos dados recolhidos e potenciar a utilidade e validade dos resultados, os <u>inquéritos devem ser</u> concisos e exclusivamente centrados na recolha de informação para a qual essa seja a técnica mais eficaz e eficiente, com vista à construção de evidências robustas para a produção de resposta às QA (que não se devem confundir com as perguntas do inquérito). Assim, as perguntas a incluir nos instrumentos de notação devem: i) ser em número reduzido, ii) ter uma formulação clara e livre de interpretações ambíguas ou tendenciosas (evitando, p.e., respostas “socialmente desejáveis”, de protesto ou que possam levar a <i>recall bias</i>, i. e, enviesamentos de memória), iii) ser específicas e assertivas, iv) combinar, em moldes adequados ao propósito dos inquéritos no âmbito da estratégia de pesquisa, perguntas fechadas (com recurso a opções de respostas dicotómicas, de escolha múltipla, de escalas de avaliação e escalas Likert, etc.) e perguntas abertas (devem ser usadas quando estritamente necessárias, devendo, no entanto, utilizar-se em cada pergunta fechada uma hipótese de resposta aberta, quando adequado).</p>
Estudos de Caso	<p>Os Estudos de caso devem constituir um elemento fundamental na recolha de informação, devendo ser desenvolvidas diferentes técnicas de recolha de informação em cada Estudo de caso (nomeadamente, análise documental e de dados, entrevistas, <i>focus groups</i> e inquéritos). Estes Estudos de caso devem garantir perspetivas sobre territórios específicos e perspetivas sobre grupos de desfavorecidos.</p> <p>Requisitos da aplicação desta técnica:</p> <p>Deve ser apresentada a <u>especificação dos Estudos de Caso</u>, nomeadamente, número de estudos de caso, unidades de análise, mapeamento e a análise prévia da população de casos em função das características relevantes para a seleção dos casos e critérios de seleção dos casos. Deve ser explicitada a sua natureza (descritivos ou explicativos) e justificado o seu propósito no âmbito da avaliação.</p> <p>Na <u>especificação detalhada da implementação dos Estudos de Caso</u> devem ser apresentados os casos selecionados de acordo com os critérios e descrito o <u>guião com a estratégia de recolha da informação</u> (incluindo a especificação das técnicas a implementar e fontes a mobilizar, e a articulação entre estas técnicas, e o tipo (temas) de informação a recolher). Esta estratégia deve ser abrangente e diversificada (com níveis adequados de triangulação), permitindo uma análise aprofundada do caso e do contexto em que ocorre.</p> <p>A realização de Estudos de Caso deverá dar origem a <i>outputs</i> específicos de reporte dos seus resultados, sob a forma de <u>fichas de estudo de caso</u> e uma <u>síntese dos resultados</u>.</p> <p>A especificação e implementação dos estudos de caso deverá considerar os princípios e boas práticas preconizados no guia “Da teoria à prática da avaliação de políticas públicas: Estudos de caso”.</p>

- 6.9. Os requisitos acima definidos na tabela 2 para cada técnica deverão ser observados ao longo da realização da avaliação, em paralelo com os requisitos da abordagem de ABT, da “Matriz de avaliação” e da “Matriz de técnicas de recolha e tratamento de informação” previstos no Anexo II do Programa do Procedimento e da subsequente metodologia proposta pelo cocontratante e especificada no Relatório Inicial.
- 6.10. Prosseguindo os objetivos acima enunciados e em resposta às Questões de Avaliação, a avaliação deverá produzir **conclusões** bem fundamentadas, devidamente suportadas em evidências sólidas e credíveis – resultantes da robustez e transparência na aplicação dos métodos utilizados e dos

níveis de triangulação de métodos e fontes. Mais concretamente, as conclusões a apresentar deverão:

- Ser sintéticas, claras e fundamentadas, isentas de considerações pessoais e concretizando juízos de valor orientados para a resposta às QA e baseados única e explicitamente na análise dos dados/informação recolhidos, tratados e interpretados (evidências produzidas) no desenvolvimento dos elementos de resposta, sem se limitarem a reproduzir/sintetizar a análise apresentada na resposta às questões de avaliação.
 - Incluir, sempre que possível, referência sintética às principais evidências que as suportam (com remissão para a pág./capítulo onde se encontra a respetiva informação);
 - Refletir adequadamente o grau de robustez da análise efetuada e das evidências recolhidas e reconhecer, quando aplicável, as limitações dessa análise e/ou das evidências (ex. evidências contraditórias ou inconclusivas, limites de validade inerentes ao quadro metodológico implementado, etc.);
 - Cobrir adequadamente todos os elementos obrigatórios de resposta das QA;
 - Estar (a sua redação) norteadas pela Teoria da Programação (TdP);
 - Refletir, de acordo com o quadro metodológico definido (designadamente no âmbito dos *focus groups* previsto para o efeito), um processo adequado de auscultação dos *stakeholders* com vista à discussão e validação das conclusões;
 - Estar devidamente numeradas, para facilidade de leitura e indexação às recomendações.
- 6.11. A avaliação deverá ainda, em função das suas conclusões, propor **recomendações** com os ajustamentos necessários à melhoria das condições de eficácia e eficiência da implementação das intervenções de apoio à empregabilidade e inserção no mercado de trabalho de grupos desfavorecidos, bem como na revisão do conjunto das políticas públicas pertinentes.
- 6.12. As opções metodológicas testadas nesta avaliação devem dar origem a um conjunto de recomendações sobre ferramentas de apoio e pistas para avanços futuros da avaliação das políticas de emprego como combate à exclusão social. Devem, ainda, debruçar-se sobre necessidades de aprofundamento do conhecimento relativo a grupos desfavorecidos específicos e as suas necessidades no que diz respeito a percursos de emprego e qualidade das inserções profissionais ou empreendedorismo, propondo estudos relevantes desse ponto de vista.
- 6.13. Deve, ainda, ser incluída uma recomendação específica relativa aos **indicadores utilizados na monitorização e avaliação das intervenções financiadas pelos Fundos Europeus** no domínio da inclusão e emprego de grupos desfavorecidos, que permita a introdução de melhorias concretas no sistema de monitorização e avaliação dos Fundos Europeus.
- 6.14. O processo de elaboração das recomendações deve ocorrer ao longo de toda a avaliação, identificando, desde o início, potenciais recomendações (incluindo as necessidades sentidas e a expectativa dos *stakeholders* face à relevância e utilidade de recomendações em determinadas temáticas).
- 6.15. As recomendações apresentadas devem ser:
- Direta e inteiramente suportadas pelas conclusões da avaliação;
 - Suficientemente focadas/específicas, claras e compreensíveis;
 - Relevantes, isto é, suscetíveis de atingir melhorias tangíveis no desenho e/ou implementação da intervenção;

- Realistas, ou seja, sensíveis ao contexto em que se espera que sejam implementadas;
- Em número limitado e hierarquizadas em termos de prioridade;
- Definidas em moldes operacionalizáveis, tornando claro quem e quando as poderá implementar – unívocas em relação aos destinatários;
- Devidamente numeradas e indexadas às conclusões que as suportam.

6.16. O processo de construção e formulação das recomendações deverá considerar os princípios e boas práticas preconizados no guia **“Da teoria à prática da avaliação de políticas públicas: Recomendações”**.

7. PRODUTOS E CRONOGRAMA

7.1. A avaliação deverá produzir os seguintes documentos:

Produtos	Prazo de entrega
Relatório Inicial	Até <u>45 dias</u> após o início do <u>Contrato</u>
1ª Síntese de Progresso	Até <u>90 dias</u> após aceitação do <u>Relatório Inicial</u>
Relatório Intermédio	Até <u>150 dias</u> após aceitação do <u>Relatório Inicial</u>
2ª Síntese de Progresso	Até <u>60 dias</u> após aceitação do <u>Relatório Intermédio</u>
Relatório Final Preliminar	Até <u>150 dias</u> após a aceitação do <u>Relatório Intermédio</u>
Relatório Final	Até <u>30 dias</u> após a aceitação do <u>Relatório Final Preliminar</u>
Sumário Executivo	Junto com os Relatório Final Preliminar e Relatório Final
Síntese Gráfica	Junto com os Relatório Final Preliminar e Relatório Final

7.2. Os documentos a produzir pela avaliação deverão ter os seguintes objetivos e conteúdos:

- a) Um **Relatório Inicial**, que deverá cumprir o objetivo de aprofundar a informação constante da Proposta apresentada pela equipa de avaliação, designadamente a que respeita à metodologia a implementar na avaliação e à forma como se dará resposta completa e fundamentada às QA. O Relatório Inicial deve respeitar a estrutura que se segue, com uma dimensão não superior a **50 páginas**, excluindo os anexos.

ESTRUTURA DO RELATÓRIO INICIAL

CAPA [Identificação do concurso (designação da avaliação), designação do relatório, da Agência, da data (dia, mês e ano) de conclusão do relatório, da entidade cocontratante responsável pela realização da avaliação e da fonte de financiamento de acordo com o estipulado no ponto 12 das Especificações Técnicas]

CONTRACAPA [Identificação da composição da equipa de avaliação e respetivas responsabilidades; logótipos dos Programas envolvidos na avaliação]

SIGLAS E ACRÓNIMOS [Lista de siglas e acrónimos]

ÍNDICES [Identificação de índice geral e índice de quadros/figuras/gráficos]

INTRODUÇÃO [Exposição dos principais objetivos do relatório e da forma como está estruturado o documento]

ENQUADRAMENTO DA AVALIAÇÃO E DO SEU OBJETO (no máximo 4 páginas) [Apresentação sintética das intervenções objeto da avaliação, incluindo a lógica da intervenção – a sua Teoria da Programação – e o contexto de atuação; síntese analítica do estado de implementação das intervenções]

ÂMBITO E OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO [Delimitação do âmbito temático, geográfico e temporal da avaliação; apresentação dos objetivos da avaliação e relação destes com os Critérios e as Questões de Avaliação (QA)]

METODOLOGIA [Apresentação do desenho global metodológico de avaliação, concretizando as **abordagens** (Avaliação Baseada na Teoria (ABT) e Avaliação Impacto Contrafactual (AIC)) e os **métodos** específicos a utilizar, por relação às QA-EOR e aos elementos da TdP relevantes; apresentação da **Matriz de avaliação** e da **Matriz de técnicas de recolha e tratamento de informação**, sistematizando a metodologia da avaliação e a sua forma de implementação, em moldes que demonstrem níveis adequados de triangulação, incluindo:

- i) A análise documental e de dados, respetivas fontes e formas de análise de conteúdo e tratamento e análise de dados;
- ii) Entrevistas (entidades/pessoas) a realizar e seus objetivos (exploratórios ou de aprofundamento), e respetivas formas de análise de conteúdo;
- iii) *Focus group* e/ou dos *workshops* a realizar e especificação de cada *focus group/workshop* – objetivo, tema, critérios de seleção e recrutamento de participantes, composição dos grupos, duração, as técnicas de dinamização e as ferramentas e produtos a utilizar para incentivar e orientar a participação ativa dos participantes;
- iv) Inquéritos a realizar, com a especificação dos grupos-alvo a inquirir e, quando aplicável, dos respetivos planos de amostragem, e procedimentos a implementar com vista à maximização das taxas de resposta e representatividade das respostas;
- v) Identificação preliminar dos estudos de caso e explicitação da natureza (exploratório, descritivo, explicativo/causal), desenho (caso único / casos múltiplos) e do propósito dos estudos por relação ao desenho metodológico global da avaliação e, quando aplicável, aos métodos específicos de ABT, explicitando unidades de análise e critérios de seleção dos casos e protocolos para a sua realização (incluindo estratégia de recolha de informação a desenvolver.

Os elementos descritivos da metodologia da avaliação devem corresponder à revisão e aprofundamento da metodologia apresentada em sede de proposta, de acordo com os requisitos das especificações técnicas e do Anexo II do Programa de Procedimento, e tendo em conta os aspetos que tenham sido discutidos na reunião de arranque dos trabalhos com a entidade adjudicante (e interações subsequentes), bem como o tratamento e análise da informação recolhida nesta fase dos trabalhos. Elementos de maior detalhe, relativos à operacionalização dos métodos e técnicas, podem ser remetidos para anexos/apêndices metodológicos]

ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS [Incluindo: i) organização da equipa de avaliação e responsabilidades de cada um dos seus elementos; ii) cronograma dos trabalhos e dos produtos da avaliação (Diagrama de Gantt); iii) mecanismos de controlo de qualidade dos produtos e do processo da avaliação]

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E ELETRÓNICAS [Lista de referências bibliográficas (incluindo legislativas, regulamentares e programáticas) e eletrónicas]

ANEXOS E/OU APÊNDICES [O(s) Anexo(s) e/ou Apêndice(s) deverão constituir volumes à parte do Relatório, incluindo:

- Índice dos Anexos e/ou Apêndices;
- Teoria da Programação detalhada, incluindo narrativa, sinalizando e justificando, quando aplicável, alterações introduzidas à versão disponibilizada nas Especificações Técnicas e/ou na assinatura do contrato;
- Teorias da Mudança ajustadas aos métodos;
- Tratamento e análise de dados de balanço da implementação das intervenções e de caracterização do contexto em que se desenvolve (ex. estatísticas descritivas dos dados existentes nos sistemas de informação do PT2020, outras bases de dados disponibilizadas no âmbito da avaliação ou informação adicional recolhida pela equipa de avaliação);
- Listagem preliminar da documentação consultada/a consultar no âmbito da análise documental e revisão de literatura;
- Listagem dos principais dados utilizados/a utilizar;
- Guiões das entrevistas e, quando aplicável, sinopses das entrevistas já realizadas;
- Guiões dos *focus groups*;
- Instrumentos de notação dos inquéritos;
- Guiões dos estudos de caso.]

b) Um Relatório Intermédio, que deverá sistematizar os trabalhos realizados até ao momento da entrega do relatório e, em função das evidências já recolhidas, produzir uma primeira resposta às QA, sinalizando as insuficiências e passos seguintes da avaliação. O Relatório Intermédio deverá respeitar a estrutura que se segue, com uma dimensão não superior a **75 páginas**, excluindo os anexos.

c) Um Relatório Final Preliminar, que deverá sistematizar os trabalhos realizados, a informação recolhida e a análise efetuada, os resultados e as conclusões e recomendações decorrentes

da resposta às questões de avaliação. O Relatório Final Preliminar deverá respeitar a estrutura que se segue, com uma dimensão não superior a **75 páginas**, excluindo os anexos.

- d) Um **Relatório Final**, entregue no prazo contratualmente estabelecido, que deverá sistematizar os trabalhos realizados, a informação recolhida e os resultados da análise efetuada, as conclusões e as recomendações decorrentes da resposta às questões de avaliação. Face ao Relatório Final Preliminar (RFP), o Relatório Final deve refletir a ponderação de elementos adicionais e/ou ajustamentos que decorram da apreciação do Relatório Final Preliminar (RFP) pelo Grupo de Acompanhamento e da eventual auscultação complementar dos demais *stakeholders* das intervenções, designadamente sobre as conclusões e recomendações. O Relatório Final deverá respeitar a estrutura que se segue, e não ultrapassar as **75 páginas**, excluindo os anexos.

ESTRUTURA DO RELATÓRIO INTERMÉDIO, FINAL PRELIMINAR E FINAL

CAPA [Identificação do concurso (designação da avaliação), da designação do relatório, da Agência, da data (dia, mês e ano) de conclusão do relatório, da entidade cocontratante responsável pela realização da avaliação e da fonte de financiamento de acordo com o estipulado no ponto 12 das presentes Especificações Técnicas].

CONTRACAPA [com a identificação da composição da equipa de avaliação e respetivas responsabilidades].

SIGLAS E ACRÓNIMOS [Lista de siglas e acrónimos]

RESUMO (no máximo meia página) [Síntese dos aspetos principais da avaliação, em versão bilingue português/inglês].

ÍNDICES [Identificação de índice geral e índice de quadros/figuras/gráficos].

INTRODUÇÃO (no máximo 1 página) [Exposição dos principais objetivos do relatório e da forma como está estruturado o documento].

OBJETO DA AVALIAÇÃO (no máximo 4 páginas) [Apresentação sintética das intervenções objeto da avaliação, incluindo a lógica da intervenção – a sua Teoria da Programação – e o contexto de atuação; síntese analítica do estado de implementação das intervenções].

ÂMBITO E OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO (no máximo 1 página) [Delimitação do âmbito temático, geográfico e temporal da avaliação; apresentação dos objetivos da avaliação e relação destes com os Critérios e as Questões de Avaliação (QA)].

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO (no máximo 4 páginas) [Síntese do desenho global metodológico prosseguido e justificação das opções tomadas, identificando: i) as abordagens (ABT e/ou AIC) e os **métodos** específicos adotados; ii) as técnicas de recolha, tratamento e análise de informação / as fontes de informação utilizadas, os seus principais objetivos e as suas principais características (número de entrevistas e entidades auscultadas; inquéritos realizados e número de unidades inquiridas, taxas de resposta aos inquéritos, intervalos de confiança e margens de erro obtidos e testes estatísticos aplicáveis, para efeito de validade estatística e representatividade dos resultados; número de *focus groups* e/ou *workshops* realizados, respetivos temas e tipificação/número de participantes; número, critérios de seleção e natureza dos estudos de caso realizados); iii) a lógica de triangulação de informação empregada; iv) análise crítica das limitações da metodologia desenvolvida na avaliação e das suas implicações na leitura dos resultados da avaliação]

[No Relatório Intermédio, esta síntese deve identificar claramente as etapas já realizadas e as componentes da metodologia que ainda serão desenvolvidas, apresentando o Diagrama de Gantt com o mapeamento das tarefas até ao final do estudo]

RESPOSTA ÀS QUESTÕES DE AVALIAÇÃO (no máximo 50 páginas) [Apresentação da síntese conclusiva (caixa com dimensão máxima de meia página) e do desenvolvimento da resposta a cada Questão de Avaliação (QA). Para cada QA devem ser apresentados os resultados da recolha, tratamento e análise de informação utilizados para produzir as evidências necessárias à elaboração da resposta, cobrindo (e sinalizando o grau de cobertura, quando não for completo) os elementos obrigatórios de resposta identificados nas Especificações Técnicas. Estes elementos devem ser apresentados de forma compreensiva, concisa e analítica (evitando análises meramente descritivas), utilizando elementos gráficos. As limitações da análise e/ou necessidades de desenvolvimento adicional da análise devem ser claramente explicitadas. As respostas devem estar ancoradas nos elementos relevantes da TdP].

[No Relatório Intermédio, as limitações da análise e/ou necessidades de desenvolvimento adicional da análise devem ser claramente indicadas e remetidas para a etapa seguinte da avaliação]

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DA AVALIAÇÃO (no máximo 15 páginas) [Quadro de conclusões e de recomendações, identificando os destinatários de cada recomendação e a identificação das ações concretas tendo em vista a sua concretização. As conclusões devem ser numeradas, assim como as recomendações, para melhor indexação entre ambas]

[No Relatório Intermédio as conclusões e recomendações são preliminares]

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E ELETRÓNICAS [Com a lista de referências bibliográficas e eletrónicas].

ANEXO(S) E/OU APÊNDICE(S) [O(s) Anexo(s) e/ou Apêndice(s) deverão constituir volumes à parte do Relatório, incluindo:

- Índice dos Anexos e/ou Apêndices;
- Teoria da Programação detalhada, incluindo narrativa; a TdP dever ser codificada de acordo com validação empírica obtida em face dos resultados da avaliação;

- Teorias da Mudança ajustadas aos métodos;
- Listagem da documentação consultada no âmbito da análise documental e revisão de literatura;
- Listagem de entidades efetivamente auscultadas (identificando também, quando adequado, os interlocutores – cargo/nome – envolvidos) no âmbito das diferentes técnicas (entrevistas, *focus group*, *workshops*) e dos grupos-alvo inquiridos;
- Tratamento de informação e dados recolhidos através das técnicas de recolha e tratamento de informação (entrevistas, inquéritos, *focus group*, sistemas de informação do PT2020, fontes estatísticas, entre outras) implementadas até ao momento de entrega do relatório: tabulações (com valores do N e percentagens das respostas) e tratamento estatístico (descritivo) dos inquéritos; tratamento estatístico de outros dados quantitativos recolhidos, com referência às fontes; sinopses das entrevistas, evidenciando a utilização adequada de técnicas de codificação e análise de conteúdos; descrição detalhada da implementação (modo de dinamização, e outputs finais dos *focus group* (sínteses analíticas, evidenciando o recurso a técnicas específicas de análise e de codificação de conteúdos adequadas à informação recolhida);
- Fichas-Síntese dos estudos de caso, evidenciando o cumprimento dos guiões previamente definidos, designadamente no que respeita à aplicação das diferentes técnicas de recolha e tratamento de informação previstas;
- Versões finais da **Matriz de avaliação** e da **Matriz de técnicas de recolha e tratamento de informação**;
- Outra informação considerada relevante pela equipa de avaliação, incluindo anexos ou apêndices específicos com a descrição e resultados mais detalhados da aplicação dos métodos específicos de ACI e/ou de ABT adotados.]

e) Duas Sínteses de Progresso, com uma dimensão não superior a **5 páginas**, com estrutura a definir pela equipa de avaliações, que deverá respeitar os seguintes requisitos:

- **1ª Síntese de Progresso** – com descrição sintética dos trabalhos realizados até ao momento, resultados preliminares da aplicação do quadro metodológico definido no Relatório Inicial e reporte de eventuais dificuldades e/ou constrangimentos encontrados e correspondentes estratégias de superação e/ou mitigação.
- **2ª Síntese de Progresso** – com descrição sintética dos trabalhos realizados até ao momento, resultados preliminares da aplicação do quadro metodológico e o seu reflexo em termos de produção da resposta às Questões de Avaliação, identificando limitações não antecipadas da análise e/ou necessidades de desenvolvimento adicional da análise.

f) Um Sumário Executivo, com uma dimensão não superior a **5 páginas**, que deverá respeitar os seguintes requisitos:

- i. ser um documento autónomo do Relatório Final Preliminar (apenas a versão em português) e do Relatório Final, devendo a sua versão final ser produzida em formato bilingue (português/inglês).
- ii. refletir, de forma sintética, as principais temáticas desenvolvidas na avaliação, redigido de forma apelativa à divulgação por um público mais vasto, não se limitando, assim, a reproduzir o conteúdo dos relatórios.
- iii. a estrutura do Sumário Executivo deve incluir: capa [Identificação do concurso (designação da avaliação), da designação do relatório, da Agência, da data (dia, mês e ano) de conclusão do relatório, da entidade adjudicatária responsável pela avaliação e da fonte de financiamento de acordo com o estipulado no ponto 12 das presentes Especificações Técnicas] e contracapa [com a identificação da composição da equipa de avaliação e respetivas responsabilidades]; objeto, âmbito e objetivos da avaliação; metodologia prosseguida; principais conclusões de resposta às questões de avaliação; recomendações da avaliação.

g) Uma Síntese Gráfica para divulgação generalizada, com uma dimensão não superior a **2 páginas**, que deverá ser um documento autónomo do Relatório Final Preliminar e do Relatório Final. Deverá sintetizar as principais conclusões da avaliação com recurso a uma linguagem não técnica e a elementos gráficos e imagens, de leitura fácil e apelativa, para

divulgação dos principais resultados junto do grande público. A estrutura será definida pela equipa de avaliação tendo em conta os destinatários deste produto de comunicação.

- 7.3. A disponibilização dos Relatórios e do Sumário Executivo será efetuada em suporte eletrónico⁵, tanto em formato *PDF* como em versão de processador de texto e, quando aplicável, de folha de cálculo, possibilitando a sua utilização posterior pela entidade adjudicante.
- 7.4. A Síntese Gráfica pode assumir vários formatos, devendo possibilitar a sua divulgação em *websites*.
- 7.5. Os produtos apresentados pelo adjudicatário serão obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, sendo que o Sumário Executivo, o Resumo e a Síntese Gráfica serão também redigidos em língua inglesa.
- 7.6. A par dos produtos explicitados em cima, devem igualmente ser entregues todos os subprodutos produzidos no âmbito do desenvolvimento da avaliação, nomeadamente bases de dados anonimizadas recebidas das entidades produtoras de dados (originais e bases finais, após o trabalho do avaliador).
- 7.7. Os parágrafos dos relatórios deverão ser numerados.

8. REQUISITOS DE QUALIDADE DOS PRODUTOS

- 8.1. Para efeitos do acompanhamento dos trabalhos da avaliação, os produtos da avaliação, em particular os relatórios de avaliação, serão apreciados tendo por referência os seguintes elementos, baseados nos critérios de controlo de qualidade contemplados no *EVALSED: The resource for the evaluation of Socio-Economic Development*, de setembro de 2013.

Relatório Inicial

Critérios e questões de aferição da qualidade do relatório	Resposta às questões de aferição da qualidade dos produtos da avaliação	
	Apreciação*	Comentários
Objeto da avaliação e seu contexto. Âmbito e objetivos da avaliação: Apresenta de forma clara e precisa os elementos essenciais à compreensão do objeto da avaliação e do seu contexto de implementação, bem como do âmbito programático, geográfico e temporal e dos objetivos da avaliação.		
Conceção metodológica: Apresenta a metodologia de forma objetiva, fundamentada e adequada ao objeto da avaliação, aos objetivos da avaliação e à estratégia de resposta às Questões de Avaliação (QA). A metodologia proposta é capaz de fornecer respostas válidas e relevantes às QA, é viável e credível, respeitando as convenções e melhores práticas na aplicação das técnicas de recolha, tratamento e análise de informação, incluindo o respeito pelo princípio da triangulação e um nível adequado envolvimento dos <i>stakeholders</i> . São reconhecidas as limitações de validade dos resultados da avaliação que decorrem da metodologia a aplicar.		
Organização do trabalho: A organização da equipa e dos trabalhos é apresentada de forma detalhada, incluindo a planificação das tarefas a desenvolver e o respetivo cronograma, as responsabilidades dos membros da equipa e os mecanismos de controlo de qualidade. Esta organização é coerente e exequível dados os recursos e prazo da avaliação.		
Clareza e concisão da redação: Apresenta os conteúdos redigidos de forma clara, bem estruturada e lógica. A redação é auxiliada pelo uso de tabelas, quadros e gráficos de fácil leitura e entendimento; o uso de conceitos e linguagem técnica é parcimonioso, sem prejuízo do rigor necessário e da explicitação dos mesmos.		

Nota (*): a apreciação terá a seguinte sinalética:  Corresponde ao Cadernos de Encargos  A melhorar

⁵ Os formatos eletrónicos acima referidos devem ser compatíveis com os aplicativos de *software* comumente utilizados, designadamente o Adobe Acrobat Reader e os aplicativos do Microsoft Office.

Relatório Intermédio, Relatório Final Preliminar e Relatório Final

Critérios e questões de aferição da qualidade do relatório	Resposta às questões de aferição da qualidade dos produtos da avaliação	
	Apreciação*	Comentários
Objeto da avaliação e seu contexto. Âmbito e objetivos da avaliação: Apresenta de forma clara e precisa os elementos essenciais à compreensão do objeto da avaliação e do seu contexto de implementação, bem como do âmbito programático, geográfico e temporal e dos objetivos da avaliação.		
Conceção e implementação metodológica: Descreve o quadro metodológico prosseguido na avaliação, concluindo sobre a sua adequação para produzir as evidências necessárias à resposta às Questões de Avaliação (QA). Apresenta as eventuais dificuldades sentidas e as estratégias de superação das mesmas, refletindo também sobre as limitações que decorrem da metodologia aplicada. A implementação das técnicas de recolha, tratamento e análise de informação é robusta, seguindo as convenções e melhores práticas aplicáveis, e a informação primária e secundária e as respetivas fontes são credíveis e adequadas à resposta às questões de avaliação, atestando a fiabilidade e validade dos dados e das evidências produzidas.		
Resposta às Questões de Avaliação (QA): As respostas às QA apresentam-se lógicas, fundamentadas, credíveis e suportadas em evidências que decorrem da análise de dados resultante da utilização adequada da metodologia implementada.		
Conclusões e recomendações: As conclusões são claras e fundamentadas, isentas de considerações pessoais e correspondem a juízos de valor exclusivamente suportados pelas evidências produzidas na resposta às questões de avaliação. As recomendações estão suportadas nas conclusões, são explícitas, coerentes, concretas (descritas de forma clara e objetiva) e operacionalizáveis (incluindo a identificação dos seus destinatários e dos requisitos para que possam ser implementadas).		
Clareza e concisão da redação: Apresenta os conteúdos redigidos de forma clara, bem estruturada e lógica. A redação é auxiliada pelo uso de tabelas, quadro e gráficos de fácil leitura e entendimento; o uso de conceitos e linguagem técnica é parcimonioso, sem prejuízo do rigor necessário e da explicitação dos mesmos.		

Nota (*): a apreciação terá a seguinte sinalética:  Corresponde ao Cadernos de Encargos  A melhorar

- 8.2. Serão também objeto de verificação os requisitos formais apresentados nos pontos 7 e 12 das presentes Especificações Técnicas.
- 8.3. A apreciação dos critérios de qualidade deverá constar do parecer do Grupo de Acompanhamento, mostrando a conformidade do serviço prestado pelo adjudicatário com os termos de referência da avaliação. Este parecer terá um formato preestabelecido que inclui, de forma mais detalhada, os critérios apresentados nas tabelas anteriores, e será disponibilizado aquando da assinatura do contrato.

9. COMPOSIÇÃO DA EQUIPA DE AVALIAÇÃO

- 9.1. Os requisitos adiante definidos dizem respeito à composição mínima obrigatória da equipa, a apresentar com a Proposta, responsável pela realização da avaliação.
- 9.2. A composição da equipa responsável pela realização da avaliação tem necessariamente de assegurar, pelo menos, os seguintes perfis, sob pena de exclusão:

a) Perfil A: 1 (um) Coordenador

Com experiência de coordenação de estudos (*) sobre políticas públicas/programas públicos.

b) Perfil B: 1 (um) Especialista nos métodos de Avaliação de Impacto previstos na proposta

Com experiência de aplicação dos métodos de Avaliação de Impacto previstos na proposta, tendo sido responsável pelo desenho e implementação desses métodos.

c) Perfil C: 1 (um) Especialista em Inquéritos

Com experiência de realização de inquéritos, tendo sido responsável pelo desenho, implementação e tratamento de informação dessa técnica.

d) Perfil D: 1 (um) Especialista em *Focus Group*

Com experiência de realização de *Focus Group*, tendo sido responsável pelo desenho, implementação e tratamento de informação dessa técnica.

e) Perfil E: 1 (um) Especialista em Estudos de Caso

Com experiência de realização de Estudos de Caso, tendo sido responsável pelo desenho, implementação e tratamento de informação dessa técnica.

f) Perfil F: 1 (um) Especialista em Entrevistas Biográficas

Com experiência de realização de Entrevistas Biográficas, tendo sido responsável pelo desenho, implementação e tratamento de informação dessa técnica.

g) Perfil G: 1 (um) Especialista temático

Com experiência de realização de estudos (*) sobre temas objeto da presente avaliação ou experiência em atividades profissionais diretamente relacionadas com esses temas.

(*) Estudos de avaliação, artigos académicos ou outros estudos e trabalhos de natureza similar

9.3. Cada elemento da equipa proposta não pode ser associado a mais que dois perfis.

9.4. A experiência de cada elemento da equipa será comprovada pelo número de estudos realizados que atestem os requisitos acima definidos para cada perfil ou, quando aplicável, a duração do exercício de atividades profissionais diretamente relacionadas com os temas objeto da presente avaliação.

9.5. Os elementos da equipa a afetar à execução do contrato devem ter realizado, no mínimo, um estudo que ateste os requisitos acima definidos, sendo apenas considerados os estudos realizados e concluídos, no máximo, nos últimos 10 anos, e quando aplicável, deverão ter no mínimo um mês de experiência em atividades profissionais diretamente relacionadas com os temas objeto da presente avaliação, desempenhadas num período compreendido nos últimos 10 anos.

10. MECANISMOS DE GESTÃO E ACOMPANHAMENTO

10.1. Para o acompanhamento dos trabalhos do estudo será constituído um Grupo de Acompanhamento (GA), com a seguinte composição:

- a) AD&C (que coordena o GA)
- b) Autoridade de Gestão do PESSOAS 2030
- c) Autoridades de Gestão dos Programas Regionais 2030
- d) Estrutura de Missão Recuperar Portugal
- e) Instituto de Segurança Social
- f) GEP – Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
- g) Conselho Económico e Social (CES)
- h) Representante da Coordenação da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza
- i) Representante do PLANAPP
- j) Associação Nacional de Municípios
- k) Estrutura de Missão Portugal Inovação Social
- l) Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)
- m) Instituto Nacional para a Reabilitação
- n) Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG)
- a) Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA)

10.2. O Grupo de Acompanhamento terá como funções:

- a) Analisar e emitir parecer sobre os produtos de avaliação, para efeito de controlo de qualidade dos relatórios e da medida em que a avaliação está a corresponder aos requisitos e objetivos estabelecidos;
- b) Apoiar a equipa de avaliação na identificação e/ou facilitação do acesso aos interlocutores relevantes e acesso a dados e informação por estes detida.

10.3. A AD&C, enquanto entidade adjudicante, assume as seguintes funções:

- a) Coordenar o Grupo de Acompanhamento;
- b) Realizar pontos de situação periódicos com a equipa de avaliação, incluindo a promoção de reuniões de trabalho, com vista ao acompanhamento da avaliação;
- c) Identificar eventuais desvios entre a Proposta de avaliação e a sua implementação, promovendo junto da equipa de avaliação a definição de medidas corretivas;
- d) Aceitar os produtos da avaliação.

11. INFORMAÇÃO DISPONÍVEL

11.1. Para a realização da avaliação podem ser consultados ou serão disponibilizados, quando não se encontrem publicados, até cinco dias úteis após o início da vigência do contrato, entre outros elementos que venham a estar disponíveis ou que a equipa de avaliação entenda consultar, os seguintes:

a) Documentação relativa ao Portugal 2020 e aos Programas financiadores das intervenções objeto da avaliação:

- i. Acordo de Parceria Portugal 2020
- ii. Programas financiadores das intervenções objeto da avaliação
- iii. Avisos de abertura a candidaturas do Portugal 2020
- iv. Boletim Informativo dos Fundos da União Europeia – Portugal 2020
- v. Teoria da Programação das intervenções objeto da avaliação

b) Legislação nacional e outros documentos de enquadramento da atuação do Portugal 2020:

- vi. Decreto-Lei n.º 137/2014 - D.R. n.º 276/2014, Série I de 2014-09-12 – Modelo de Governação do Acordo de Parceria e dos Programas Operacionais 2014-2020.
- vii. Decreto-Lei n.º 159/2014 - D.R. n.º 207/2014, Série I de 2014-10-27 – Estabelece as regras gerais de aplicação dos Programas Operacionais e dos Programas de Desenvolvimento Rural financiados pelos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, para o período de programação 2014-2020.
- viii. Portaria n.º 57-A/2015 – Regulamento Específico do domínio Competitividade e Internacionalização
- ix. Portaria n.º 60-C/2015, de 2 de março – Regulamento Específico do domínio Capital Humano
- x. Portaria n.º 97-A/2015 – Regulamento Específico do domínio Inclusão Social e Emprego

c) Regulamentos europeus referentes ao período de programação do Portugal 2020:

- xi. Regulamento (UE) n.º 1303/2013 Geral dos Fundos Estruturais e de Investimento do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, que estabelece disposições comuns relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ao Fundo Social Europeu, ao Fundo de Coesão, ao Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural e ao Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e das Pescas.
- xii. Regulamento (UE) n.º 1301/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, relativo ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e que estabelece disposições específicas relativas ao objetivo de investimento no crescimento e no emprego.
- xiii. Regulamento (UE) n.º 1304/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, relativo ao Fundo Social Europeu e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1081/2006 do Conselho.

d) Avaliações Portugal 2020 e outros estudos:

- xiv. Avaliações realizadas no âmbito do Plano Global de Avaliação do Portugal 2020, com destaque para:
- Avaliações Intercalares dos Programas Operacionais
 - *Avaliação da Implementação, Eficácia e Eficiência da Iniciativa Emprego Jovem (IEJ)*
 - *Avaliação do Impacto da Iniciativa Emprego Jovem (IEJ)*
 - *Avaliação das Medidas de Promoção de Inovação Social*
 - *Avaliação do Impacto das Medidas de Emprego apoiadas pelo Madeira 14-20*
 - *Avaliação do Contributo do Portugal 2020 para o Aumento da Qualificação e (Re)integração no Mercado de Trabalho dos Adultos*
 - *Avaliação de Impacto dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS)*
 - *Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais (PDCT e DLBC)*
- xv. Avaliações realizadas no âmbito do Plano Global de Avaliação do Portugal 2030, com destaque para:
- *Avaliação Ex-Ante do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego*
- xvi. Outros estudos (lista não exaustiva)
- Costa, S. (coord.) Guerra, I., Santos, M. (2022) Uma imensidão de vidas. Dez anos de percursos de pobreza em Lisboa. Barómetro do Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa 2011-2021, Cadernos EAPN 27, Porto, EAPN.
 - Diogo, Fernando (coord.) Palos, C., Rodrigues, C. F., Pereira, E., Ribeiro, F. B., Branco, (2021) A pobreza em Portugal. Trajetos e quotidianos, Estudos da Fundação, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.
 - OECD-EC (2024) Impact Evaluation of Active Labour Market Policies in Portugal - project on policy impact evaluation through the use of linked administrative and survey data
 - Pacifico, D. and Thévenot, C. (2016) Faces of Joblessness in Portugal: Anatomy of Employment Barriers, OCDE.

e) Documentos de orientação e referenciais metodológicos sobre avaliação:

- xvii. Comissão Europeia (2021), Performance, monitoring and evaluation of the European Regional Development Fund, the Cohesion Fund and the Just Transition Fund in 2021-2027, SWD(2021) 198 final, 8.7.2021.
- xviii. Comissão Europeia (2023), Better Regulation "Toolbox".
- xix. OCDE (2019), Better Criteria for Better Evaluation Revised Evaluation Criteria Definitions and Principles for Use.
- xx. Comissão Europeia, Direção-Geral da Política Regional e Urbana (2014), Guidance Document on Monitoring and Evaluation – European Cohesion Fund European Regional Development Fund – Concepts and Recommendations. (Revision 2018).
- xxi. Comissão Europeia (2013), EVALSED: The resource for the evaluation of Socio-Economic Development – Evaluation guide, September.
- xxii. Comissão Europeia (2013), EVALSED Sourcebook: Method and Technics, September.
- xxiii. AD&C (2024), Da teoria à prática da avaliação de políticas públicas: Focus Group vs. Workshops.

- xxiv. AD&C (2024), Da teoria à prática da avaliação de políticas públicas: Estudos de Caso.
- xxv. AD&C (2024), Da teoria à prática da avaliação de políticas públicas: Recomendações.
- xxvi. Estudos de desenvolvimento metodológico no âmbito do PO AT PT2020.
- xxvii. Para referências bibliográficas sobre Avaliação, consultar site AD&C.

f) Informação recolhida nos Sistemas de Informação do Portugal 2020 e dos Programas financiadores das intervenções objeto de avaliação, a disponibilizar no arranque dos trabalhos, após assinatura do Contrato:

Informação sintetizada nas Especificações Técnicas	Informação a disponibilizar no arranque dos trabalhos, após assinatura do contrato
<p>Quadros síntese com resumo da implementação das intervenções objeto da avaliação:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Nº de Avisos, por Tipologia de Operação e Programa – Nº total de candidaturas, por Tipologia de Operação e Programa – Nº operações aprovadas (e Apoio Total Aprovado (Fundo) e Apoio Total Executado), por Tipologia de Operação e Programa – Nº de beneficiários, por Tipologia de Operação, Programa e Aviso – Calendário de conclusão das operações aprovadas, por Tipologia de Operação 	<p>Lista de candidaturas / operações PT2020, com os seguintes identificadores e elementos principais:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Programa financiador – Código e designação da operação – Código e designação do Aviso – Tipologia de Operação – Estado operação (não admitida, ...), – Identificação do beneficiário principal (designação, NIF, contacto) – CAE da operação – Datas (submissão candidatura, estado da operação, início/fim previsto, data efetiva realização da operação / data efetiva de conclusão) – Localização da operação (NUTS II dominante, NUTS III dominante, Concelho dominante)
<p>Quadros síntese dos Indicadores dos Programas:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Indicadores de realização e de resultado inscritos nos Programas (designação, metas e valores executados) – Indicadores contratualizados ao nível das operações (designação) 	<p>Metas e valores executados dos indicadores de Programa (31dez2022):</p> <ul style="list-style-type: none"> – Indicadores de Realização, por Programa – Indicadores de Resultado, por Programa <p>Listagem de Indicadores associados às operações:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Indicadores de contratualização, com respetivas metas (decisão de aprovação) e valores executados (encerramento), por operação
	<p>Lista de Avisos publicados, incluindo:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Código do Aviso – Designação do Aviso – Data de abertura e data de encerramento para submissão de candidaturas (inicial e revista, quando aplicável) – Natureza do Aviso (Convite/Concurso/...) – Dotação do Aviso (inicial e revista, quando aplicável) – Tipologia de Operação – Abrangência territorial – <i>Link</i> para Avisos no Balcão/site PT2020
	<p>Listagem de beneficiários:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Beneficiário principal /promotor (NIF/designação/contacto), por operação – Outros beneficiários / copromotores (NIF/designação/contacto), por operação (estágios, apoios ao emprego, CEI e CEI+, +CO3SO, SI2E)
	<p>Elementos de descrição das candidaturas/operações:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Memórias descritivas das candidaturas e operações aprovadas (<i>avaliar pertinência; a confirmar disponibilização da informação ou do acesso ao Sistema de informação</i>) – Relatórios de encerramento / Pedidos de saldo final das operações (<i>avaliar pertinência; a confirmar disponibilização da informação ou do acesso ao Sistema de informação</i>)

12. MEDIDAS DE INFORMAÇÃO E PUBLICIDADE

- 12.1. No cumprimento das disposições legais europeias e nacionais, todos os produtos a entregar no âmbito do Contrato devem obedecer às regras de informação e publicitação do cofinanciamento dos fundos europeus do Portugal 2030.
- 12.2. O fundo europeu financiador desta aquisição de serviços é o FEDER.
- 12.3. As regras de informação e publicitação do cofinanciamento cumprem-se com a colocação em todos os produtos referidos no ponto 7 das presentes Especificações Técnicas, bem como todos os outros produtos realizados no âmbito do Contrato e ações de comunicação e reuniões/eventos realizados no decorrer do Contrato (apresentações *PowerPoint*, brochuras, posters, vídeos e outro qualquer produto físico ou digital), da barra de logótipos e de informação do cofinanciamento, conforme apresentada em seguida.

Cofinanciado por:

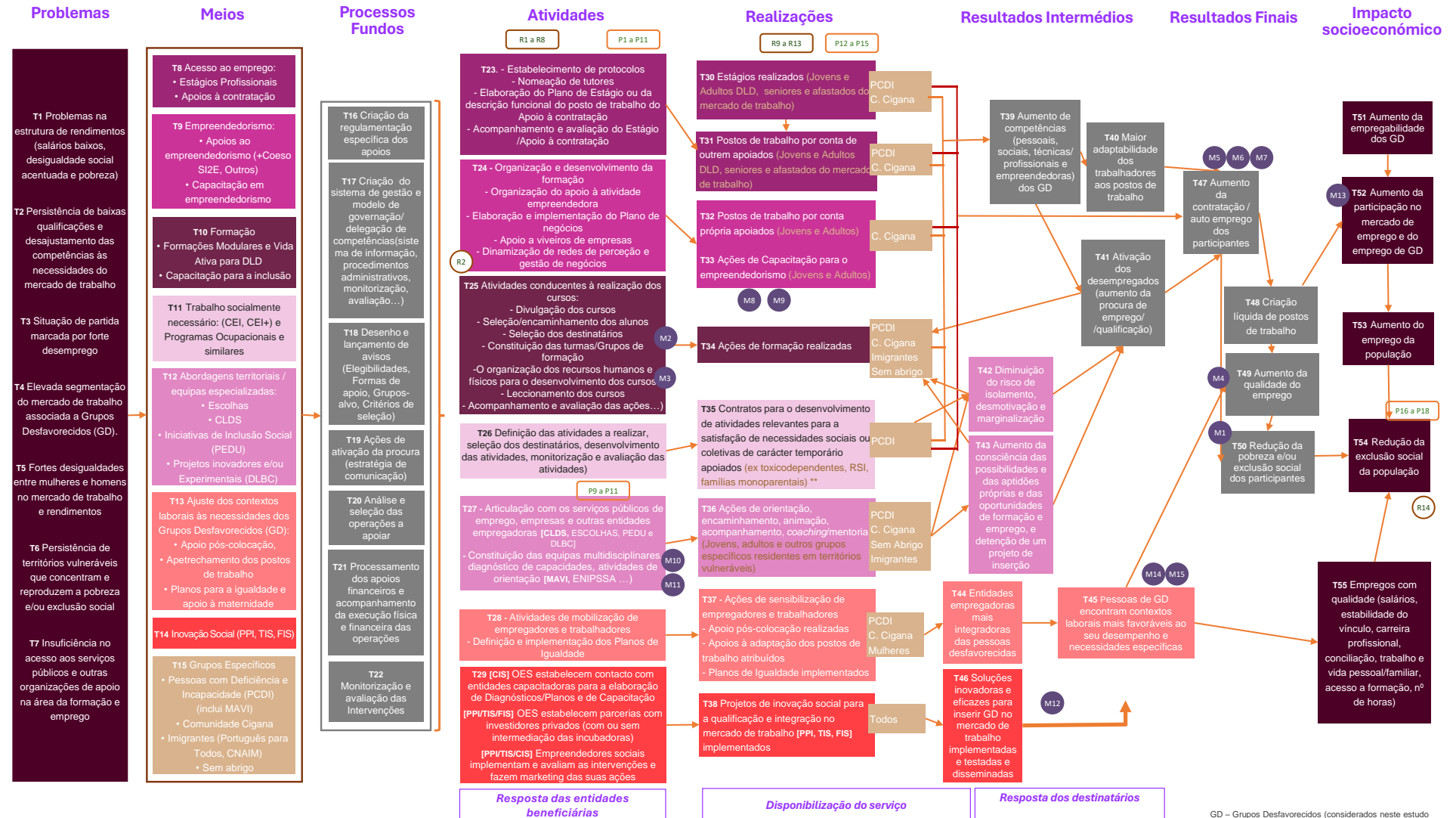


Cofinanciado pela
União Europeia

- 12.4. Nos Relatórios a produzir no âmbito da avaliação, deve ainda ser incluída uma barra de logótipos relativa aos seguintes Programas envolvidos:



ANEXO I. TEORIA DA PROGRAMAÇÃO



Nota: (*) Públicos da Capacitação para a inclusão são: pessoas de baixos rendimentos/ex-reclusos/jovens sujeitos a medidas tutelares e educativas/e outras pessoas sujeitas a medidas tutelares executadas na comunidade/beneficiários RSI/DLD/adultos sem as competências básicas de leitura, escrita e cálculo/pessoas com comportamentos aditivos (***) CEI: Inscritos no IEF como beneficiários de subsídio de desemprego e subsídio social de desemprego; CEI+: vítimas de violência doméstica/beneficiários RSI/DLD/famílias monoparentais/pessoas que não beneficiem de prestação de desemprego há mais de 12 meses/pessoas que tenham o cônjuge desempregado

Símbolos:
 CEI – Contratos Emprego Inserção
 CLDS – Contratos Locais de Desenvolvimento Social
 DLBC – Desenvolvimento Local de Base Comunitária
 DLD – Desempregados de Longa Duração
 ENIPSSA – Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2017-2023

GD – Grupos Desfavorecidos (considerados neste estudo apenas os em idade ativa)
 OES – Organizações da Economia Social
 PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano
 PPI – Parcerias para a Inserção
 RSI – Rendimento Social de Inserção
 TIS – Títulos de Impacto Social
 FIS – Fundo de Investimento Social

Mecanismos

- M1 – A participação no mercado de trabalho gera acesso a rendimento, sentimentos de pertença, autoestima, competências sociais, pessoais e profissionais, redes de socialização e pertença reduzindo o risco de pobreza e/ou exclusão social
- M2 – O encaminhamento adequado das pessoas de Grupos desfavorecidos face ao seu perfil e aspirações cria aspirações e confiança relativamente à possibilidade da sua valorização técnica e pessoal e inserção no mercado de emprego, motivando-as para frequentar e terminar formação profissional (*Formação*)
- M3 – As modalidades de oferta formativa das pessoas de Grupos desfavorecidos (percursos formativos graduais e flexíveis, combinação de aprendizagens curriculares, técnicas, pessoais e sociais) reaproximam-nas dos processos de aprendizagem dos quais têm muitas vezes memórias de insucesso e exclusão, motivando-as para terminar formação profissional (*Formação*)
- M4 – A conjugação de apoios adequados a diferentes necessidades permite dar respostas dirigidas às necessidades específicas permitindo suprir desvantagens mais profundas e de natureza diversa, possibilitando assim a qualificação e acesso destas pessoas a empregos de qualidade
- M5 – O esforço de mobilização das entidades empregadoras no território, levantamento de necessidades, auscultação e concertação reflete-se numa oferta de formação para pessoas de Grupos desfavorecidos reconhecida e valorizada pelas entidades empregadoras que integram as pessoas de Grupos desfavorecidos que as frequentam
- M6 – O estímulo financeiro, o contexto de experimentação e a flexibilidade nas modalidades de integração dentro das organizações proporcionado pelas intervenções facilita a diluição de preconceitos face ao potencial das pessoas de Grupos desfavorecidos e criação de confiança nos empregadores, minimizando as reservas à sua contratação
- M7 – Os mecanismos de informação sobre apoios ao emprego de Grupos desfavorecidos, de ajustamento e os apoios pós-inserção *on job* fazem do recurso aos serviços públicos de emprego e às intervenções de apoio ao emprego cofinanciadas uma alternativa de recrutamento de mão de obra muito atrativa
- M8 – A frequência de formação e de disponibilização de apoios conducentes à constituição de uma empresa ou de um autoemprego incentiva os desempregados adultos e jovens a experimentar criar o seu próprio negócio (*Empreendedorismo*)
- M9 – As estruturas criadas para apoiar a constituição e funcionamento dos projetos (rede de perceção e gestão de negócios, incubadoras ou viveiros de empresas) dão aos novos empreendedores uma estrutura de apoio (logístico, de gestão etc..) que responde às dificuldades de arranque dos negócios recém criados e contribui para o seu sucesso (*Empreendedorismo*)
- M10 – O envolvimento de organizações mais próximas das comunidades permite captar públicos de perfis mais afastados das instituições e que desconhecem os apoios de que podem beneficiar (*Abordagens territoriais*)
- M11 – O trabalho em rede e a abordagem territorializada envolve diversos agentes locais criando oportunidades de estágios e emprego e potencia ambiente para dinâmicas empreendedoras (*Abordagens territoriais*)
- M12 – A criação de projetos inovadores de mobilização de recursos para facilitar a inserção no mercado de trabalho, a aquisição de competências/ferramentas na procura ativa de emprego trazem melhores resultados e induzem a disseminação de práticas inovadoras (*Inovação social*)
- M13 – Os empregadores são motivados e confrontados com exemplos de empresas que tiveram boas experiências de integração de pessoas de Grupos desfavorecidos o que os torna recetivos e colaborativos na integração das pessoas de Grupos desfavorecidos
- M14 – O apoio técnico prestado mitiga dificuldades das pessoas de Grupos desfavorecidos em contexto de trabalho, tornando entidades empregadoras e colegas mais recetivos e colaborativos no processo de integração dessas pessoas (*PDCI*)
- M15 – O desenho dos planos de igualdade identifica áreas estratégicas de mudança para a igualdade das mulheres nas empresas e através da sua aplicação e monitorização, as organizações transformam-se de modo a proporcionar igualdade de oportunidades (*Planos de igualdade*)

Pressupostos

Fatores Operacionais (Atividades-Realizações)

- P1 Existe um papel de intermediação/sensibilização com as entidades empregadoras para mitigar riscos de baixa adesão/desadequação e alinhar expectativas
- P2 A divulgação dos apoios e articulações de encaminhamento estabelecidas concorrem para uma procura adequada
- P3 São desenvolvidos mecanismos (identificação de necessidades e perfis/expectativas, seleção dos atores) que garantam o *matching* dos perfis entidades empregadoras vs. destinatários
- P4 Ofertas de trabalho são suficientemente atrativas para mobilizarem destinatários e os manterem motivados na sua função
- P5 Existe capacidade nos territórios para mobilizar soluções com respostas complementares para grupos de indivíduos com vulnerabilidades semelhantes
- P6 São conduzidos processos de orientação vocacional e mentoria eficazes e ajustados
- P7 Os modelos de formação são definidos com vista ao desenho de trajetórias de emprego viáveis e adequadas
- P8 As entidades beneficiárias têm competências para conduzir os projetos (p.e. estabilidade das equipas)
- P9 Os projetos territorializados de desenvolvimento social assumem a componente de qualificação e inserção socioprofissional na sua operacionalização
- P10 Os projetos territorializados trabalham em articulação (e não em sobreposição) com os SPE – Serviços Públicos de Emprego
- P11 Os Serviços Públicos de Emprego e outros serviços públicos (em especial os de Segurança Social) desenvolvem um trabalho articulado.

Disponibilização do serviço (Realizações – Resultados)

- P12 A experiência proporcionada pelas intervenções torna as pessoas mais preparadas para o mercado de trabalho
- P13 A adoção de modalidades de acompanhamento, sobretudo aquelas que se organizam em torno de projetos de vida, asseguram a mitigação das dificuldades de adaptação ao mercado de trabalho dos GD
- P14 Os mecanismos para melhorar a qualidade das inserções profissionais no mercado de trabalho são suficientes para contrariar estereótipos e comportamentos que daí derivam
- P15 A dinâmica de oferta de mão de obra no mercado regulado é a que prevalece na integração de trabalhadores de Grupos desfavorecidos (não existe recrutamento desregulado nomeadamente de imigrantes legais)

Políticas complementares (Resultados Finais/Impactos)

- P16 São praticados salários e definidos valores para apoios sociais que permitem uma vida decente
- P17 As condições de trabalho (incluindo salários) são objeto de fiscalização
- P18 O acesso a bens e serviços essenciais (saúde, educação, alojamento, transporte) é melhorado

Riscos

Fatores Operacionais (Atividades-Realizações)

- R1 As modalidades não são interessantes para entidades empregadoras e para os destinatários (baixa adesão)
- R2 Desistência dos destinatários, atraídos p.e. por outras ofertas
- R3 As motivações das entidades empregadoras são de ser apenas “barriga de aluguer”
- R4 Perfil desadequado dos destinatários e das entidades empregadoras face às exigências/características das intervenções
- R5 Incapacidade das entidades empregadoras para acederem aos apoios e/ou para cumprirem os requisitos necessários
- R6 Resistências a uma aceitação efetiva das pessoas de Grupos desfavorecidos (estereótipos)
- R7 Atitude meramente “ritualista” face à implementação de algumas intervenções (p.e. Plano de Igualdade)
- R8 O contexto de oferta de mão-de-obra menos exigente em termos de direitos sociais, orienta algumas entidades empregadoras para esse perfil de mão-de-obra em detrimento do recurso aos apoios para Grupos desfavorecidos

Disponibilização do serviço (Realizações – Resultados)

- R9 As experiências laborais não permitem ganhos do ponto de vista da empregabilidade
- R10 Os destinatários finais desmobilizam-se por desencorajamento face a experiências negativas
- R11 As inserções profissionais dos destinatários das intervenções não permitem a saída da situação de pobreza e/ou exclusão social (baixos salários ...)
- R12 As intervenções perpetuam elas próprias situações de precariedade
- R13 Os participantes nas intervenções não pertencem aos grupos mais frágeis da população para os quais estas fariam a diferença

Políticas complementares (Resultados Finais/Impactos)

- R14 Crise económica ou outros fatores que impossibilitam a disponibilização de bens e serviços essenciais

ANEXO II. LISTA DE ORGANISMOS INTERMÉDIOS

Tipologia de Operação	Organismos Intermédios
+CO3SO	Agência de Desenvolvimento Integrado de Lordelo do Ouro
	Associação do Douro Histórico
	Sol do Ave-Associação para o Desenvolvimento Integrado do Vale do Ave
	Cruz Vermelha Portuguesa
	Associação de Desenvolvimento da Região do Alto Tamega (ADRAT)
	DOLMEN - Desenvolvimento Local e Regional, CRL
	ADRMINHO-Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale Do Minho
	CORANE - Associação de Desenvolvimento dos Concelhos da Raia Nordestina
	DESTEQUE-Associação para o Desenvolvimento da Terra Quente
	ATAHCA - Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem Cavado e Ave
	Beira-Douro - Associação de Desenvolvimento do Vale do Douro
	ADER-Sousa-Associação de Desenvolvimento Rural das Terras do Sousa
	ADRIL-Associação do Desenvolvimento Rural Integrado do Lima
	Associação de Desenvolvimento Regional Integrado das Terras de Santa Maria
	ADRMAG - Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Serras de Montemuro, Arada e Gralheira
	Instituto Padre António Vieira
	Área Metropolitana do Porto
	PROBASTO-Associação de Desenvolvimento Rural de Basto
	LITORALRURAL - Associação de Desenvolvimento Regional
	Douro Superior - Associação de Desenvolvimento
	Comunidade Intermunicipal do Alto Minho
	ADRACES-Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro-Sul
	ADRUSE-Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela
	ADIRN-Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte
	ADAE - Associação de Desenvolvimento da Alta Estremadura
	Leader Oeste - Associação para o Desenvolvimento Rural
	Rude-Associação de Desenvolvimento Rural
	Adices - Associação de Desenvolvimento Local
	DUECEIRA - Associação de Desenvolvimento do Ceira E Dueça
	Raia Histórica - Associação de Desenvolvimento do Nordeste da Beira
	Agência de Desenvolvimento Costeiro Ecocoast-Associação
	ADIBER - Associação de Desenvolvimento Integrado da Beirra Serra
	Associação de Desenvolvimento Dão Lafões e Alto Paiva
	A. D. D. - Associação de Desenvolvimento do Dão
	Pinhal Maior - Associação de Desenvolvimento do Pinhal Interior Sul
	Tagus - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior
	Terras De Sicó - Associação de Desenvolvimento
	Pró-Raia - Associação de Desenvolvimento Integrado da Raia Centro Norte
	AD ELO - Associação de Desenvolvimento Local da Bairrada e Mondego
	Coimbramaifuturo - CMF - Associação De Desenvolvimento Local de Coimbra
	Aderes - Associação de Desenvolvimento Rural Estrela Sul
	AIDA CCI - Câmara de Comércio e Indústria do Distrito de Aveiro
	Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro

Tipologia de Operação	Organismos Intermédios
	<p>ADEPE - Associação para o Desenvolvimento de Peniche Pinhais Do Zêzere - Associação para o Desenvolvimento A2s-Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia IDSET - Associação Portuguesa para a Inovação e Desenvolvimento +Benfica - Associação de Desenvolvimento e Co-Governança Local Santa Casa da Misericórdia de Almada ADREPES - Associação de Desenvolvimento Regional da Península De Setúbal TESE - Associação para o Desenvolvimento pela Tecnologia, Engenharia, Saúde e Educação Olho Vivo - Associação para a Defesa do Património, Ambiente e Direitos Humanos Rede DLBC Lisboa - Associação para o Desenvolvimento Local de Base Comunitária de Lisboa Tuna Económicas ADER-AI - Associação Para o Desenvolvimento do Espaço Rural do Norte do Alentejo Associação para a Promoção Rural da Charneca Ribatejana ESDIME - Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste CRL ADL - Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano Terras Dentro, Associação para o Desenvolvimento Integrado Leader-Sor-Associação para o Desenvolvimento Rural Integrado do Sor Monte - Desenvolvimento Alentejo Central - ACE Alentejo XXI - Associação de Desenvolvimento Integrado do Meio Rural Associação para a Promoção do Desenvolvimento Rural do Ribatejo Associação Terras do Baixo Guadiana Rota do Guadiana-Associação de Desenvolvimento Integrado Vicentina - Associação para O Desenvolvimento do Sudoeste Município de Olhão Fundação Antonio Silva Leal Associação In Loco, de Intervenção, Formação e Estudos para o Desenvolvimento Local "Agência de Desenvolvimento do Barlavento" - Associação Fundação Irene Rolo</p>
S12E	<p>Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-Os-Montes Área Metropolitana do Porto Associação do Douro Histórico Comunidade Intermunicipal do Douro PROBASTO-Associação de Desenvolvimento Rural de Basto Comunidade Intermunicipal do Cávado CIM do Ave - Comunidade Intermunicipal do Ave Douro Superior - Associação de Desenvolvimento Comunidade Intermunicipal do Alto Minho Comunidade Intermunicipal da Região De Aveiro Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões CIMRL - Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa (CIMBB) Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra Comunidade Intermunicipal do Oeste CIMBAL - Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central</p>

Tipologia de Operação	Organismos Intermédios
	<p>C.I.M.A.L. - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral</p> <p>Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo</p> <p>Associação Terras do Baixo Guadiana</p> <p>Vicentina - Associação para o Desenvolvimento do Sudoeste</p> <p>Fundação Irene Rolo</p> <p>Fundação António Silva Leal</p> <p>Associação In Loco, de Intervenção, Formação e Estudos para o Desenvolvimento Local</p> <p>"Agência de Desenvolvimento do Barlavento" - Associação</p> <p>Município de Olhão</p>
CEI	<p>Comunidade Intermunicipal do Cávado</p> <p>Comunidade Intermunicipal do Alto Minho</p> <p>CIM do Ave - Comunidade Intermunicipal do Ave (<i>a confirmar</i>)</p> <p>Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega</p> <p>Área Metropolitana do Porto</p> <p>Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa</p> <p>Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-Os-Montes</p> <p>Comunidade Intermunicipal do Douro</p> <p>CIMBAL - Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo (<i>a confirmar</i>)</p> <p>CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central (<i>a confirmar</i>)</p> <p>C.I.M.A.L. - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral (<i>a confirmar</i>)</p> <p>Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (<i>a confirmar</i>)</p> <p>Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (<i>a confirmar</i>)</p>
Programas Ocupacionais	Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (RAA)
CLDS	Instituto da Segurança Social
Projetos inovadores e/ou Experimentais - Estratégias de Desenvolvimento Local – DLBC - Desenvolvimento Local de Base comunitária	<p>ADREPES - Associação de Desenvolvimento Regional da Península de Setúbal</p> <p>Santa Casa da Misericórdia de Almada</p> <p>IDSET - Associação Portuguesa para a Inovação e Desenvolvimento</p> <p>Rede DLBC Lisboa - Associação para o Desenvolvimento Local de Base Comunitária de Lisboa</p> <p>TESE - Associação para o Desenvolvimento pela Tecnologia, Engenharia, Saúde e Educação</p> <p>Olho Vivo - Associação para a Defesa do Património, Ambiente e Direitos Humanos</p> <p>Terras Dentro, Associação para o Desenvolvimento Integrado</p> <p>Alentejo XXI - Associação de Desenvolvimento Integrado do Meio Rural</p> <p>ADL - Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano</p> <p>ADER-AL - Associação para o Desenvolvimento do Espaço Rural do Norte do Alentejo</p> <p>Monte - Desenvolvimento Alentejo Central - ACE</p> <p>Associação para a Promoção Rural da Charneca Ribatejana</p> <p>Associação para a Promoção do Desenvolvimento Rural do Ribatejo</p> <p>Rota Do Guadiana-Associação de Desenvolvimento Integrado</p> <p>ESDIME - Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste CRL</p> <p>Associação Terras do Baixo Guadiana</p>
Planos para a igualdade	Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG)
Inovação Social	Estrutura de Missão Portugal Inovação Social
Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade (Estágios para pessoas com deficiência e incapacidade)	Instituto do Emprego e Formação Profissional (<i>BREPP</i>)
Capacitação e qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade	IEFP Instituto para a Qualificação (IQ) (RAM)

Tipologia de Operação	Organismos Intermédios
MAVI – Modelos de apoio à vida independente	Instituto Nacional para a Reabilitação Área Metropolitana de Lisboa (AML)
Inserção socioprofissional da comunidade cigana	Alto Comissariado para as Migrações (ACM)
Português para todos (Português Língua de Acolhimento)	Alto Comissariado para as Migrações (ACM)
Integração de Pessoas Sem Abrigo	Área Metropolitana de Lisboa (AML)

ANEXO III. LISTAGEM DE INDICADORES DE REALIZAÇÃO E DE RESULTADOS CONTRATUALIZADOS NAS OPERAÇÕES

Tipologia de Operação	Realização/ Resultado	Designação do indicador	Código do indicador	POCI	POCH	POISE	Norte	Centro	Alentejo	Lisboa	Algarve	Açores	Madeira
Estágios Profissionais	Realização	Participantes desempregados que beneficiam dos estágios profissionais	O.08.01.02.E O.08.01.01.P			X				X	X		X
		Participantes NEET que beneficiam dos estágios profissionais	O.08.02.03.E.IJ			X							
		Participantes jovens que beneficiam dos estágios profissionais	O.08.02.02.E			X						X	
	Resultado	Participantes jovens empregados 6 meses depois de terminada a participação num estágio profissional	R.08.02.02.E			X						X	
		Participantes NEET em educação, formação ou emprego, uma vez terminada a participação	R.08.02.01.P.IJ			X							
		Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação num estágio profissional	R.08.01.02.E R.08.01.01.P			X				X	X		X
Estágios IEJ Estágios PEPAC – Missões INOV Contacto Estagiar T (Açores)	Realização	Participantes NEET que beneficiam dos estágios profissionais	O.08.02.03.E.IJ			X							
	Resultado	Participantes NEET em educação, formação ou emprego uma vez terminada a participação num estágio profissional	R.08.02.01.P.IJ			X							
PEPAL	Realização	Participantes desempregados que beneficiam dos estágios profissionais na Administração Local	O.08.01.03.E O.08.01.02.P				X	X	X	X	X		
		Participantes NEET que beneficiam dos estágios profissionais	O.08.02.03.E.IJ			X							
		Participantes desempregados que beneficiam dos estágios profissionais	O.08.01.02.E							X			
	Resultado	Participantes NEET em educação, formação ou emprego, uma vez terminada a participação	R.08.02.01.P.IJ			X							
		Participantes empregados seis meses depois de terminada a participação num estágio profissional na Administração Local	R.08.01.03.E R.08.01.02.P				X	X	X	X	X		
		Participantes desempregados que beneficiam dos apoios à contratação	O.08.01.01.E			X				X	X	X	X
Apoios à Contratação	Realização	Participantes NEET que beneficiam de apoios ao emprego				X							
		Empresas e outras organizações que recebem apoios à contratação											X
		Participantes jovens que beneficiam dos apoios à contratação	O.08.02.01.E			X							
	Resultado	Participantes jovens empregados 6 meses depois de terminada a participação nas ações de apoio à contratação	R.08.02.01.E			X						X	
		Participantes NEET em educação, formação ou emprego, uma vez terminada a participação	R.08.02.01.P.IJ			X							
		Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação nas ações de apoio à contratação	R.08.01.01.E			X				X	X	X	X
Programa de Incentivo à Inserção do Estagiar L e T – PIIE (Açores) Integra (Açores)	Realização	Participantes NEET que beneficiam de apoios ao emprego				X							
	Resultado	Participantes NEET em educação, formação ou emprego, uma vez terminada a participação	R.08.02.01.P.IJ			X							
Qualificação - Pessoas com deficiência e ou incapacidade	Realização	Participantes com deficiência e incapacidade em ações de reabilitação profissional	O.09.01.04.E			X				X			
		Participantes de grupos desfavorecidos em formação de percursos formativos											X
		Participações de pessoas com deficiência e incapacidade em formação	O.09.01.11.E			X							
	Resultado	Participações certificadas de pessoas com deficiência e incapacidade em formação	R.09.01.13.E			X							
		Participantes de grupos desfavorecidos aprovados na operação											X
		Participantes de grupos desfavorecidos que foram certificados no final da formação de percursos formativos											X
Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade	Realização	Participantes com deficiência e incapacidade em ações de reabilitação profissional	O.09.01.04.E			X							
	Resultado	Participantes com deficiência e incapacidade que concluíram as ações de reabilitação profissional	R.09.01.04.P			X							
MAVI	Realização	Planos Individualizados de Assistência Pessoal	O.09.04.06.P			X				X	X		
	Resultado	Planos individualizados de assistência pessoal concluídos	R.09.04.06.P			X				X	X		
Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes (CNAIM)	Realização	Atendimentos realizados	O.09.01.06.P			X				X	X		
	Resultado	Utentes satisfeitos com a informação prestada nos atendimentos	R.09.01.10.P R.09.04.02.P			X				X	X		

Tipologia de Operação	Realização/ Resultado	Designação do indicador	Código do Indicador	POCI	POCH	POISE	Norte	Centro	Alentejo	Lisboa	Algarve	Açores	Madeira
CLDS	Realização	Atividades realizadas do Programa CLDS 4 G	O.09.01.14.P			X				X	X		
		Participantes nas ações do CLDS	O.09.01.02.E			X				X			
	Resultado	Atividades concluídas do Programa CLDS 4 G	R.09.01.18.P			X				X	X		
		Participantes nas ações dos CLDS que se encontram abrangidos por medidas ativas de emprego ou formação profissional	R.09.01.02.E			X				X			
Empreende Já - Rede de Perceção e Gestão de Negócios COOP Jovem	Realização	Participantes NEET que beneficiam de apoios ao emprego				X							
		Postos de trabalho criados	O.08.03.01.P						X		X		
		Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego										X	X
	Resultado	Postos de trabalho criados que se mantêm 12 meses após o fim do apoio	R.08.03.01.P						X				
		Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio										X	X
		Postos de trabalho criados que se mantêm 6 meses após o fim do apoio									X		
Projetos locais de empreendedorismo - apoio à criação de emprego e ao investimento (DLBC) SI2E	Realização	Participantes NEET em educação, formação ou emprego, uma vez terminada a participação	R.08.02.01.P.IJ			X							
	Resultado	Postos de trabalho criados	O.09.06.01.P O.09.10.01.P				X	X	X	X	X		
Projetos locais de empreendedorismo - apoio à criação de emprego e ao investimento (PDCT/II) SI2E	Realização	Postos de trabalho criados	O.08.03.01.P O.08.08.01.P				X	X	X				
	Resultado	Postos de trabalho criados que se mantêm 12 meses após o fim do apoio	R.08.03.01.P R.08.08.01.P				X	X	X				
Projetos locais de empreendedorismo - apoio à criação de emprego e ao investimento SI2E	Realização	Postos de trabalho criados	O.08.03.01.P O.08.08.01.P					X			X		
	Resultado	Postos de trabalho criados que se mantêm 12 meses após o fim do apoio	R.08.03.01.P R.08.08.01.P					X			X		
+CO3SO Emprego – Empreendedorismo Social (AG)	Realização	Postos de trabalho criados	O.08.03.01.P					X	X		X		
	Resultado	Postos de trabalho criados que se mantêm 6 meses após o fim do apoio	R.08.03.08.P					X	X		X		
+COESO Emprego - Empreendedorismo Social (GAL)	Realização	Postos de trabalho criados	O.09.06.01.P				X	X	X	X	X		
	Resultado	Postos de trabalho criados que se mantêm 6 meses após o fim do apoio	R.09.06.07.P				X	X	X	X	X		
+CO3SO Emprego Interior (AG)	Realização	Postos de trabalho criados	O.08.03.01.P								X		
	Resultado	Postos de trabalho criados que se mantêm 6 meses após o fim do apoio	R.08.03.08.P								X		
+CO3SO Emprego Interior (GAL)	Realização	Postos de trabalho criados	O.09.06.01.P				X	X	X		X		
	Resultado	Postos de trabalho criados que se mantêm 6 meses após o fim do apoio	R.09.06.07.P				X	X	X		X		
+CO3SO Emprego Urbano (AG)	Realização	Postos de trabalho criados	O.08.03.01.P					X	X		X		
	Resultado	Postos de trabalho criados que se mantêm 6 meses após o fim do apoio	R.08.03.08.P					X	X		X		
+CO3SO Emprego Urbano (GAL)	Realização	Postos de trabalho criados	O.09.06.01.P				X	X	X	X	X		
	Resultado	Postos de trabalho criados que se mantêm 6 meses após o fim do apoio	R.09.06.07.P				X	X	X	X	X		
+CO3SO	Resultado	Postos de trabalho criados que se mantêm 12 meses após o fim do apoio					X	X	X	X			

Tipologia de Operação	Realização/ Resultado	Designação do indicador	Código do Indicador	POCI	POCH	POISE	Norte	Centro	Alentejo	Lisboa	Algarve	Açores	Madeira
Formação Modular para DLD (Desempregados de Longa Duração)	Realização	Participantes de grupos desfavorecidos, incluindo DLD com baixas qualificações, em formação modular certificada	O.09.01.05.E			X							
		Participantes de grupos desfavorecidos, incluindo DLD e NDLD com baixas qualificações, em formação modular certificada	O.09.01.08.P			X							
	Resultado	Participantes de grupos desfavorecidos, incluindo DLD com baixas qualificações, que foram certificados	R.09.01.06.P			X							
		Participantes de grupos desfavorecidos, incluindo DLD e NDLD com baixas qualificações, que foram certificados	R.09.01.13.P			X							
Vida Ativa para DLD	Realização	Participantes de grupos desfavorecidos, incluindo DLD com baixas qualificações, em formação modular certificada	O.09.01.05.E			X							
	Resultado	Participantes de grupos desfavorecidos, incluindo DLD com baixas qualificações, que foram certificados no final da formação modular certificada	R.09.01.04.E			X							
Capacitação para a Inclusão	Realização	Participantes de grupos desfavorecidos em formação de percursos formativos	O.09.01.06.E			X							
		Participações de pessoas de grupos desfavorecidos em percursos formativos									X		
		Participantes que beneficiam de uma medida de emprego											X
	Resultado	Participações certificadas de pessoas de grupos desfavorecidos em percursos formativos									X		
		Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação numa medida de emprego											X
Vida Ativa IEI	Realização	Participantes NEET em ações de qualificação/educação	O.08.02.01.E.IJ			X							
	Resultado	Participantes NEET em educação, formação ou emprego, uma vez terminada a participação	R.08.02.01.P.IJ			X							
Projetos Inovadores de Inclusão Social de âmbito Territorial	Realização	Projetos de inovação e experimentação social apoiados	O.09.01.08.E				X						
		Ações de promoção e divulgação com vista à disseminação de melhores práticas e partilha de conhecimento de novas formas de organização interna e de prestação de serviços públicos aos cidadãos e às empresas	O.09.01.16.P				X						
		Medidas de cada operação implementadas	O.09.01.15.P				X						
		Novos modelos de inovação e de experimentação na Administração Pública testados	O.09.01.01.G				X						
		Novos modelos de inovação e de experimentação na Administração Pública implementados	O.09.01.02.G				X						
		Serviços públicos objeto de avaliação da respetiva prestação do serviço e da satisfação dos utentes	O.09.01.03.G				X						
		Redes criadas/dinamizadas	O.09.01.04.G				X						
		Ações de sensibilização e campanhas	O.09.01.05.G				X						
	Resultado	Instituições envolvidas em projetos de inovação e experimentação social	R.09.01.07.P				X						
		Aumento do grau de satisfação dos residentes nas áreas intervencionadas (níveis)	R.09.01.20.P				X						
		Grau de satisfação das entidades envolvidas (nível)	R.09.01.21.P				X						
		Ações de sensibilização e campanhas concluídas	R.09.01.01.G				X						
		Utentes satisfeitos com a informação prestada nos atendimentos	R.09.01.02.G				X						
Projetos Inovadores e/ou Experimentais para o Desenvolvimento de Novas Estratégias Locais de Intervenção Social	Realização	Instituições envolvidas na operação	O.09.06.06.P							X			
	Resultado	Grau de satisfação das entidades envolvidas na operação	R.09.06.06.P							X			
Investimentos no contexto e estratégias de desenvolvimento local de base comunitária	Realização	Ações de inovação e experimentação social a realizar	O.09.06.05.P						X				
	Resultado	Participantes, por inquirição, que consideram a participação em ações de inovação e experimentação social útil para a sua inclusão social	R.09.06.05.P						X				

Tipologia de Operação	Realização/ Resultado	Designação do indicador	Código do Indicador	POCI	POCH	POISE	Norte	Centro	Alentejo	Lisboa	Algarve	Açores	Madeira
Inovação Social	Realização	Projetos de empreendedorismo e inovação social apoiados com recurso a instrumentos financeiros		X									
		Participantes em ações de capacitação das organizações da economia social										X	
	Resultado	Novas respostas sociais disponibilizadas com recurso a instrumentos financeiros no total dos projetos apoiados		X									
		Participantes que concluem ações de capacitação das organizações da economia social com certificação										X	
Programa de Capacitação para o Investimento Social	Realização	Intervenções de capacitação	O.09.05.02.P			X							
	Resultado	Intervenções de capacitação concluídas	R.09.05.01.P			X							
Projetos para a sustentabilidade, inovação e experimentação social - Programa de Parcerias para o Impacto	Resultado	Grau de cumprimento da meta contratualizada do Plano de Desenvolvimento	R.09.05.02.P R.09.01.19.P		X	X				X	X		
Título de Impacto Social	Realização	Resultados contratualizados no Título de impacto social	O.09.01.25.P O.09.05.03.P			X				X	X		
	Resultado	Resultados contratualizados no Título de impacto social validados	R.09.01.28.P R.09.05.03.P		X	X				X	X		
Fundos para a inovação social (Instrumento Financeiro)	Realização	Projetos de empreendedorismo e inovação social apoiados com recurso a instrumentos financeiros		X									
	Resultado	Novas respostas sociais disponibilizadas com recurso a instrumentos financeiros no total dos projetos apoiados		X									
Inserção Socioprofissional da Comunidade Cigana	Realização	Participantes da comunidade cigana em ações de formação	O.09.01.10.P			X							
		Atendimentos realizados											
	Resultado	Utentes satisfeitos com a informação prestada nos atendimentos											
		Participantes da comunidade cigana em emprego uma vez terminada a formação	R.09.01.14.P			X							
Projetos inovadores de inclusão social, de âmbito territorial, para resposta a pessoas em situação de sem-abrigo Inserção de pessoas em situação de sem abrigo	Realização	Pessoas em situação de sem abrigo (PSSA) abrangidas pela operação	O.09.01.23.P				X	X	X	X	X		
		Pessoas em situação de sem abrigo (PSSA) com gestor de caso	R.09.01.26.P				X	X	X	X	X		
	Resultado	Pessoas em situação de sem abrigo (PSSA) e pessoas que deixaram a situação de sem abrigo e integram o mercado de trabalho	R.09.01.27.P				X	X	X	X			
Português para todos / Português Língua de Acolhimento	Realização	Participantes de grupos desfavorecidos em formação de percursos formativos	O.09.01.06.E			X							
		Participações de pessoas de grupos desfavorecidos e percursos formativos	O.09.01.13.E			X							
	Resultado	Participações certificadas de pessoas de grupos desfavorecidos em percursos formativos	R.09.01.12.E			X							
		Participantes de grupos desfavorecidos que foram certificados no final da formação de percursos formativos	R.09.01.05.E			X							
Programa Escolhas	Realização	Participantes no Programa Escolhas entre os 6 e os 24 anos	O.09.01.03.E			X				X	X		
		Projetos apoiados no âmbito do Programa Escolhas	O.09.01.13.P			X				X	X		
	Resultado	Participantes do Programa Escolhas entre os 6 e os 24 anos que completaram com sucesso o ano escolar ou foram reintegrados na escola, formação ou emprego	R.09.01.03.E			X				X	X		
		Projetos concluídos no âmbito do Programa Escolhas	R.09.01.17.P			X				X	X		

Tipologia de Operação	Realização/ Resultado	Designação do indicador	Código do Indicador	POCI	POCH	POISE	Norte	Centro	Alentejo	Lisboa	Algarve	Açores	Madeira
Trabalho Socialmente Necessário (CEI e CEI+)	Realização	Participantes em ações de trabalho socialmente necessário	O.09.01.07.E				X	X	X	X	X		
	Resultado	Entidades recetoras de participantes que avaliaram de forma positiva o apoio recebido					X	X	X	X	X		
		Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação em ações de trabalho socialmente necessário	R.09.01.06.E				X	X	X	X	X		
Programas Ocupacionais	Realização	Participantes em programas ocupacionais de âmbito local e ao serviço à comunidade										X	
	Resultado	Participantes em programas ocupacionais, empregados 6 meses após a conclusão da participação										X	
Apoio técnico à elaboração, monitorização de execução e avaliação de planos para a igualdade	Realização	Produtos validados com sucesso	R.08.04.04.P			X				X	X		
Projeto de Mediadores Municipais e Interculturais	Realização	Entidades envolvidas para uma gestão positiva e preventiva da diversidade cultural	O.09.01.07.P			X							
	Resultado	Entidades envolvidas que avaliam positivamente o papel dos mediadores na gestão positiva e preventiva da diversidade cultural	R.09.01.12.P			X							

Fonte: SIFSE e Avisos

ANEXO IV – ACORDO DE SUBCONTRATAÇÃO DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Considerando que:

- A. O Cocontratante procederá ao tratamento de dados pessoais para a prestação do serviço de acordo com as especificações definidas no contrato;
- B. O Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril, que aprova o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), impõe um conjunto de obrigações na relação entre Responsáveis pelo Tratamento e Subcontratantes, no que respeita ao tratamento de dados pessoais;
- C. A Agência, I.P., na qualidade Responsável pelo Tratamento, tem a obrigação de celebrar um acordo de subcontratação de tratamento de dados com os seus Subcontratantes, para garantir o cumprimento das regras relativas à recolha e tratamento de dados pessoais, segurança e privacidade de dados, de acordo com o artigo 28.º do RGPD;
- D. Pelo presente Acordo de Subcontratação de Tratamento de Dados Pessoais (Acordo) são estabelecidas as obrigações e deveres das Partes, para garantia de cumprimento do disposto no Considerando anterior.

É reciprocamente aceite o presente Acordo, que se rege pelos Considerandos anteriores, pelas cláusulas seguintes e, no que for omissa, pela legislação nacional e europeia aplicável em matéria de proteção de dados pessoais:

Cláusula 1.ª

Objeto, finalidade e natureza do tratamento

1. O tratamento dos dados pessoais pelo Cocontratante destina-se exclusivamente à realização de um estudo tendente à “Avaliação de Fundos Europeus: Emprego como combate à Exclusão Social”, inserido no contexto das funções de avaliação que a Agência, I.P. assegura no âmbito do modelo de governação dos Fundos Europeus, tendo como objetivo global identificar o contributo dos Fundos Europeus do Portugal 2020 para a mitigação dos obstáculos no acesso de grupos desfavorecidos ao trabalho e ao rendimento da atividade económica, e para a promoção da igualdade de oportunidades em contexto laboral, bem como identificar as repercussões dessa integração nas entidades empregadoras e dos negócios criados na resposta às necessidades dos territórios.
2. O tratamento de dados pessoais decorre do acesso a dados associados a intervenções cofinanciadas pelo Portugal 2020 e pela componente “Compromisso Emprego Sustentável” do PRR (identificadas nas especificações técnicas), bem como da recolha e organização dos dados no âmbito das técnicas de

recolha de informação identificadas nas especificações técnicas, designadamente através de entrevistas biográficas, inquéritos por questionário, *focus groups* e estudos de caso.

Cláusula 2.ª

Tipo de dados pessoais e categorias dos titulares dos dados

1. São objeto de tratamento, para efeitos do contrato, os dados pessoais de candidatos, de beneficiários, de responsáveis de entidades envolvidas no processo de concessão dos apoios, bem como de participantes, de formandos e de destinatários dos apoios financiados por fundos europeus.
2. O tratamento de dados pessoais abrange, designadamente, dados de identificação (nome, número de identificação civil), dados de contacto (morada, e-mail, telefone), dados sobre condições de vida (p.e. condições conforto e acesso a bens, habitação, habitabilidade e mobilidade residencial), dados da vida escolar e profissional (situação e percurso), dados de rendimentos de trabalho ou de outras proveniências (autoprodução de bens alimentares, apoios de familiares, prestações sociais e outros apoios sociais), dados sobre despesas e consumos, sobre pertenças associativas, participação eleitoral, dados sobre desempenho escolar dos filhos, dados de categorias especiais de dados (designadamente dados sobre incapacidades, situação de saúde e, relativamente ao próprio e agregado familiar, dados sobre nacionalidade e pertença étnica).
3. Deve ser assegurada a confidencialidade sobre todos os dados pessoais disponibilizados pela Agência, I.P. ou a que o Subcontratante venha a ter acesso no âmbito da execução do contrato.

Cláusula 3.ª

Duração do Tratamento

O tratamento de dados pessoais pelo Subcontratante será realizado exclusivamente durante o período de vigência do contrato.

Cláusula 4.ª

Obrigações do Responsável pelo Tratamento

Nos termos e para os efeitos do presente Acordo, constituem obrigações da Agência, I.P. enquanto Responsável pelo Tratamento:

- a) Informar o Subcontratante sobre todas as circunstâncias relevantes para a realização dos tratamentos de dados pessoais, atendendo essencialmente à especificidade das finalidades descritas no presente Acordo e a potenciais riscos envolvidos;
- b) Definir, dentro dos limites da lei, os períodos e condições em que se procede à conservação de dados pessoais;

- c) Determinar, dentro dos limites da lei, os períodos e condições em que se procede ao apagamento dos dados pessoais;
- d) Garantir o exercício por partes dos titulares dos dados pessoais dos respectivos direitos, designadamente de informação, de acesso, de retificação, de apagamento e de oposição.

Cláusula 5.ª

Obrigações do Subcontratante

1. A atividade desenvolvida pelo Subcontratante e respetivos colaboradores, independentemente da natureza da relação contratual que com estes possua, encontra-se sujeita ao disposto no RGPD, bem como na Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, e na demais legislação aplicável em matéria de proteção de dados pessoais.
2. O Subcontratante obriga-se a executar o objeto do contrato de acordo com o princípio do *Privacy by Design* e do *Privacy by Default*, sempre que aplicável.
3. O Subcontratante não pode recorrer à subcontratação do tratamento de dados pessoais no âmbito do presente contrato sem que a Agência, I.P. tenha dado, previamente e por escrito, autorização para esse efeito.
4. Caso o Subcontratante recorra à subcontratação para a realização de operações específicas de tratamento de dados por conta da Agência, I.P., o respetivo subcontratante fica sujeito, por contrato ou outro ato normativo ao abrigo do direito da União Europeia ou do direito nacional, às mesmas obrigações em matéria de proteção de dados pessoais que as estabelecidas no contrato, em particular à obrigação de apresentar garantias suficientes de execução de medidas técnicas e organizativas adequadas de modo a que o tratamento de dados pessoais seja conforme com os requisitos do RGPD e demais legislação aplicável em matéria de proteção de dados pessoais, continuando o Cocontratante a ser plenamente responsável, perante a Agência, I.P., pelo cumprimento das obrigações, em matéria de proteção de dados, desse outro subcontratante.
5. O Subcontratante obriga-se, no que respeita ao tratamento dos dados pessoais, ao cumprimento de todos os deveres e obrigações que impendem sobre a Agência, I.P., enquanto entidade responsável pelo tratamento dos dados pessoais objeto do contrato a celebrar, comprometendo-se designadamente a:
 - a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe tenham sido transmitidos pela Agência, I.P., única e exclusivamente para efeitos da prestação de serviços objeto do contrato a celebrar;
 - b) Não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso, ou que lhe sejam transmitidos pela Agência, I.P., sem que tenha sido por esta expressamente instruído por escrito;

- c) Assegurar que os trabalhadores temporários e os seus colaboradores (incluindo representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido com o Cocontratante e o referido colaborador) cumprem todas as obrigações previstas no presente Acordo;
- d) Assegurar a confidencialidade dos dados pessoais recolhidos, sem prejuízo do cumprimento de obrigações legais, nomeadamente para com as entidades policiais, judiciais, fiscais e reguladoras;
- e) Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumem, por escrito, um compromisso de confidencialidade e estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade, nos precisos termos em que o próprio Subcontratante se encontra obrigado a demonstrar o cumprimento dessa obrigação, caso seja solicitado pela Agência, I.P.;
- f) Tratar os dados pessoais apenas mediante instruções documentadas da Agência, I.P., incluindo no que respeita às transferências de dados para países terceiros ou organizações internacionais, a menos que seja obrigado a fazê-lo pelo direito da União Europeia ou do direito nacional a que está sujeito, informando nesse caso a Agência, I.P. desse requisito jurídico antes do tratamento, salvo se a lei proibir tal informação por motivos importantes de interesse público;
- g) Designar um responsável pela segurança ou um Encarregado de Proteção de Dados e comunicar à Agência, I.P. os respetivos contactos;
- h) Implementar todas as medidas técnicas e organizativas (MTO) para garantir um nível de segurança adequado ao risco, tendo em conta a natureza, o âmbito, o contexto e as finalidades do tratamento, nos termos do artigo 32.º do RGPD, e conforme especificado na cláusula 6.ª do presente Acordo;
- i) Tratar os dados pessoais de forma a garantir a sua segurança, incluindo a proteção contra o seu tratamento não autorizado ou ilícito, contra a sua perda, alteração, divulgação ou acesso não autorizados e destruição ou danificação acidental ou ilícita, adotando as medidas técnicas e organizativas necessárias;
- j) Prestar assistência à Agência, I.P., através de medidas técnicas e organizativas adequadas, para permitir que esta cumpra as suas obrigações de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados, tendo em vista o exercício dos respetivos direitos previstos no capítulo III do RGPD;
- k) Prestar assistência à Agência, I.P., tendo em conta a natureza do tratamento e a informação ao seu dispor, no sentido de assegurar o cumprimento das obrigações previstas nos artigos 32.º a 36.º do RGPD;
- l) Apagar todos os dados pessoais depois de concluída a prestação de serviços relacionados com o tratamento, apagando todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e cuja conservação não decorra da obrigação de cumprimento de normas legais imperativas;

- m) Disponibilizar à Agência, I.P. todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações previstas no presente Acordo e no RGPD, bem como a facilitar e a colaborar nas auditorias, incluindo as inspeções, conduzidas pela Agência, I.P. ou por outro auditor por esta mandatado, ou por outras entidades com competência para o efeito;
 - n) Comunicar de imediato à Agência, I.P. qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados pessoais em causa, ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;
 - o) Notificar a Agência, I.P., no prazo máximo de 24 horas após ter tido conhecimento de qualquer violação de dados pessoais, devendo essa notificação conter, pelo menos, as seguintes informações, sem prejuízo das demais disposições da lei:
 - i) A descrição da natureza da violação de dados pessoais ocorrida, incluindo, as categorias e o número aproximado de titulares de dados em causa, bem como o número aproximado de registos de dados pessoais afetados;
 - ii) A descrição das medidas adotadas e das propostas para reparar a violação de dados pessoais, inclusive, se for caso disso, as medidas adotadas para atenuar os seus eventuais efeitos negativos;
 - iii) A descrição das consequências prováveis da violação de dados pessoais.
 - p) Comunicar de imediato à Agência, I.P., quaisquer reclamações ou questões levantadas pelos titulares dos dados pessoais que se relacionem com o tratamento e/ou com a proteção e segurança dos respetivos dados;
 - q) Colaborar com o Encarregado de Proteção de Dados da Agência, I.P., facultando todas as informações e esclarecimentos que este vier a solicitar no âmbito das suas funções.
6. Se quaisquer dados pessoais se perderem ou forem danificados, no âmbito da execução do contrato a celebrar, por causas imputáveis ao Cocontratante, este compromete-se a adotar as medidas necessárias com vista à recuperação dos dados, sem quaisquer custos adicionais para a Agência, I.P.

Clausula 6.ª

Medidas de Segurança e Privacidade

1. Para efeitos do cumprimento do disposto no artigo 32.º do RGPD, o Subcontratante deve adotar padrões de segurança organizacional e tecnológica, com recurso a práticas eficazes na gestão de segurança da informação, para efeitos de proteção da confidencialidade, integridade e acesso àquela.
2. No âmbito do presente Acordo e para o respetivo cumprimento o Subcontratante deve adotar as medidas técnicas e organizativas pertinentes para garantir um nível de segurança dos dados pessoais

adequado ao risco, bem como contra destruição, perda, alteração, divulgação não autorizada, acesso acidental ou ilícito.

3. Para efeitos do disposto nos números anteriores, o Subcontratante deve, designadamente, adotar as seguintes medidas de segurança e obrigações de informação e documentação:
 - a) Identificação, divulgação e documentação das funções e obrigações do pessoal com acesso a dados pessoais;
 - b) Manutenção de um registo escrito de todas as atividades de tratamento por conta da AD&C, conforme requisitos RGPD;
 - c) Definição e implementação de um procedimento de identificação e autenticação dos utilizadores;
 - d) Definição e implementação de um procedimento para controlar o acesso aos dados;
 - e) Definição e implementação de um procedimento de registo de incidentes;
 - f) Definição e implementação de um plano de continuidade do serviço;
 - g) Definição e implementação de um procedimento para a destruição ou devolução de dados e documentos, de forma segura e confidencial (tornando impossível recuperá-los mais tarde e certificando a ausência de cópias), quando a relação contratual termine].

Clausula 7.ª

Confidencialidade

1. Para efeitos do presente Acordo, as Partes obrigam-se a não divulgar e/ou publicar qualquer informação a que tenham acesso, no âmbito da execução das suas obrigações.
2. A obrigação de confidencialidade prevista na presente cláusula, vincula as Partes durante a vigência do presente contrato e subsiste após a sua cessação, independentemente da causa da sua cessação.
3. A obrigação referida no n.º 1, cessa se a informação for do conhecimento público, exceto se tal acontecer em razão da violação do dever de confidencialidade imposto por esta cláusula.

Clausula 8.ª

Cooperação com a CNPD

A Agência, I.P. e o Cocontratante comprometem-se a cooperar com a Comissão Nacional de Proteção de Dados, a pedido desta, na prossecução das suas atribuições, enquanto autoridade de controlo competente, nos termos do disposto no RGPD e demais legislação aplicável.

